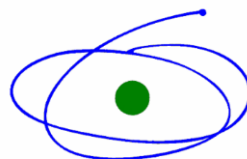




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO LIBERAL SOBRE O ESTADO  
BRASILEIRO**



**C A P E S**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2017**

MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO LIBERAL SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e Interação

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rodrigues, Matheus de Souza.

Uma análise crítica do discurso liberal sobre o Estado brasileiro [recurso eletrônico] / Matheus de Souza Rodrigues. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 \* pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 164 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Estado. 3. Ideias de liberdade. I. Título.

MATHEUS DE SOUZA RODRIGUES

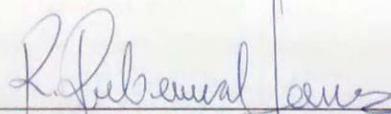
UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO LIBERAL SOBRE O ESTADO  
BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguagem e Interação

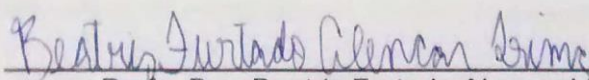
Aprovada em: 18 / 12 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



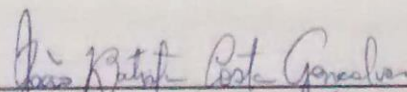
---

Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Orientador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Profa. Dra. Beatriz Furtado Alencar Lima  
Universidade Federal do Ceará – UFC



---

Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Djacira e José Marcos, que, apesar das dificuldades e sacrifícios, deram-me todo o suporte afetivo e material para que eu tivesse condições de chegar até aqui;  
Aos meus irmãos, Marcos Filho e Maykyanna Freitas, que me ensinam tanto sobre resiliência perante os estilhaços da vida;

À minha avó Argimira e ao meu avô José Marcelino, pelas rezas carinhosas, pelo cuidado, pela torcida, pelos manjericões e pelas rupturas poéticas que ressignificam a realidade;  
À tia Nicinha, pelas águas bentas, pela fé de cada *Ave Maria* rezada em meu favor e pelo acolhimento quando precisei;

Aos meus amigos e amigas da UFC, por todas as alegrias e reflexões promovidas nas aulas, nos intervalos, nos almoços no RU e nas conversas clandestinas na biblioteca do CH. Antônio Bruno, Jorge Ribeiro, Líllian Morais, Renata Catarina, Suzane Gomes, Tábata Laboreiro, cada um de vocês ressoa de um modo diferente neste trabalho, portanto, recebam a palavra “gratidão” com toda a sinceridade que meu sol em escorpião consegue expressar;

Ao Danilo Mesquita e à Vanessa Rodrigues, seja pelos risos, seja pelos incentivos, seja pela ajuda com aquela referência bibliográfica, agradeço a amizade perene e fraterna apesar de todas as nossas diferenças astrais e ideológicas;

Ao Caetano, à Mel e à Nina, por todos os latidos e miados que me fizeram levantar da cama para ir colocar alguns tijolos na construção do meu lugar no mundo;

Ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLa) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio do qual estendo a gratidão ao professor Ruberval Ferreira e às companheiras de orientação Márcia Waldênia e Herbênia Freitas. Deixo aqui registrado o meu muito obrigado pelas orientações, pelas ajudas e pelos momentos de parceria! Também agradeço aos docentes, aos funcionários e aos colegas que encontrei ao longo desses dois anos, nesta universidade que, mesmo administrando várias adversidades, contribui com o Brasil produzindo ciência de qualidade;

Aos professores Beatriz Furtado, Izabel Magalhães e João Batista, pela disponibilidade, pelo tempo investido, pelas contribuições seja no momento da qualificação ou no momento da defesa. Que os astros permaneçam nutrindo, com abundância, a vitalidade de suas jornadas acadêmicas!

À CAPES, pela amizade sincera construída com depósitos fiéis no quinto dia útil de cada mês (muitas vezes, antes disso!).

“Este mundo, que oferece o banquete a todos e fecha a porta no nariz de tantos, é ao mesmo tempo igualador e desigual: igualador nas ideias e nos costumes que impõe e desigual nas oportunidades que proporciona. [...]

Através dos meios massivos de comunicação, os donos do mundo nos comunicam a obrigação que temos todos de nos contemplar num único espelho, que reflete os valores da cultura do consumo”.

(Eduardo Galeano)

“Medo, medo, medo, medo, medo, medo”.

(Belchior)

## RESUMO

Esta dissertação foi conduzida com o fim de analisar como gênero, discurso e estilo se configuram na atribuição de sentidos à atuação do Estado brasileiro em temas sociais e econômicos de acordo com uma perspectiva liberal. Para isso, contou-se tanto com a fundamentação teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica de Fairclough ([1989]1996, [1992]2001, [1999]2007), bem como usaram-se as referências de Castells (2009a, 2013b), Corazza(1986), Boaz (1997), Bonavides (2000), Dallari (2016), Dias (2012), Dimarch (2013), Heilbroner (1996), Lebrun (1981), Mathias (2012), Mazzilli (2010), Mendes (2009), Mouffe (1999), Rodrigues e Barbosa (2017) e Rothbard (2013), entre outros. Com tal suporte, trabalhou-se a análise qualitativa, interpretativista e documental do corpus de 5 artigos de opinião provenientes do *site* Instituto Mises Brasil (IMB), por meio do qual foi possível realizar os objetivos específicos de: a) descrever ocorrências de intertextualidade no procedimento argumentativo do gênero textual em análise, com o fito de expor problemáticas subjacentes às representações da atuação estatal no cenário político-social da contemporaneidade brasileira; b) indicar os recursos utilizados no âmbito do discurso, para a emissão de julgamentos e juízos de valor sobre a atuação estatal, com o fim de aferir a representação predominante nas práticas discursivas liberal-libertária; c) destacar as ocorrências de modalizações deôntica e epistêmica nas produções de autores liberais, visando a compreender como a modalização participa do processo de identificação encontrado nos enunciados dos textos analisados. Feito isso, constatou-se que gênero, discurso e estilo atuam na naturalização ideológica do contrapoder liberal, de maneira que a ação se dá por intertextualidades de naturezas refutatórias e difamatórias, enquanto a representação é maniqueísta e constrói o Estado como o único inimigo a ser combatido, já a identificação se ampara fundamentalmente em sentidos de necessidade e obrigação para exaltar o capitalismo e promover valores empresarias como alternativas superiores à atuação estatal.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica. Estado. Ideias de liberdade.

## ABSTRACT

This thesis was carried out with the purpose of analyzing how, in a liberal perspective, genre, discourse and style are articulated in the process of attribution of meanings to Brazilian state performance in addressing social and economic issues. In order to achieve that goal, the study was theoretically and methodologically foregrounded on Fairclough's Critical Discourse Analysis ([1989]1996, [1992]2001, [1999]2007), as well as on the following references: Castells (2009a, 2013b), Corazza(1986), Boaz (1997), Bonavides (2000), Dallari (2016), Dias (2012), Dimarch (2013), Heilbroner (1996), Lebrun (1981), Mathias (2012), Mazzilli (2010), Mendes (2009), Mouffe (1999), Rodrigues and Barbosa (2017), and Rothbard (2013), among others. With such support, a qualitative, interpretivist and documentary analysis of 5 opinion articles taken from Instituto Mises Brasil (IMB)'s website was done, what made possible to accomplish the specific goals of: a) describing occurrences of intertextuality in the argumentative procedure in the textual genres under analysis, in order to expose underlying problems in the representations of state performance in the politico-social scenario of Brazilian contemporaneity; b) indicating the resources used in discourse, for communicating judgements on state performance so as to assess the prevalent representations in liberal-libertarian discursive practices; c) highlighting the deontic and epistemic modality occurrences in the productions of liberal authors; in order to understand how modalization takes part in identification process found in the statements of the analyzed texts. Once such objectives were achieved, it was possible to conclude that genre, discourse and style act in the ideological naturalization of liberal counterpower: so action takes place based on intertextualities of refutatory and difamatory natures; while representation is manichean and builds up the image of state as the only enemy to be fought; finally, identification is fundamentally based on the senses of obligation and necessity to worship capitalism and promote entrepreneurial values as superior alternatives to state action.

**Key-words:** Critical Discourse Analysis. State. Freedom ideas.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO, LIBERDADE E (CONTRA)PODER .....</b>	<b>19</b>
2.1	ESTADO BRASILEIRO E PODER .....	19
2.2	IDEIAS DE LIBERDADE – UM CONTRAPODER .....	30
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>42</b>
3.1	ANÁLISE DO DISCURSO NO QUADRO FUNCIONALISTA DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM .....	42
3.2	UM PEQUENO MAPA DO TEMPO DA ADC .....	45
<b>3.2.1</b>	<b>Linguagem e poder .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Discurso e mudança social .....</b>	<b>53</b>
<b>3.2.3</b>	<b>Discurso na modernidade tardia .....</b>	<b>58</b>
3.3	ALGUNS LEGADOS .....	63
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>69</b>
4.1	CARACTERIZANDO A PESQUISA .....	69
4.2	CORPUS .....	72
<b>4.2.1</b>	<b>Os textos em análise .....</b>	<b>76</b>
4.2.1.1	O duplo ônus da cultura do funcionalismo público .....	76
4.2.1.2	Terceirizações? Sim, por favor. E obrigado .....	76
4.2.1.3	Os economistas austríacos contra o mainstream econômico no Brasil de Temer .....	77
4.2.1.4	Como o intervencionismo estatal está destruindo o mercado de saúde privado brasileiro? .....	78
4.2.1.5	Injustiças e penitência social .....	78
4.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE .....	79
4.4	CONHECENDO AS CATEGORIAS ANALÍTICAS .....	81
<b>4.4.1</b>	<b>Significado acional e intertextualidade .....</b>	<b>81</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Significado representacional e avaliação .....</b>	<b>88</b>
<b>4.4.3</b>	<b>Significado identificacional e modalidade .....</b>	<b>91</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE .....</b>	<b>98</b>

5.1	MECANISMOS INTERTEXTUAIS NA AÇÃO LIBERAL.....	98
5.2	AVALIAÇÕES (DES)FAVORÁVEIS EM REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTADO BRASILEIRO .....	108
5.3	MODALIZAÇÕES NA IDENTIFICAÇÃO LIBERAL .....	121
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>134</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>137</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>
	<b>ANEXO A .....</b>	<b>142</b>
	<b>ANEXO B .....</b>	<b>146</b>
	<b>ANEXO C .....</b>	<b>152</b>
	<b>ANEXO D .....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXO E .....</b>	<b>163</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da história brasileira, muitas são as evidências que atestam que o país abriga um cenário de grandes inquietações sociais, políticas e econômicas. Para os atentos às mídias e às redes sociais, não é difícil identificar que a nação do samba, do carnaval, das paisagens aprazíveis aos olhos e das dolorosas desigualdades, é especialmente farta em conflitos quando se avalia seu território político-social. Essa “fartura” não é novidade, ela é cíclica e se acentua de acordo com elementos conjunturais de cada época. Por exemplo, nos últimos anos, houve as manifestações de 2013 em oposição à Copa das Confederações, também ocorreram as turbulentas eleições presidenciais de 2014, além do impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, que também foi seguido de diversos protestos provenientes de vários segmentos sociais.

A presente pesquisa se inscreve, portanto, neste processo histórico do Brasil contemporâneo, que tem sido tão rico em movimentos de contestação. Contestam-se os agentes públicos, as instituições governamentais e a atuação do Estado brasileiro. Repudiam-se os casos de corrupção envolvendo representantes do povo e empresários de grande porte econômico. Lamenta-se uma generalizada sensação de injustiça e de degradação dos valores republicanos previstos na Constituição Federal de 1988. Em meio a tudo isso, não se deve pensar que essas manifestações contrárias ao cenário político-econômico atual guardam uma identidade homogênea.

Os recentes protestos no Brasil, em seu sentido amplo, provêm de identidades que não cabem mais – de maneira simplista – na disputa: “direita” conservadora versus “esquerda” progressista. Há muitos matizes de identificação além dessa polaridade: por exemplo, há conservadores militaristas que sentem saudade dos idos tempos de Ditadura Militar e que clamam pela volta de tal regime. Têm-se ainda os conservadores-monárquicos que sugerem a volta da Monarquia como solução para a crise brasileira<sup>1</sup>.

Para além do movimento conservador, há manifestantes que, norteados por um valor de liberdade, protestam pelas ruas das cidades, portando cartazes com os escritos “Menos Marx, mais Mises”. É para eles que nossa atenção se volta.

---

<sup>1</sup> Em referência à matéria do jornal Tribuna do Ceará, publicada em 6 de dezembro de 2016 e disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/politica/grupo-cearense-defende-a-volta-da-monarquia-como-solucao-para-os-problemas-do-brasil/>>.

No que toca a esses últimos, nota-se que, além dos manifestantes que sentem falta dos amargos tempos ditatoriais, também existem, nesses movimentos contestadores, os liberais e os libertários. Sem se colocarem nem à esquerda nem à direita, os primeiros acreditam que deve existir um Estado de dimensões e poderes mínimos; enquanto os segundos, mais utópicos, próximos de um anarquismo, maximizam um ideal de liberdade individual de tal maneira que a intervenção do Estado não é bem-vinda em hipótese alguma. Apesar dessas diferenças, ambos se unificam num sentido de ser livre, que é ordenado pela busca de uma ação humana independente da assistência do Estado.

Ademais, desprezando qualquer eco marxista<sup>2</sup>, os “unidos pela liberdade” sugerem a substituição das contribuições de Marx pela abordagem econômica de Ludwig von Mises, este que é considerado um dos pais da Escola Austríaca de Economia e que pode ter seus pilares resumidos em quatro expressões: **individualismo, propriedade privada, livre mercado e Estado mínimo**. Fundamentando-se em Rothbard, Mazzilli (2010) ilustra esta linha de pensamento ao destacar que

as propriedades de um indivíduo (não só os bens móveis, mas acima de tudo o próprio corpo) o pertencem em todos os sentidos. Apenas ele pode decidir o que fazer com o seu corpo e com os seus bens. Qualquer agressão contra a sua propriedade material, qualquer forma de coerção sobre ele é condenada, considerada um mal, um ato ilegítimo (MAZZILLI, 2010, p.21).

Nesse contexto de (auto)propriedades, acredita-se que o Estado brasileiro deve ser reduzido ao mínimo, pois o seu inchaço castra a liberdade individual e, ao mesmo tempo, é a gênese de todas as mazelas sociais. Nesta visão, o Estado só alimenta a ineficiência do funcionalismo público, a corrupção e a dificuldade de cultivar o empreendedorismo, o que impossibilita, como consequência, o desenvolvimento da população que é obrigada a pagar impostos – os quais são considerados atos coercitivos ilegítimos e violentos perante os bens individuais dos cidadãos.

Além disso, com base nessa perspectiva antiestadista, lê-se o mundo a partir da ideia de que

A história do estado é uma história de violência, e, não é por acaso que uma das definições que usamos para definir o estado é a de monopolista da violência. Na verdade, com o pretexto de limitar os pequenos conflitos, criou o maior dos conflitos que a humanidade já conheceu. Não por acaso o século XX é conhecido como o século das duas grandes guerras e também como o século dos grandes estados nacionais. De fato, apenas o estado, com a imposição dos impostos, é capaz de

---

<sup>2</sup>Aqui, a expressão “eco marxista” é usada genericamente, em referência às ideias socialistas de Karl Marx e seu materialismo histórico.

desenvolver grandes “armas”, apenas o estado com o alistamento obrigatório é capaz de ter grandes exércitos. Apenas o estado pode fazer as grandes guerras. Os conflitos entre estados geraram dezenas de milhões de mortos no último século, muito mais do que os “pequenos” conflitos entre indivíduos poderiam ter criado na ausência dele ( MAZZILLI, 2010, p.18-19).

Na contramão das palavras de Mazzilli (2010), o pensador Safatle (2012, p.24) representa o ente estatal em outros termos, defendendo a necessidade de seu funcionamento: “os últimos 30 anos demonstraram, claramente, como as dinâmicas de redistribuição de luta contra fraturas sociais não se realizam sem a força da intervenção do Estado”.

Em outras palavras, enquanto uns asseveram que o Estado é o produtor de violência; outros sustentam que apenas com a sua intervenção é que injustiças sociais podem ser solucionadas. Essa disparidade entre os posicionamentos é parte importante que impulsiona este trabalho, uma vez que eles acarretam maneiras absolutamente díspares de significar as relações em sociedades.

Portanto, esta dissertação é concebida diante de tais considerações e, também, a partir de um incômodo pessoal do pesquisador com o fato de que, ao se afirmarem como pertencentes a uma determinada linha de pensamento liberal e libertária, os indivíduos que cultuam esses ideais de liberdade marcam uma determinada maneira de estar no mundo, de percorrer os espaços sociais e, conseqüentemente, de moldar suas práticas discursivas significativas na relação com a alteridade.

Assim, revestem-se os elementos destoantes de suas crenças com uma representação antagônica específica, que merece atenção, já que parece ser um importante elemento de mobilização social que incide sobre os âmbitos da representação, da ação e da identificação, conforme Fairclough (2004). Para demonstrar um pouco disso, é válido citar alguns pontos que resumem aspectos do mundo significados à luz desse ideário, por exemplo:

- a) A compreensão de que se deve privatizar as instituições públicas para se ter eficiência nos serviços;
- b) O entendimento reducionista de que os direitos trabalhistas consolidados na CLT (Consolidação da Leis de Trabalho), como o salário mínimo, são problemas graves que apenas tornam o Brasil um dos lugares mais difíceis no mundo para se empreender;
- c) A aversão profunda à ideia da obrigação de se pagar impostos, os quais são lidos, nesta perspectiva, como sinônimos de roubo, o que pode trazer a implicação de que crimes como a sonegação fiscal são legítimos;

- d) Uma ojeriza pelos termos “Marx”, “luta de classes”, “opressor e oprimido”. Expressões essas que, em diversos textos encontrados nas redes sociais, são corriqueiramente acompanhadas por avaliações como “mimimimimi<sup>3</sup> vitimista”, “coisa de militante esquerdista”, “esquerdopatas”, entre outros atributos pejorativos;
- e) A adoção do individualismo como uma opção mais legítima que a noção de coletividade propagada no senso comum, o que sustenta a contraposição a políticas públicas tidas como meros “assistencialismos” que, para liberais e libertários, apenas aumentam a carga tributária do país;
- f) Uma defesa apaixonada do capitalismo, do livre mercado, da meritocracia e do ideal de “trabalho duro”.

Diante do inconformismo do pesquisador com tais leituras e dado o caráter interdisciplinar da Linguística Aplicada (doravante LA), a presente pesquisa é semeada no solo da Análise de Discurso Crítica, erigida por Norman Fairclough. Este compreende o discurso não só como linguagem em uso, mas também como um momento de uma prática social. Para o britânico, uma das maneiras de se compreender as questões de ideologia e de poder, inerentes aos fenômenos semióticos do âmbito social, é por meio de uma análise textualmente orientada. Esta pode ser operacionalizada pelos três modos de significação do discurso, a saber: modo de agir (gêneros), modo de representar (discursos) e modo de ser (estilos), os quais também podem ser vistos como modos de ação, de representação e de identificação.

Iluminada por este arcabouço teórico, esta investigação foi feita com o fim de levantar uma compreensão sobre o corpus de 5 artigos de opinião que significam, antagonicamente<sup>4</sup>, a atuação do Estado brasileiro. Seus autores, independentemente de serem liberais ou libertários, se valem de um discurso de liberdade que é o nosso objeto de análise. Como o foco do estudo não é a particularidade identitária de liberais e libertários e sim as representações projetadas com base nas ideias de liberdade por eles compartilhadas, decidiu-se por não focalizar tal distinção, o que tornou possível colocar em relação sinonímica os termos “liberal” e “libertário”. Conseqüentemente, ao longo da pesquisa, são usados como sinônimos: discurso de liberdade, discurso liberal, discurso libertário, discurso opositor ao Estado, discurso liberal-libertário entre outros recursos que efetivam a referência.

---

<sup>3</sup> Espécie de onomatopeia popularizada nas redes sociais que remete às reclamações e às lamúrias da fala de alguém.

<sup>4</sup> Termo utilizado em sentido lato.

Esse **recorte** foi necessário em razão do *corpus* eleito que ressalta mais as ideias de liberdade do que a maneira como seus autores se identificam no âmbito da filosofia política. Em outros estudos, deve-se enfatizar, na análise, as diferenças implicadas por tais correntes.

Para gerir o objeto de estudo constituído discursivamente no corpus, este trabalho qualitativo, interpretativista, documental se guia pelos seguintes **questionamentos maiores**: (I) Como adeptos de tais noções de liberdade representam discursivamente o governo no endereçamento de questões econômicas e sociais? E (II) como gênero, discurso e estilo se articulam para significar a atuação do Estado brasileiro em artigos liberais que materializam a reivindicação pela liberdade antiestatal?

Para dar conta destas questões, fixam-se também as seguintes indagações auxiliares visando ao entendimento das estratégias de constituição discursiva nos níveis acionais, representacionais e identificacionais da luta hegemônica dos sentidos:

- ✓ No que diz respeito à **ação**, que ocorrências de intertextualidade se instalam no procedimento argumentativo dos textos analisados e que problemáticas elas levantam?
- ✓ Sobre a **representação**, como o discurso emite avaliações sobre a atuação do Estado brasileiro?
- ✓ No que concerne à **identificação**, como as identidades, construídas no discurso, materializam, linguisticamente, comprometimentos através de valores deônticos e epistêmicos?

Em sintonia com essas questões de pesquisa, estabelecem-se os seguintes objetivos:

- ✓ **Objetivo geral** – Analisar, com base nos pressupostos da ADC, como gênero, discurso e estilo se configuram na atribuição de sentidos à atuação do Estado brasileiro segundo uma perspectiva de liberdade antiestatal;
- ✓ **Objetivo específico 1** – Descrever ocorrências de intertextualidade no procedimento argumentativo do gênero textual em análise (artigo de opinião), com o fito de expor problemáticas subjacentes às representações da atuação estatal no cenário político-social da contemporaneidade brasileira;
- ✓ **Objetivo Específico 2** – Indicar os recursos utilizados no âmbito do discurso, para a emissão de julgamentos e juízos de valor sobre a atuação estatal, com o fim de aferir a

representação predominante nas práticas discursivas liberais;

- ✓ **Objetivo Específico 3** – Destacar as ocorrências de modalizações deôntica e epistêmica nas produções de autores liberais, visando a compreender como a modalização participa do processo de identificação encontrado nos enunciados dos textos analisados.

Em posse de tais metas, vale lembrar o que Menezes (2009) comenta em seu famoso artigo em que se debruça sobre os 60 anos da LA: parece ser consenso a ideia de que a linguagem tomada como prática social é o palco onde a arte de investigar, em LA, deve acontecer. Isso abre um campo fértil de estudos interdisciplinares acerca dos usos da linguagem, que favorecem reflexões sobre temas tão diversos quanto importantes em termos sociais, econômicos, políticos e, especialmente, **linguísticos**. Em razão disso, nas próximas seções, são visitadas, brevemente, noções de Direitos Constitucional e Administrativo, de Ciências Políticas e Teoria do Estado, de Ideias Econômicas e de Filosofia política para se encaminharem os objetivos supramencionados dentro de uma conjuntura vislumbrada com o amparo dessas ciências.

Com essa propensão a múltiplos diálogos, uma das primeiras motivações para se tematizar, nesta investigação, como gênero, discurso e estilo atuam na significação do Estado brasileiro foi a constatação de que ainda não houve pesquisas em LA que lidassem especificamente com o assunto. Essa **ausência** se apresenta como um convite a novas discussões nesta área aplicada de estudos.

Por exemplo, em busca no sítio de banco de dados de dissertações e teses da CAPES, encontram-se apenas 7 (sete) trabalhos que tratam, por exemplo, do tema **Libertarianismo**, mas nenhuma delas oferece uma contribuição linguística que explore as dimensões discursivas propostas aqui. Entre esses estudos, vale destacar dois: Santoro (2014) e Vadell (2002).

O primeiro – Santoro (2014) – é uma dissertação de mestrado na área do Direito, que foi defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e seu título é **Libertarianismo: epistemologia, ética e direito**. A pesquisa se desloca entre 3 campos centrais já anunciados no próprio nome do trabalho. No que é relativo à epistemologia, explana-se sobre o anarquismo metodológico, o falsificacionismo e o individualismo metodológico. Relativamente à ética, são apresentadas visões deontológica, dialogal-argumentativa, utilitária e pluralista. Já na seara do direito, faz-se uma discussão sobre sistemas monocêntricos e



policêntricos, dando ênfase ao pensamento econômico libertário. Como conclusão, é feita uma crítica sistemática às diferentes visões de libertarianismo.

O segundo estudo – Vadell (2002) – é uma tese de doutorado na área de Ciências Sociais, que foi defendida na Universidade de Campinas (UNICAMP), e seu título é **O pensamento social de Friedrich Hayek e a teoria política contemporânea**. Em suas palavras introdutórias, ele explica que o ressurgimento do liberalismo econômico no final da década de setenta e sua consolidação nos idos anos noventa é sentido pelos cientistas sociais e demais estudiosos de política como um desafio, principalmente quando se olhava o cenário da América Latina.

Destarte, o pesquisador explicita o objetivo de reconstruir os principais pontos em favor do livre mercado na perspectiva de Hayek. Nesta direção, um de seus capítulos é denominado de **Caracterização do Neoliberalismo**. Nessa parte, comenta-se que o desenvolvimento neoliberal, enquanto doutrina, começa a acontecer a partir do contexto da crise econômica dos anos 30 e vira completamente um ideário de luta político-ideológica contra o que os liberais costumam chamar de coletivismo (leia-se intervenção estatal) durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Assim, mostra-se como a obra hayekiana – **Caminho da Servidão** – é uma espécie de manifesto fundador do neoliberalismo, inspirado no liberalismo clássico. Segundo o autor da tese, este livro, publicado em 1944, instala uma frente de ataque às esquerdas do mundo.

Pautando-se em tais trabalhos, vê-se ainda outro motivo que justifica a existência desta investigação: no caso, a suposição de que as manifestações contestatórias mais recentes encontram, na filosofia política da liberdade, **um dos principais ingredientes de tensões<sup>5</sup> sociais** facilmente identificadas na mídia e nas redes sociais dos últimos tempos. O fato de elas comporem esse universo tenso indica que os movimentos de desestabilização governamental não são homogêneos e guardam diferenças ideológicas e identitárias. Neste caso, materializam, linguisticamente, valores empresariais que assumem um pretense status de verdade inquestionável, o que exemplifica um empenho de um contrapoder (CASTELLS, 2009) pelo controle dos sentidos.

Tal contrapoder tem se organizado, se expandido e tido muitas repercussões. Por exemplo, em praticamente todas as capitais da federação brasileira, há grupos de estudos liberais e libertários. Em Fortaleza, por exemplo, há o Grupo de Estudos Dragão do Mar como um bom representante dos divulgadores desses ideais. Representante esse que promove

---

<sup>5</sup> Termo utilizado em sentido lato.

palestras periódicas com temáticas preenchidas de antiestatismo na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Além desse, há ainda, na capital cearense, o grupo Bárbara de Alencar, ligado ao Instituto Federal do Ceará (IFCE), e o Grupo Atlas, ligado à Universidade de Fortaleza (UNIFOR). No interior das terras alencarinas, no Crato, há também o Grupo de Estudos Libertários Padre Cícero. E, em harmonia com todos eles, existem ainda o Instituto Liberal do Nordeste, o Instituto Liberal de SP e o Instituto Mises Brasil. Na rede social facebook, há ainda uma página intitulada “Nordeste Livre” que conta com um número crescente de seguidores. Portanto, essa **forte expansão** das tidas “ideais de liberdade” e de suas implicações parece ser outro sintoma da relevância para se discutir esse tema numa pesquisa em LA.

Feitas essas observações, as próximas páginas reúnem quatro capítulos arquitetados para que se possa abordar as questões aqui partilhadas. O primeiro é intitulado **Estado, Liberdade e (Contra)poder**. Nele são feitas breves considerações históricas e jurídico-constitucionais sobre o Estado brasileiro contemporâneo enquanto detentor de um poder, para que se compreenda seu funcionamento e seus deveres. Ao lado disso, também é conduzida uma apresentação mais detalhada sobre a noção de liberdade defendida no corpus, enquanto expressão de um contrapoder em busca da hegemonia de sentidos.

O segundo capítulo sedia a fundamentação teórica da pesquisa. Sob o título de **Fundamentos teóricos**, esta parte do estudo faz um **pequeno mapa do tempo** das ideias que atravessam as obras de Norman Fairclough ([1989]1996); ([1992]2001); ([1999]2007). Em referência à canção de Belchior, conduz-se uma apresentação orientada cronologicamente. Por fim, na seção **Alguns legados**, demonstram-se como importantes nomes influenciaram a teoria aqui utilizada.

O terceiro capítulo foi denominado simplesmente de **Metodologia**, e ele foi dividido em quatro seções, nas quais encontram-se: a) a caracterização da pesquisa; b) o corpus; c) os procedimentos de análise e d) as categorias analíticas.

Por fim, o quarto capítulo traz a análise proposta que é feita pelos domínios dos significados acional, representacional e identificacional, conforme apresentação do segundo capítulo. Em seguida, há o momento de conclusão do trabalho, onde são feitas observações pautadas na retomada das questões de pesquisa, direcionando-se, deste modo, algumas sugestões para estudos futuros.

## 2 ESTADO, LIBERDADE E (CONTRA)PODER

O presente capítulo é escrito com o objetivo de fornecer uma compreensão dos temas subjacentes ao corpus analisado no terceiro capítulo. Para isso, este foi dividido em dois momentos: um dedicado à apresentação de aspectos do Estado brasileiro como detentor de um poder; outro defendendo que as ideias de liberdades são expressões de um contrapoder. Neste viés, as seguintes referências pavimentaram este caminho: Castells (2009), Corazza(1986), Boaz (1997), Bonavides (2000), Dallari (2016), Dias (2012), Dimarch (2013), Heilbroner (1996), Lebrun (1981), Mathias (2012), Mazzilli (2010), Mendes (2009), Mouffe (1999), Rodrigues e Barbosa (2017) e Rothbard (2013).

### 2.1 O ESTADO BRASILEIRO E PODER

O que é o Estado brasileiro e como ele se relaciona com a sociedade? Para tentar dar conta desse debate, é bem-vindo o trabalho de Bonavides (2000) em que se explica que, às vezes, os conceitos de Sociedade e de Estado têm sido aplicados em contraste; às vezes sem distinção. Emoldura-se, entretanto, a visão de que a sociedade seria um círculo mais amplo, enquanto o Estado seria um círculo mais restrito. Deste modo, a Sociedade viria em primeiro lugar, já o Estado, em segundo.

Historica e sociologicamente, o pensamento político do Ocidente passa a ver esse dualismo sociedade-Estado como decorrência, segundo Bonavides (2000), do declínio e da dissolução do corporativismo medieval e do surgimento da burguesia. Esta, com base em tal dualidade, faz emergir o Estado enquanto ordem jurídica, corpo normativo, máquina do poder político. Diferentemente, a sociedade passa a ser compreendida como esfera de dimensões mais amplas, de natureza materialmente econômica, em que indivíduos agem e trabalham.

Bonavides (2000) é elogioso ao afirmar que há mais acuidade na distinção que Rousseau faz entre Sociedade e Estado. No que concerne à primeira, explica-se que Rousseau entendeu o conjunto de grupos fragmentários, de “sociedades parciais” em que, em face de conflitos de interesses, deve-se recorrer a vontade de todos. O Estado, para ele, equivale ao eixo das decisões de vontade geral, o que confere autenticidade e consistência à relação indivíduo-Estado. Nessa direção, a sociedade é uma realidade intermediária entre o indivíduo e o Estado, conjuntura em que a sociedade é superior ao Estado, mas é inferior ao indivíduo.

Independentemente de que nacionalidade seja, brasileira ou não, neste percurso, definir a palavra Estado não é um exercício tão simples. Apesar de o termo fazer parte do

cotidiano dos cidadãos comuns, há muita celeuma em torno dele que não vem de hoje. Bonavides (2000) até comenta que um importante nome do liberalismo, Bastiat, desafiou, em tom jocoso e pessimista, alguém a dar uma definição satisfatória ao termo, propondo inclusive uma recompensa pecuniária generosa a quem conseguisse tal “façanha”. Isso ocorreu no século XIX e, desde então, há ainda muitas ponderações que podem ser feitas acerca do tema.

Cabe destacar, portanto, ainda na esteira da apresentação de Bonavides (2000), que o que se chama, hodiernamente, de Estado – enquanto ordem política da sociedade – já teve, no passado, outras denominações que, conseqüentemente, decorriam de outras realidades. Historicamente, tanto a *polis* grega como a *civitas* e a *respublica* dos romanos já configuravam um dos modelos mais primevos de Estado, pois uniam personificação do vínculo comunitário, aderência imediata à ordem política e cidadania.

Mais tarde, nos tempos do Império Romano, durante o seu processo de expansão (e ainda mais tarde entre os germânicos conquistadores), os vocábulos *Imperium* e *Regnum* eram usados corriqueiramente para indicar a idéia de Estado, como organização de domínio e poder. Já na Idade Média, empregava-se o termo *Laender* (“Países”) que trazia a conceituação de Estado ligada ao conceito de território.

No entanto, remonta a Maquiavel (*apud* BONAVIDES, 2000) o primeiro uso da palavra em sua acepção moderna. Em *O Príncipe*, ele inicia a obra com a seguinte máxima: “Todos os Estados, todos os domínios que têm tido ou que têm império sobre os homens são Estados, e são Repúblicas ou Principados”.

O avançar do termo na história ocidental fez com que diferentes pensadores formulassem caracterizações ou definições sobre o Estado moderno seguindo, pelo menos, três orientações: uma filosófica, uma jurídica e outra sociológica.

Portanto, uma compreensão filosófica do Estado acessa as palavras primeiras de Hegel (*apud* BONAVIDES, 2000) que o define como “realidade da ideia moral”; “substância ética consciente de si mesma”; “manifestação visível da divindade”. Nesta acepção, a compreensão sobre o ente estatal converge para o princípio dialético da Idéia como a síntese do espírito objetivo, que é tido como o valor social mais alto e que concilia a contradição Família e Sociedade. É, assim, uma instituição que faz sobrepair o absoluto em manifestações dialéticas, que englobam tanto a arte, como a religião e a filosofia.

Já na tentativa de conceituar juridicamente, Kant (*apud* BONAVIDES 2000), com seu formalismo inflexível, leu a organização estatal apenas como “a reunião de uma multidão de homens vivendo sob as leis do Direito”. Entretanto, Del Vecchio (*apud* BONAVIDES, 2000) critica essa definição, considerando-a inexata e muito abrangente, pois tal conceito poderia ser

aplicado, segundo ele, tanto a um município, como a uma província ou até mesmo a uma penitenciária.

Em contrapartida, esse crítico de Kant deu uma definição jurídica que foi considerada mais satisfatória pela crítica, superior ao formalismo do filósofo prussiano. Sustentou, então, uma definição de Estado segundo a qual “o sujeito da ordem jurídica na qual se realiza a comunidade de vida de um povo” ou “a expressão potestativa da Sociedade”. Com essas noções, separam-se Sociedade e Estado. Tal separação é o que satisfaz do ponto de vista jurídico, pois, de um lado, coloca-se o Estado como um laço jurídico ou político, enquanto a Sociedade é posta como uma multiplicidade de laços.

Ainda na esfera jurídica, o conceito de Estado de Burdeau também tem relevância, uma vez que este observa o aspecto institucional do poder. Para esse autor, o Estado “se forma quando o poder assenta numa instituição e não num homem. Chega-se a esse resultado mediante uma operação jurídica que eu a chamo de institucionalização do Poder” (BONAVIDES, 2000, p.67).

Influenciado por Burdeau, Jean-Yves Calvez preceitua que “O Estado é a generalização da sujeição do poder ao direito: por uma certa despersonalização”. Como consequência, demonstra-se, nesse desenvolvimento das ideias de Burdeau, que o Estado existe apenas onde ele é tomado como um poder independente dos governantes. (BONAVIDES, 2000, p.67).

Já a acepção sociológica é apresentada em torno de alguns nomes, a saber: Oswaldo Spengler, Oppenheimer, Duguit, von Jehrings, Marx e Engels, Max Weber. O quadro seguinte oferece, com base na apresentação de Bonavides (2000), uma sistematização entre tais pensadores e suas respectivas definições de Estado que gravitam majoritariamente, nos polos do poder, da exploração econômica e da coerção.

**Quadro 1** – Relação entre acepções sociológicas e respectivas definições de Estado

Acepção sociológica - Pensador	Definição de Estado – em Bonavides (2000)
Spengler	Surpreende, no Estado, a História em repouso; e, na História, o Estado em marcha.
Oppenheimer	O Estado, pela origem e pela essência, não passa daquela “instituição social, que um grupo vitorioso impôs a um grupo vencido, com o único fim de organizar o domínio do primeiro sobre o segundo e

	resguardar-se contra rebeliões intestinas e agressões estrangeiras”
Duguit	<p>Considera o Estado coletividade que se caracteriza apenas por assinalada e duradoura diferenciação entre fortes e fracos, onde os fortes monopolizam a força, de modo concentrado e organizado.</p> <p>Grupo humano fixado em determinado território, onde os mais fortes impõem aos mais fracos sua vontade.</p>
von Jehring	o Estado é simplesmente “a organização social do poder de coerção” ou “a organização da coação social” ou “a sociedade como titular de um poder coercitivo regulado e disciplinado”, sendo o Direito por sua vez “a disciplina da coação”
Marx e Engels	Explicam o Estado como fenômeno histórico passageiro, oriundo da aparição da luta de classes na Sociedade, desde que, da propriedade coletiva se passou à apropriação individual dos meios de produção. Instituição, portanto, que nem sempre existiu e que nem sempre existirá.
Max Weber	Aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território, reivindica para si, de maneira bem-sucedida, o monopólio da violência física legítima.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se, acima, uma variedade de leituras que não são excludentes: a maioria aponta para o Estado como detentor de uma força propiciadora de dominação. Vê-se, assim, que conceituar, sociologicamente, implica pensar em violências e injustiças radicadas na oposição entre “vitoriosos” e “vencidos”; entre “fortes” e fracos”; entre “governantes” e “governados”.

Consoante este panorama, pode-se compreender a conjuntura de funcionamento do Estado brasileiro contemporâneo ao se avaliar Mathias (2012) que traz importantes contribuições sobre como a prática discursiva jurídico-normativa constitucional instaura, pelo intermédio de formas linguísticas, uma construção discursiva do Estado de direito que contribui para manutenção de relações de dominação.

Debruçando-se sobre a Constituição Federal do Brasil (1988), a pesquisadora demonstra a importância de se inspecionar, criticamente, o texto constitucional, pois este é o maior documento prescritivo da nação que delimita as extensões da atuação do Estado de direito e norteia o seu agir pelos efeitos da linguagem, conforme se explica a seguir.

a formação da ordem jurídica constitucional brasileira se dá por intermédio de lutas, travadas no interior e por meio da linguagem. O Estado de direito, os elementos que o constituem, as regras que regem seu funcionamento nada mais são que construções sócio-discursivas, que reclamam de forma urgente uma análise crítica, que leve em consideração sua dimensão ético-política. (MATHIAS, 2012, p.56)

Como é perceptível, a necessidade de se considerar os aspectos ético-políticos da ordem constitucional brasileira advém do fato de as normas, enquanto construções sócio-discursivas, serem resultantes de embates sociais consolidados por usos linguísticos que regulam e afetam, diretamente, a vida de todos os cidadãos, pois a Constituição é

o diploma normativo que inaugura o Estado de direito, por meio da fixação de uma ordem. Nela encontram-se os limites para o exercício do poder estatal, pela fixação de garantias fundamentais destinadas ao indivíduo e às coletividades, assim como dos preceitos, das condutas, das vedações e das sanções que regulam a vida da sociedade e formam o ordenamento jurídico nacional. Temos dito que o texto constitucional, por esse motivo, tem a finalidade essencial de estabelecer as feições do Estado de direito que instaura, traçando os princípios fundamentais da vida, do funcionamento, da atuação desse mesmo Estado. (MATHIAS, 2012, p. 43-44)

Ao reconhecer o poderio do referido diploma em fixar garantias fundamentais para indivíduos e coletividades, Mathias (2012, p.44) compreende, em seu estudo, o texto constitucional como um ato de fala<sup>6</sup> fundador que institui uma ordem de discurso “que é, também, ordem jurídica com força cogente sobre a nação”.

Mendes (2009) esclarece que a Carta Magna não é exatamente o que os seus redatores propuseram em seu constituinte histórico. Ao invés disso, os efeitos da lei maior são sempre resultados da experiência de um processo de aplicação, cujas conclusões não são fechadas, nem completamente previsíveis por causa da política constitucional de cada tempo. Ou seja, as decisões políticas são fatores preponderantes na efetivação do documento, como fica claro a seguir.

Partimos da idéia de que a Constituição, embora sendo a chave de abóbada de todo o sistema jurídico — a lei suprema do país —, não é aquilo que o seu autor, o constituinte histórico, imaginou ou pretendeu que se fizesse com ela, mas o que, afinal, resultar da experiência da sua aplicação. Entregue aos seus destinatários — tanto os intérpretes/aplicadores oficiais quanto os cidadãos, que orientam a vida conforme os seus ditames —, a Carta Política, mais do que uma obra feita, é um projeto em constante reformulação, um experimento em marcha ou, se preferirmos, um conjunto de materiais de construção, com que se poderão erguer monumentos diversos, a depender da política constitucional que, a cada época, vier a presidir a sua utilização. (MENDES, 2009, p. 202)

<sup>6</sup> “De significativa importância para a pragmática é a teoria dos atos de fala. Como o nome já sugere, essa teoria já considera as frases da língua como ações sobre o real, de onde advém a concepção de “atos de fala”, na perspectiva atribuída pelo seu precursor, o filósofo inglês John Austin, em seu livro *Quando dizer é fazer*. Sob essa perspectiva, quando falamos, não fazemos apenas declarações, mas fazemos coisas como: ordenar, perguntar, pedir, desculpar-nos, lamentar, rogar, julgar, reclamar, etc. Dessa forma, Austin também rompe com a noção tradicional da semântica baseada nos valores de verdade e falsidade das sentenças ao introduzir o conceito de “performativo”. Performativo é todo enunciado que realiza o ato que está sendo enunciado.” (MARTELOTTA, 2012, p.92)

Seguindo essa linha, Mendes (2009) também destaca que a Constituição de 1988, apesar da dependência política que preside sua utilização, é a mais democrática de todas as cartas políticas, se comparada às que a antecederam, em razão do processo e do ambiente de sua gestação. Nossa história abriga experiências negativas em que as constituições precedentes foram outorgadas por grupos hegemônicos, às vezes, sem mandato político e sem participação popular, sendo impostas por déspotas. Consequentemente, a Carta Política vigente pode ser vista como a única verdadeiramente espontânea, porque foi elaborada integralmente “de baixo para cima” e de “fora para dentro”.

Na contramão, não é de se admirar que existam intelectuais que divirjam dessa ideia de que o processo constituinte de 1987/1988 foi aberto, democrático e participativo. Segundo Mendes (2009), há estudiosos que afirmam que, na verdade, o que se desenrolou politicamente no país foi um “pacto pelo alto”, isto é, resultou de uma transição negociada, sem transformação real da ordem estabelecida, um trâmite absolutamente alheio à população.

De todo modo, com ou sem participação popular em sua construção, a Constituição da República Federativa do Brasil vigente registra, em suas páginas, a linguagem que legitima – ainda que, às vezes, apenas na teoria – princípios, direitos e garantias fundamentais, os quais governam o funcionar do Estado. Entre os princípios fundamentais, o documento traz a seguinte norma (os grifos são nossos):

**Art.1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissociável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

**Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

**Art.2º** São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**Art.3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quais outras formas de discriminação.

**Art 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político.

**Parágrafo único.** A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).



Esses quatro primeiros artigos estabelecem as bases políticas, sociais, administrativas e jurídicas do Brasil. O primeiro traz o fundamento da existência e da manutenção do Estado. O segundo apresenta a divisão estatal harmônica e independente dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. O terceiro assume o compromisso governamental com objetivos a serem perseguidos pela nação brasileira. Finalmente, o quarto consolida os princípios norteadores das relações internacionais. Somados a eles, podem-se citar ainda os Direitos e Garantias Fundamentais institucionalizados pelos artigos 5º e 6º:

**Art 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

**Art 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, nas formas desta constituição. (BRASIL, 1988)

Para dar conta tanto da isonomia como dos direitos sociais acima consolidados, é instituído, constitucionalmente, o art.18º, no qual é imposta a organização político-administrativa, segundo a qual “a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1998). Cada um desses níveis tem como competência comum o que segue no art. 23:

- I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII – preservar a floresta, a fauna e a flora;
- VIII – fomentar a organização agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX – promover programas de construção de moradias e melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico;
- X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito (BRASIL, 1988).

Paralelamente a essas prerrogativas, ainda compete, de acordo com o art. 24, à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II – orçamento;
- III – juntas comerciais;

- IV – custas dos serviços forenses;
- V – produção e consumo;
- VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX – educação, cultura, ensino e desporto;
- X – criação, funcionamento e processo de juizado de pequenas causas;
- XI – procedimentos em material processual;
- XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII – assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV – proteção à infância e à juventude;
- XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Saindo do Direito Constitucional e adentrando o Direito Administrativo, Dias (2012) apresenta que, norteando tais competências conferidas constitucionalmente, a administração pública deve balizar seu funcionamento pelos seguintes dez princípios: a) supremacia do interesse público; b) indisponibilidade do interesse público; c) legalidade; d) impessoalidade; e) moralidade; f) publicidade; g) eficiência; h) autotutela; i) continuidade dos serviços e j) isonomia.

Em primeiro lugar, Dias (2012) explica que, no agir de qualquer empresa estatal, existe o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. Ou seja, ao se reconhecer a superioridade do interesse coletivo em detrimento do interesse individual, as conveniências e necessidades da sociedade devem se sobrepor às demandas individuais. Conseqüentemente, do ponto de vista legal, a mera satisfação de interesses privados fica em segundo plano quando as prerrogativas jurídicas do interesse público são colocadas em perspectiva em qualquer decisão administrativa.

Nesse sentido, soma-se a este o princípio da indisponibilidade do interesse público. Aqui preceitua-se que a liberdade do administrador é limitada: o interesse público não se encontra livremente disponível ao administrador, o qual deve atuar nos limites precisos da lei. Deste modo, o gestor exerce o ofício de cuidar dos bens públicos, entretanto, tal cuidado não o torna senhor da coisa pública, impondo-lhe o dever de atuar conforme a ordem geral e coletiva que, em teoria, se expressa na vontade da lei.

Por esse ângulo, chega-se ao princípio da legalidade. Dias (2012) comenta que, enquanto o princípio da supremacia do interesse público é o aspecto mais essencial de qualquer Estado – uma vez que, em todos os Estados, prevalecem os interesses públicos sobre os particulares – o princípio da legalidade, para a jurista, é a dimensão mais elementar do Estado

de Direito que é o Estado politicamente organizado que executa e respeita dignamente suas próprias leis.

Já o princípio da impessoalidade se une aos demais ao determinar a ausência de subjetividade no exercício da atividade administrativa. Entende-se, por esse fundamento impessoal, que a administração pública está proibida de beneficiar ou prejudicar alguém. Quando o agente público atua, seus efeitos enfrentam a proibição de trazer qualquer privilégio a outrem. Seu trabalho serve unicamente aos interesses do órgão público, não podendo servir a mais ninguém.

A moralidade, enquanto princípio da administração pública, exige, invariavelmente, que a conduta do administrador demonstre honestidade e transparência em sintonia com a boa-fé. Portanto, quando pratica um ato, o gestor público deve realizá-lo com o propósito inequívoco de atender ao interesse social. Do contrário, seus atos não são só ilegais, mas também imorais.

Em associação à transparência da moralidade, tem-se o princípio da publicidade. Este postula que todos atos conduzidos pela administração pública devem ser acessíveis aos administrados de modo que os cidadãos tenham (cons)ciência e possam controlar as ações do poder público. Como o administrador exerce função pública, suas ações são em nome do povo, logo, todos têm o direito de ter ciência do que acontece administrativamente. Dias (2012) esclarece que a publicidade não é apenas fundamental para o controle e o conhecimento dos atos, mas ela também é condição de eficácia, isto é, com a publicidade, os atos têm maiores condições de surtir efeitos.

Com isso, advém o princípio da eficiência que chama atenção para aspectos ligados à produtividade e à economia. Neste ponto, vedam-se o desperdício e o emprego inadequado de recursos públicos. Para tanto, a administração pública tem o princípio da autotutela, ou seja, há o direito da própria administração de revisar seus atos, podendo, então, anular feitos ilegais bem como invalidar os atos inconvenientes e inoportunos.

Somado a isso, há ainda o princípio da continuidade dos serviços públicos que determina que estes sejam prestados continuamente, sem interrupções.

Por último, o princípio da isonomia se conecta com as determinações constitucionais de que todos são iguais perante a lei. Essa igualdade incide na concessão de benefícios, nas isenções, nas vantagens, nos sacrifícios, nas multas, nas sanções, como Dias (2012) explica. Conseqüentemente, a isonomia define que todos são iguais não apenas diante da lei, mas também o são perante toda e qualquer administração pública, o que demanda, incondicionalmente, um tratamento igualitário.

Todas essas características jurídicas – acolhidas pelos Direitos Constitucional e Administrativo – convergem para corporificação do poder do Estado brasileiro e para um entendimento conjuntural dos limites de seu funcionamento. Esse panorama normativo, que regula as atividades governamentais, tem relevância para os Estudos Críticos da Linguagem, pois atesta uma importante face social, que expõe a naturalização da hegemonia<sup>7</sup> da máquina pública, que é construída pelo consentimento, socialmente partilhado, de que o Estado deve atuar nos termos jurídicos aqui comentados, mesmo pairando dúvidas e críticas sobre a fisionomia verdadeiramente democrática das legislações do país. Entretanto, nesse contexto, o Estado é “sinônimo” incontestável de exercício de poder.

Seguindo esse raciocínio, parece importante visitar as ideias de Gerard Lebrun (1981). Para ele, o poder é uma mercadoria rara, que só é possível de ser possuída às expensas de outra pessoa, pois o poder que alguém possui é a contrapartida do fato de que alguém não o possui. Como exemplo, pode-se tomar a relação entre professores e alunos, em que um professor pode ser amigo de seus alunos, mas, mesmo assim, detém um poder (de dar-lhes notas) que, em contrapartida, os alunos não têm igualmente.

Com base nisso, defende-se que só se pode compreender uma relação intersubjetiva se “for possível responder à questão: quem está em posição inferior? Quem em posição superior? Quem é o soldado? Quem é o oficial?” (Idem, p.7). Trazendo isso para a realidade do Brasil, pode-se indagar ainda, na mesma direção, quem define as leis que comandam as intervenções estatais? Quem comanda e é comandado? De quem são os interesses que as dissimetrias de poder atendem no país?

Lebrun (1981) dá continuidade a esse tema reafirmando que, se X tem poder, é preciso que em algum lugar haja um ou vários Y que sofram privação dele. Isso é o que a

---

<sup>7</sup> Hegemonia é tomada aqui – e em demais partes deste trabalho – à luz das contribuições de Gramsci, muito bem explicadas em Oliveira (2013, p.38-39): *a hegemonia se sustenta sobre dois pilares: o consentimento e a coerção. A esse respeito, Gramsci faz o seguinte comentário: a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social é dominante em relação a grupos adversos, que ele busca “liquidar” ou mesmo submeter pela força das armas, e é dirigente em relação a grupos que lhe são próximos* (GRAMSCI apud MACCIOCHI, 1980, p.153). Dessa forma, para um grupo social assegurar sua hegemonia, ele precisa difundir suas ideias junto aos grupos que lhe são próximos e criar consenso em torno delas. Daí a importância estratégica da Igreja, da escola, da universidade e dos órgãos da imprensa no processo de construção da hegemonia. Entretanto, o uso da força é também necessário para manutenção da hegemonia. Conforme ressalta Macciochi, “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação” (OLIVEIRA, 2013, apud MACCIOCHI, 1980, p.35). Se um grupo social perder a hegemonia e, mesmo assim, se mantiver no poder, terá que se manter por meio da coerção, mas terá prazo de validade. Sem consentimento, baseado apenas na coerção, o poder não se sustenta durante muito tempo (entenda-se “muito” aí de um ponto de vista histórico).

sociologia norte-americana denomina de teoria do “poder de soma zero”, conforme a citação a seguir.

(...) Esta tese (ou este pressuposto, quando a tese não é expressamente enunciada), encontra-se em autores tão diferentes ideologicamente como Marx, Nietzsche, Max Weber, Raymond Aron, Wright Mills... A partir desta base, é evidente que as posições podem divergir. Uns sustentarão que o poder-dominância não é um fenômeno necessariamente vinculado a toda organização política, e que só caracteriza uma sociedade sob certas condições patológicas (sociedade de classes). Os outros (e, modestamente, estas páginas inscrevem-se nesta segunda linhagem) pensam que nenhuma organização política, pelo menos moderna, poderia funcionar sem haver dominação – e que o único problema político é, então, saber qual é o melhor modo de determinar e adequar esta última – em função, é claro, dos valores e da escala de valores escolhidos. (LEBRUN, 1981, p.7)

Além de acreditar que nenhuma sociedade possa existir sem dominação, Lebrun ainda advoga pela ideia de que o poder “ não é um ser, alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar[...] É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda à parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.)” (1981, p.8).

Com isso, em todas as partes do corpo social, enraíza-se um dever de obediência por parte do cidadão, como Lebrun (1981, p.9) nota “O poder não deve sua existência às nossas promessas; longe disso, é ele, reconhecido há tanto tempo como uma fatalidade, que nos força a cumpri-las. Assim, há muito tempo que “ser cidadão” = “ser obediente””. No entanto, o francês também informa que o poder moderno – apesar de alimentar tal relação de obediência – “não é mais, essencialmente, uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos seus súditos, o Estado superior ao indivíduo), e sim uma instância de controle que **envolve**<sup>8</sup> o indivíduo **mais do que o domina**<sup>9</sup> abertamente” (1981, p.33).

O autor de *O que é o Poder?* afirma ainda que, salvas as exceções extremas, o poder estatal “não pode ser definido como uma máquina monstruosa que, cinicamente, esmigalha os indivíduos: acima de tudo é uma máquina que produz os indivíduos e, dando-lhes ‘bons hábitos’, institui ou tende cada vez mais a instituir o social” (LEBRUN, 1981, p.34).

Por fim, cabe observar também que, desde o século XIX, momento de exacerbação da mentalidade positivista, a palavra poder é predominantemente tomada como pejorativa, significando puramente “mandar”. Em razão disso, Lebrun (1981, p.39) comenta que “Este poder, uns propõem eliminá-lo simplesmente, outros submetê-lo a uma vigilância estrita – e

---

<sup>8</sup> Negrito nosso.

<sup>9</sup> Negrito nosso.

todos concordam que o melhor seria substituí-lo por uma gestão científica, por uma administração, finalmente, racional.”

Nesta linha, a próxima seção deste capítulo apresenta um pouco sobre uma ideologia que, ao questionar e antagonizar o poder estatal, sugerindo sua eliminação ou limitação pautada num ideal de racionalidade, assume um papel que denominamos aqui de **contrapoder**, em consonância com Castells (2009). Para chegar lá, ao longo destas linhas, foi possível fazer um “sobrevo” por concepções filosófica, jurídica e sociológico sobre o Estado, bem como foi possível visualizar como o termo percorreu a história. Também foi possível estudar – rapidamente – como tanto o Direito Constitucional como o Direito Administrativo modelam o agir do setor público. E, a seguir, percorrem-se considerações sobre liberalismo e libertarianismo como instâncias antagônicas da ordem vigente brasileira.

## 2.2 SOBRE IDEIAS DE LIBERDADE – UM CONTRAPODER

As ideias de liberdade – que aqui são consubstanciadas pelo Liberalismo e pelo Libertarianismo – se opõem, veementemente, aos elementos fixados no arcabouço jurídico brasileiro contemporâneo, sobre o qual alguns aspectos foram brevemente apresentados na seção anterior. Aqui, tomam-se, como ponto de partida, as ideias econômicas desde a fisiocracia do século XVIII até o liberalismo. Também são feitas considerações sobre o libertarianismo, bem como sobre algumas percepções de liberdade ao longo da história.

Antes disso, cumpre explicar que essa apresentação segue o entendimento de que esses ideais dão existência a um **antagonismo** que é a manifestação de um **contrapoder** que se impõe adversamente a toda e qualquer interferência ou excesso de poder do Estado nos níveis econômicos, sociais e jurídicos. No que tange ao primeiro elemento negrito, mobiliza-se a leitura de Chantal Mouffe (1999). Esta cientista-política, em nome de uma democracia plural e radical, argumenta que o desenvolvimento das sociedades liberais – fundadas sobre os pilares de perspectivas racionalista, individualista e universalista – tem propiciado um esvaziamento do político que pode ser considerado preocupante, uma vez que se cria uma divisão entre inimigos de diferentes posicionamentos ideológicos.

Diferenciando antagonismo de agonismo, ela mostra que o que caracteriza uma democracia pluralista

é o estabelecimento de uma distinção entre as categorias de "inimigo" e "adversário". Isso significa que, dentro do "nós" que constitui a comunidade política, o oponente não será visto como um inimigo a ser combatido, mas como um adversário da existência legítima e tolerável. Suas idéias serão combatidas vigorosamente, mas seu direito de defendê-las nunca será questionado. No entanto, a categoria de "inimigo" não desaparece, porque permanece relevante em relação àqueles que, ao questionar os

próprios fundamentos da ordem democrática, não podem entrar no círculo de iguais. (MOUFFE, 1999, p.16)<sup>10</sup>.

Nessa interpretação, a categoria do inimigo estaria para o antagonismo, assim como a categoria de adversário de existência legítima e tolerável estaria para o agonismo. Deste modo, apoiada nessa distinção, a pensadora advoga que o enfrentamento agonístico é a condição de existência da democracia, pois

a democracia não pode sobreviver sem certas formas de consenso - que devem ser apoiadas pela adesão aos valores ético-políticos que constituem seus princípios de legitimidade e nas instituições em que estão registrados -, mas também deve permitir que o conflito se expresse, o que exige a constituição de identidades coletivas em torno de posições bem diferenciadas. É necessário que os cidadãos realmente tenham a possibilidade de escolher entre alternativas reais. (MOUFFE, 1999, p.16-17)<sup>11</sup>.

Em associação com essas palavras, pode-se dizer que os defensores das ideias de liberdade, ao se oporem ao Estado via práticas discursivas, lutam pela instauração de outros valores ético-políticos para criar um outro consenso que se harmonize com suas crenças. Ao fazerem isso, a linguagem encontrada no *corpus* foge do princípio agonístico, pois o outro não é considerado legítimo; o outro – que diverge dos parâmetros liberais – é ridicularizado, difamado e, em alguns textos, até mesmo a sua eliminação é defendida. Nesse sentido específico, frisa-se, portanto, o caráter antidemocrático e antagônico do ideário analisado.

Tal antagonismo lembra as considerações de Manuel Castells (2009) sobre o contrapoder. Este é compreendido como um combate, uma resistência ao poder institucionalizado:

Por não ser um sistema monolítico, toda organização institucional detentora de poder coexiste ao contrapoder, uma vez que, onde há dominação, há resistência à dominação. Aqueles que estão à frente das instituições dominantes agregam a estas seus valores, e, por sua vez, a resistência emerge daqueles que não sentem seus próprios valores representados por tais instituições. Dessa forma, consolida-se uma dinâmica de construção e reconstrução das relações de poder, um processo de constante renegociação pautado na diversidade de valores (DIMARCH, 2013)<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup>Tradução nossa de: es la instauración de una distinción entre las categorías de «enemigo» y de «adversario». Eso significa que, en el interior del «nosotros» que constituye la comunidad política, no se verá en el oponente un enemigo a abatir, sino un adversario de legítima existencia y al que se debe tolerar. Se combatirán con vigor sus ideas, pero jamás se cuestionará su derecho a defenderlas. Sin embargo, la categoría de «enemigo» no desaparece, pues sigue siendo pertinente en relación con quienes, al cuestionar las bases mismas del orden democrático, no pueden entrar en el círculo de los iguales (MOUFFE, 1999, p.16)

<sup>11</sup>Tradução nossa: la democracia no puede sobrevivir sin ciertas formas de consenso -que han de apoyarse en la adhesión a los valores ético-políticos que constituyen sus principios de legitimidad y en las instituciones en que se inscriben-, pero también debe permitir que el conflicto se exprese, y eso requiere la constitución de identidades colectivas en torno a posiciones bien diferenciadas. Es menester que los ciudadanos tengan verdaderamente la posibilidad de escoger entre alternativas reales.

<sup>12</sup> Retirado de < <http://www.fronteiras.com/resumos/comunicacao-e-poder-sp> > em 9 de novembro de 2017.

Feitas essas considerações introdutórias concernentes ao antagonismo e às relações de poder, é hora de percorrer algumas visões históricas do contrapoder materializado no corpus deste estudo, que é de interesse da análise. Assim, em *A história do pensamento econômico*, Heilbroner (1996) conduz, como parte do compromisso anunciado no título de sua obra, uma cronologia das escolas de economia ao longo dos séculos. Enquanto genealogia do liberalismo, iniciou-se, na França do século XVIII, uma tendência chamada de Fisiocracia cujo grande nome é o médico Quesnay que a inaugurara. Nesse tempo, a tradição fisiocrata elaborou o *tableau économique*, que consistia de um dos primeiros esquemas de interpretação do funcionamento da economia.

Em contestação às ideias da época, o *tableau* refletia a percepção de vida “biologizante” de um médico, que considerava a riqueza como um sólido acúmulo de ouro e prata. Deste modo, o fisiocrata pensava que, assim como o sangue circula dando força e vigor a um corpo, a riqueza também fortalecia o organismo social, alastrando-se através do país, de mão em mão, mas tendo as suas raízes na produção agrária.

Esse pensamento impressionou bastante as pessoas da época, mas Heilbroner (1996) nota que o grande problema da Fisiocracia era a sua crença insistente de que apenas o trabalho agrícola era produtor de riqueza legítima, enquanto os demais trabalhos – industrial e comercial, por exemplo – faziam apenas manipulações estéreis do produto primário. No contexto dessa oposição, ele advogava uma política do *laissez-faire*, o que era uma postura muito radical para a época e que, ao mesmo tempo, plantou as primeiras sementes do liberalismo.

Segundo Corazza (1986), a teoria econômica fisiocrata representa os mecanismos do funcionamento de uma economia que seria a primeira versão sistemática da produção capitalista. O seu personagem principal não é o proprietário rural, como se pode pensar de antemão, mas sim o arrendatário capitalista. Mesmo com uma glorificação da propriedade rural, a fisiocracia é, sobretudo, uma defesa da atividade capitalista recém-nascida que é primeiramente agrícola, mas também é industrial.

Corazza (1986) também comunica, em sua obra *Teoria econômica e estado*, que, para os fisiocratas, a economia é a ciência do poder do bom governo. Nesse sistema, há a instituição de uma ordem natural a que o governo deve obedecer. Essa ordem é natural no sentido de que, espelhando uma providência divina, os homens e o governo não podem criar obstáculos ao livre e espontâneo desenvolvimento dos agentes que atuam na sociedade. Em outras palavras, há, em tal ordem, o desenho embrionário das noções de livre mercado e de livre concorrência.



Com isso, as lentes fisiocratas já liam que não caberia ao Estado criar leis que regessem o funcionamento da economia e da sociedade. Caberia a ele, simplesmente, descobri-las e se submeter a elas. Por isso, no século XVIII, a fisiocracia também já pregava a abolição de regulamentações, de taxas e de impostos – características da intervenção do Estado que era a regra no período mercantilista anterior, o qual a escola fisiocrata negava.

Direcionando os holofotes para o liberalismo<sup>13</sup>, muitos afirmam que o núcleo duro de seu pensamento é a ideia de Locke, segundo a qual todos os homens nascem livres e iguais. Ao lado dele, Montesquieu, J. S. Mill, Popper, Hayek, Mises, Rawls, Hobbes, entre muitos outros, unem-se na crença da supremacia da liberdade individual, o que implica a contraposição ao que eles consideram como coerções do Estado.

À luz da História, a defesa liberal do individualismo se relaciona à emergência do Estado moderno absolutista, centralizador, o que fez com que fosse despertada a interpretação de que todos os defeitos do monarca eram confundidos com a figura do Estado, como explica Dallari (2016) a seguir:

O Estado Moderno nasceu absolutista e durante alguns séculos todos os defeitos e virtudes do monarca absoluto foram confundidos com as qualidades do Estado. Isso explica porque já no século XVIII o poder público era visto como inimigo da liberdade individual, e qualquer restrição ao individual em favor do coletivo era tida como ilegítima. Essa foi a raiz individualista do Estado liberal. Ao mesmo tempo, a burguesia enriquecida, que já dispunha do poder econômico, preconizava a intervenção mínima do Estado na vida social, considerando a liberdade contratual um direito natural dos indivíduos. Sob influência do jusnaturalismo, outros direitos naturais foram sendo proclamados, sobretudo no âmbito econômico, como a propriedade, visando a impedir qualquer interferência do Estado no sentido de criar algum condicionamento à manutenção e ao uso dos bens, ou alguma restrição aos termos de qualquer contrato. (DALLARIA, 2016, p. 270)

O excerto anterior, além de explicar a origem da centralidade do individualismo no Estado liberal, também informa sobre a influência do jusnaturalismo, linha de pensamento em que se destaca a importância da propriedade privada e da liberdade contratual na leitura de mundo dos defensores de um Estado mínimo.

No âmbito da economia, tal lógica ganha maior consistência a partir das contribuições de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, em que se sustenta o ideal de que cada homem é o melhor juiz de seus interesses e, por isso, deve ser livre para buscá-los segundo suas próprias vontades. Além disso, Dallari (2016) indica que, crendo também na existência de uma ordem natural, Smith defendeu que uma configuração estatal mínima garante a harmonia

---

<sup>13</sup> Essas observações sobre liberalismo se embasam na apresentação de Rodrigues e Barbosa (2017).

de todos os interesses e necessidades das pessoas, o que acarreta, para ele, a crença de que a intervenção do Estado, em questões individuais, é altamente condenável e desnecessária.

No eixo político, o liberalismo se afirma como doutrina apenas no século XIX, a partir de 1859, com a publicação de Stuart Mill, intitulada “Da liberdade”. Nesta obra, na qual ecoa a voz de Rousseau, o filósofo e economista britânico reforça o que já vinha sendo defendido sobre como o indivíduo é melhor gestor de seus interesses do que o Estado.

Voltando à companhia de Lebrun (1981), este faz saber que a liberdade reivindicada pelo liberal não é a mesma austera liberdade do Cidadão rousseauísta, intermediada pelo Estado. Diferentemente disso, ela é a busca pela preservação absoluta da esfera privada contra as interferências do poder. O interesse do liberal recai, então, sobre a independência da sociedade civil, adulta e racional. Dando suporte a tal visão, a voz de Adam Smith é trazida para defender que

O sistema simples da liberdade natural apresenta-se por si próprio e encontra-se plenamente estabelecido. Todo homem, enquanto não infringe as leis da justiça, conserva-se inteiramente livre para seguir o caminho que lhe aponta o seu interesse, e para levar onde quiser a sua indústria e o seu capital, conjuntamente com os de qualquer outro homem, ou de qualquer outra classe de homens (LEBRUN, 1981, p.30 *apud* 1776).

Em uníssono com Smith, as palavras do economista francês Jean- Baptiste Say também são trazidas para sustentar que “o estado de saúde da indústria e da riqueza é o estado de liberdade, é o estado em que os interesses se protegem a si próprios. A autoridade pública só é útil para protegê-los contra a violência” (LEBRUN, 1981, p.30 *apud* 1841).

Em discordância com tais leituras, Lebrun critica, de maneira pouco branda, tais ideias ao asseverar que o liberalismo se aloja numa ilusão que parte de

uma análise sumária e fraudulenta do problema político. Pretende reduzi-lo ao resultado de uma partida: “Indivíduo vs. Estado”. Ora, trata-se de uma partida fraudada. Pois, afinal, o que é este “indivíduo”? De onde provém este átomo social zeloso por seus direitos? Ele já não foi fabricado, sorrateiramente, pelo poder? Pobres dos revolucionários românticos que não partem desse dado de fato! (LEBRUN, 1981, p.34)

Mantendo o tom crítico e incisivo, Lebrun assevera também que o valor liberal de “liberdade” ou de “liberdades”, como uma aspiração fundamental dos seres humanos, é uma tolice (sic) que deve ser repensada. Unindo-se a Bertrand de Jouvenel, o filósofo afirma que a verdade é que a classe dirigente gozava no Século XIX de uma segurança tão bem consolidada que ela não poderia desejar nada além de liberdade. Concedia-se, então, às classes trabalhadoras as liberdades que convinham a eles, os patrões empreendedores. Deriva, desde então, a ideia de que as greves são atentados à “liberdade de trabalho” e representam uma “ruptura unilateral de contrato”, uma vez que

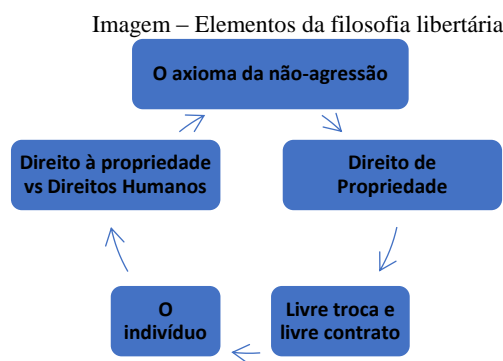
os liberais se preocupavam, antes de mais nada, com a independência dos agentes econômicos. Por isso, voltavam toda sua desconfiança contra o poder enquanto mando – na medida em que este ameaça entrar a iniciativa privada do indivíduo (não a sua iniciativa política), em que ameaça interferir na sua esfera de decisão pessoal (e não de decisão política). O que interessa ao liberal é que a sociedade civil possa cuidar tranqüilamente dos seus negócios – e não que ela exerça uma função propriamente política. (LEBRUN, 1981, p.38-39)

Demonstrando afinidade com a perspectiva liberal que clama pela independência dos agentes econômicos, em nome da citada busca pela liberdade de negócios, outra figura do que foi chamado aqui de contrapoder é o Libertarianismo, e quem se filia a essa corrente é o libertário.

Nessa filosofia política, não há intenções metafísicas ou ontológicas, isto é, não há a pretensão de responder a perguntas como “Como é a vida após a morte?”, “Deus existe?”, “Quando começa a vida?”. Por isso, Mazzili (2010) avisa que as respostas para tais indagações devem ser perseguidas em outras tradições filosóficas, religiosas ou até mesmo dentro do próprio indivíduo, pois o Libertarianismo se interessa apenas pelas as questões que abrangem as relações humanas segundo os princípios da liberdade e do voluntarismo. Conforme explica Mazzili (2010),

o Libertarianismo é, em vez disso, como dissemos, uma filosofia política. Tendo retirado a sua própria definição do conceito de propriedade, Libertarianismo é com certeza uma filosofia política econômica. Isso não quer dizer que o Libertarianismo deva abranger somente o comércio, a bolsa de valores e os consumidores. Ele abrange todas as esferas das relações humanas, quando estas envolvem duas ou mais pessoas que, como já dissemos, devem ser livres e voluntárias<sup>14</sup>. (MAZZILI, 2010, p. 23).

Em harmonia com essa citação, Rothbard (2013) traz os itens da imagem a seguir, os quais são apontados como ingredientes fundamentais que dão forma ao credo libertário e, à luz deles, tal filosofia é aqui apresentada.



Fonte: Adaptado de Rothbard (2013)

<sup>14</sup> Destaque nosso.

Como se percebe pela imagem, 5 elementos devem ser compreendidos nessa corrente ora apresentada: o axioma da não-agressão, o direito de propriedade privada, a livre troca e o livre contrato, o indivíduo, a relação entre propriedade privada e direitos humanos.

Primeiramente, o axioma da não-agressão é um dos pilares mais fortes que ajudam até a definir essa linha de pensamento. Ele estabelece o princípio de que nenhum homem ou grupo de homens pode cometer qualquer agressão a outra pessoa ou a sua propriedade. Vale ressaltar que, por agressão, entende-se qualquer uso ou ameaça de violência física contra a pessoa ou contra a sua propriedade. Assim, para Rothbard (2013, p. 37), o termo “agressão” é sinônimo de “invasão”.

Dentro dessa atmosfera, Mazzili (2010) explica que os libertários tomam o referido axioma como a solução para todos os problemas da humanidade. Por mais petulante que possa parecer, eles acreditam, desta maneira, que, se tal princípio do respeito absoluto à propriedade fosse aplicado universalmente, seria possível solucionar quase todas as experiências conflituosas entre os indivíduos.

Somado a essa expectativa de resolução de grandes conflitos, o referido axioma ainda traz outras implicações. Entre elas, Rothbard (2013) comenta, por exemplo, que, se ninguém cometer agressão contra ninguém e se todos têm o direito de estarem “livres” de agressões, o libertário se vê:

ao lado daquelas que geralmente costumam se chamar “liberdades civis”: a liberdade de falar, publicar, se reunir, e se envolver em qualquer um dos chamados “crimes sem vítima”, como pornografia, desvios sexuais, e prostituição (que o libertário não vê como “crimes” em absoluto, uma vez que ele define “crime” como uma invasão violenta da pessoa ou propriedade de outro indivíduo). Além do mais, ele vê o alistamento militar compulsório como uma forma de escravidão em escala colossal. E uma vez que a guerra, especialmente as guerras modernas, provoca a matança em massa de civis, o libertário vê tais conflitos como assassinatos em massa e, portanto, totalmente ilegítimos (ROTHBARD, 2013, p. 37).

Complementando a citação anterior, as seguintes palavras referem-se à oposição dos libertários a qualquer tipo de violação contra a propriedade e contra intervenções no mercado:

[ Há uma oposição] à invasão dos direitos da propriedade privada, isto também significa que ele se opõe com a mesma ênfase à interferência do governo nos direitos de propriedade ou na economia de livre mercado através de controles, regulamentações, subsídios ou proibições; pois se todo indivíduo tem o direito de possuir sua própria propriedade sem sofrer depredações agressivas, ele, portanto, também tem o direito de dar sua propriedade (legado ou herança) e de trocá-la pela propriedade de outros indivíduos (livre contrato e a economia de livre mercado) sem interferência. O libertário favorece o direito da propriedade privada sem restrições e

da livre troca; um sistema, portanto, de “capitalismo de *laissez-faire*” (ROTHBARD, 2013, p. 37).

Além disso, no que toca à seara educacional, o Libertarianismo alimenta a crença de que é dever do libertário promover tanto a desmistificação como a dessantificação do Estado. Isso implica publicar aos quatro ventos que os governos subsistem por meio da exploração de um dado público e que a própria instalação de impostos é uma evidência disso, uma obrigação que abre caminho para as assimetrias e para a constituição das classes sociais.

Para além dessas considerações, outro pilar importante da perspectiva em destaque diz respeito ao direito natural à autopropriedade. Isso é sinônimo de que cada ser humano – pelo fato de ser humano – tem o direito absoluto e irrevogável sobre o seu próprio corpo, isto é, cada pessoa deve gerir a própria arquitetura biológica livremente de qualquer interferência coercitiva, já que

Cada indivíduo deve pensar, aprender, dar valor e escolher seus fins e meios de um modo que lhe permita sobreviver e florescer. O direito à autopropriedade dá ao homem o direito de executar estas atividades vitais sem ser impedido ou restringido pelo assédio coercitivo. (ROTHBARD, 2013, p. 42-43)

Apesar de reconhecer que todas as pessoas têm esse direito inquestionável sobre si e sobre suas posses, não se deve pensar que o pensamento libertário é movido por uma busca por equidade, pois:

A única igualdade que ele [o libertário] defenderia é o direito igual de todo homem à propriedade de sua própria pessoa, da propriedade dos recursos ainda não usados de que ele “primeiro se apropriou”, e da propriedade de outros que tenha adquirido através de doação ou troca voluntária (ROTHBARD, 2013, p.58).

Adicionado a tal discussão sobre a autopropriedade, o Libertarianismo também tem como elemento constitutivo o individualismo metodológico. Por isso, ser libertário é ser também individualista. Deste modo, no conflito entre o individual e o coletivo, uma crítica frequentemente feita é a de que

um dos erros primários da teoria social é tratar a “sociedade” como se ela fosse uma entidade realmente existente. A “sociedade” é por vezes tratada como uma figura superior ou semidivina, com “direitos” primordiais próprios; em outras instâncias, como um mal existente que pode ser culpado por todos os males do mundo. **O individualista sustenta que apenas indivíduos existem, pensam, sentem, escolhem e agem; e que a “sociedade” não é uma entidade viva, mas apenas um rótulo para um conjunto de indivíduos que interagem**<sup>15</sup>. Tratar a sociedade como algo que escolhe e age, portanto, serve para obscurecer as forças que de fato estão agindo. (ROTHBARD, 2013, p.53)

---

<sup>15</sup> Destaque nosso.

Outro item importante do sistema de pensamento do Libertarianismo é o voluntarismo, o qual está associado aos elementos da livre troca e do livre contrato. Esse aspecto toca as dimensões da defesa do livre mercado que é sempre considerado, nesta ótica, a forma mais produtiva conhecida pelo homem. Seguindo essa linha, a economia de mercado pode ser resumida como uma larga rede de trocas voluntárias e de comum acordo estabelecidas entre pessoas.

Sobre a relação entre direitos humanos e propriedade privada, os adeptos do Libertarianismo comungam da seguinte interpretação:

*não existem* direitos humanos que possam ser separados dos direitos de propriedade. O direito humano da liberdade de expressão é simplesmente o direito de propriedade de se alugar uma sala de reuniões de seu proprietário, ou de se possuir uma; o direito humano da liberdade de imprensa é o direito de propriedade de se comprar materiais e então imprimir panfletos ou livros e de vendê-los àqueles que estiverem dispostos a comprá-los. Não existe qualquer “direito de liberdade de expressão” ou de liberdade de imprensa adicional além daqueles que podem ser enumerados em qualquer caso. E, além do mais, descobrir e identificar os direitos de propriedade envolvidos resolverá qualquer conflito aparente de direitos que possa surgir (ROTHBARD, 2013, p. 60)

É através de tais compreensões sobre direitos humanos, sobre indivíduo, sobre o livre mercado e sobre a propriedade como um direito natural que são promovidas as práticas discursivas do que se tem chamado aqui de “ideias de liberdade”.

À guisa de conclusão, é válido ainda evocar a contribuição de Boaz (1997). Este apresenta um breve panorama dessas ideias em diferentes lugares e tempo do mundo. Importa destacar, desde logo, que o autor é um libertário, vice-presidente executivo do Instituto Cato, que goza de bastante prestígio neste meio, tendo já publicado no *The New York Times*, no *The Wall Street Journal*, no *The Washington Post* e no *Los Angeles Times*.

Em sua apresentação, o magnata empreendedor comenta que, ao longo da história da humanidade, sempre existiram duas filosofias políticas centrais: a **liberdade** e o **poder**. Um lado vê que as pessoas deveriam ser livres para viver da maneira que elas julgam adequada, desde que respeitem os direitos igualitários de seus pares. No outro lado, é feito uso, de maneira autoritária, da força para levar os indivíduos a agirem de maneira que eles não escolheriam.

No simplismo dessa dicotomia, Boaz (1997) considera óbvio que a filosofia do poder sempre foi mais atraente e interessante para aqueles que o detêm. Deste modo, ele aponta que o cesarismo, o despotismo oriental, os regimes teocráticos, o socialismo, o comunismo, o estatismo de bem-estar e o monarquismo foram bem-sucedidos na eleição de argumentos que sustentassem esses regimes de modo a esconder suas naturezas totalitárias.

Já as filosofias da liberdade, apesar de já terem recebido diversos nomes, apresentam, desde suas origens, o fio condutor do respeito às liberdades individuais e da confiança de que os seres humanos são capazes de tomar decisões sábias e de liderar bem suas vidas. Em outras palavras, de acordo com essa percepção de liberdade, não se guarda a expectativa de que deva existir uma entidade como o Estado cujo ofício é cuidar ou gerenciar as necessidades dos cidadãos.

Feita essa diferenciação, Boaz (1997) declara, em seguida, que os princípios de liberdade e direitos individuais são universais e foram desenvolvidos similarmente tanto no mundo ocidental como no oriental ao longo do desenvolvimento da humanidade.

O executivo norteamericano indica ainda que, no oriente, o primeiro homem que pôde receber pacificamente o rótulo de libertário foi o filósofo chinês Lao-tzu. Ele viveu no século sexto antes de Cristo e é mais conhecido por ser autor do *Tao Te Ching*. Neste trabalho, o filósofo enuncia, com ar conselheiro, que “sem leis e compulsões, os homens poderiam viver em harmonia”. No *Tao* também é inserida a noção de *yin* e *yang* que diz respeito à unidade dos opostos, mas que também antecipa a teoria de ordem espontânea, uma vez que se sugere que a harmonia pode ser alcançada por meio da competição e, ao mesmo tempo, recomenda que os governantes não interfiram na vida das pessoas.

Deslocando a atenção para o mundo ocidental, é demonstrado que as suas duas principais correntes de pensamento – a grega e a judaico-cristã – também já carregavam essas sementes libertárias. Para exemplificar isso, é trazido um exemplo bíblico. Segundo o antigo testamento, o povo de Israel vivia sem ter um rei ou qualquer outra autoridade coercitiva que o governasse. Vivia-se, então, a partir de uma aderência mútua a um pacto com Deus. Desta maneira, como está escrito no primeiro livro de Samuel, os judeus foram até ele e ordenaram que os fizesse reis. Ao orar para Deus acerca de tal “solicitação”, a resposta que Samuel recebeu foi um alerta. A divindade avisou que, se o povo judeu instalasse um reinado, a sua maneira de administrar se basearia em violações às propriedades: seus filhos e filhas seriam levados, seus campos, suas carroças, suas ovelhas e demais elementos de valia seriam apropriados autoritariamente por tal governança.

Deus ainda informa que não atenderia seus clamores se isso acontecesse. Mesmo com tal alerta, o povo de Israel criou uma monarquia, e essa narrativa serve como um lembrete de que as origens do Estado não foi um gesto divinamente orientado.

No que toca ao pensamento grego, o livro do executivo cita a peça “Antígona” de Sófocles. O irmão da personagem principal ataca a cidade de Tebas e é assassinado na batalha. Como pena por sua traição, o tirano Creonte determina que o corpo dele não terá o direito de

ser enterrado nem velado, deverá, portanto, apodrecer do lado de fora dos portões da cidade. No entanto, Antígona desafia tal ordem e enterra o irmão. Com isso, ela é levada perante Creonte e lhe diz: “a lei feita por um mero mortal, mesmo um rei, jamais poderia se sobrepor às infalíveis leis divinas”. Essa noção de existência de leis sobre as quais até mesmo governantes poderiam se submeter se expandiu na civilização europeia, de modo a pavimentar o caminho para a limitação de poderes absolutistas.

Outro elemento que compõe a genealogia dessa filosofia de liberdade volta-se para a Idade Média. Nesse momento da história, com a independência da Igreja Católica Romana, começou a ocorrer uma disputa pelo poder entre a entidade representante do catolicismo e os Estados nacionais. Boaz (1997) sinaliza que essa competição dividiu o poder de maneira que os indivíduos e as sociedades puderam se desenvolver. É citado que, nessa briga, tanto papas como imperadores denunciavam uns aos outros, o que acarretava um descrédito ou um enfraquecimento das instituições às quais eles pertenciam.

Consequentemente, essa tensão propiciou que nenhum outro poder absoluto emergisse, o que favoreceu o crescimento de evidências de mais liberdade, tais como: o aparecimento de instituições autônomas e de religiões alternativas; a ampliação de associações e mercados; o estabelecimento da prática de relacionamentos e negócios assentados na palavra e no juramento; multiplicação de universidades, entre outros exemplos.

Em síntese, o texto segue num percurso histórico que atravessa os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX. Nesse passeio, demonstram-se os avanços, os recuos, as tensões que participaram do movimento de expansão de tal filosofia. Com essas oscilações, mostra-se ainda que essas ideias não tiveram um berço específico. Elas foram gestadas ao longo do tempo por diversos intelectuais em diversos países.



### 3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

As seções subsequentes apresentam, primeiramente, como o campo da Análise do Discurso (AD) se insere tanto no quadro funcionalista de investigação da linguagem como no terreno da Linguística Aplicada (LA). Em sequência, a especificidade da ADC faircloughiana é exposta por intermédio de um “pequeno mapa do tempo” (com inspiração *belchiorana*<sup>16</sup>) no qual é feita uma apresentação teórica orientada cronologicamente, explorando Fairclough ([1989]1996, [1992]2001, [1999]2007).

Depois disso, o tópico “Alguns legados” convoca, brevemente, as vozes que influenciaram a constituição epistemológica da teoria ora mobilizada. Mais especificamente, destacam-se as heranças e os encontros que reverberam nas elaborações do linguista britânico. Para isso, tecem-se comentários propedêuticos sobre Michael Halliday, Michel Foucault, Mikhail Bahktin, visando a elucidar suas contribuições trazidas para a ADC.

Por fim, o eixo teórico é arquitetado aqui de modo a congregar, no ventre de uma linguística aplicada indisciplinar<sup>17</sup>, parte do aparato que fomenta a análise realizada, que incide sobre os domínios dos gêneros, do discurso e do estilo do contrapoder liberal sobre a atuação do Estado brasileiro.

#### 3.1 ANÁLISE DO DISCURSO NO QUADRO FUNCIONALISTA DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM

Neves (2004) se dedica a conduzir uma apresentação contrastando as duas maiores correntes de investigação da linguagem: o funcionalismo e o formalismo. Como dicotomia clássica para os que decidem abraçar o desafio de pensar questões relativas à linguagem, um lado interpreta a realização do sistema linguístico à luz de sua relação com o uso, com o contexto, com a história, com a cultura e com os propósitos comunicativos dos integrantes das interações. Diferentemente, o outro lado da moeda trata a língua como um objeto autônomo, desvinculado do uso, do contexto, da história, da cultura e dos propósitos comunicativos. Ele a vê como um sistema; como uma gramática isolada, individual, mental; como uma estrutura despida da exterioridade linguística.

---

<sup>16</sup>Neologismo em referência ao cantor Belchior, falecido no dia 30 de abril de 2017. O artista tem uma música chamada “Pequeno Mapa do Tempo”, que inspirou a referência do nosso passeio cronológico feito pelas obras de Fairclough, as quais integram o cerne deste capítulo.

<sup>17</sup> Referência às explicações de Moita Lopes (2006).

Nestes termos, enquanto o paradigma formal cuida das línguas como listas de estruturas, como gramática, o funcional as interpreta como uma rede de relações, sendo a realização dessas estruturas condicionadas pelos usos em contextos sociais. Além do mais, enquanto o formalismo tende a destacar os traços universais das línguas e a tornar a sintaxe o centro de uma gramática arbitrária, organizando-a, assim, em torno da frase; o funcionalismo tende a colocar em evidência as variações entre as línguas diferentes, organizando seus empreendimentos em torno do texto e do discurso (2004, p.48).

A seguir, há um quadro retirado da referida obra que ilustra melhor o contraste entre essas duas vertentes:

**Quadro 2 - GRAMÁTICA FORMAL vs GRAMÁTICA FUNCIONAL**

<b>GRAMÁTICA FORMAL</b>	<b>GRAMÁTICA FUNCIONAL</b>
<b>Orientação primariamente sintagmática.<sup>18</sup></b>	Orientação primariamente paradigmática.
<b>Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.</b>	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
<b>Ênfase nos traços universais da língua ( sintaxe como base: organização em torno da frase).</b>	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

Fonte: Neves, 2004, *apud* Halliday, 1985: Introduction. Adaptação de M.H.M Neves .

Como se nota, a existência dessas duas gramáticas carrega, em seu bojo, implicações significativas decorrentes das suas diferenças na tarefa de perceber a linguagem. Para expor e reforçar ainda mais as distâncias entre elas, Resende e Ramalho (2006) notam que a organização da visão funcionalista se ancora em duas proposições básicas e contrárias às da leitura formalista. Por exemplo, pode-se numerar: (1) a afirmação de que a linguagem tem funções externas aos sistemas linguísticos; (2) sistemas estes que são diretamente condicionados pelo uso. Isso significa que o enfoque funcionalista não é o de descrever a

<sup>18</sup>Conforme explica Fiorin (2015), as relações sintagmáticas e paradigmáticas dizem respeito a como as unidades da língua são dispostas *in praesentia* (= em presença) e *in absentia* (= em ausência), nos enunciados. Para uma compreensão mais detalhada desta dicotomia, recomenda-se a leitura do capítulo **As línguas no mundo** da obra citada, na qual o linguista explica as clássicas dicotomias saussureanas.

linguagem como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático das trocas linguísticas, conforme salienta Pezatti (2011).

Ainda no tocante a essas diferentes abordagens, enquanto o formalismo centraliza o papel da estrutura sistemática das formas das línguas; o funcionalismo entende as funções de tais estruturas via relação entre forma e contexto, isto é, explica-se como a forma se “dobra” aos usos sob a égide da interação verbal. Tais distinções são relevantes e ocasionam definições de discurso pouco convergentes, como é possível visualizar em Resende e Ramalho (2006, p.13): “no paradigma formalista, o discurso é definido como unidade acima da sentença; no funcionalismo, como linguagem em uso”.

Colocando as oposições de lado, as referidas pesquisadoras alertam (2006, p.14) sobre a necessidade de se buscar um balanceamento entre forma e função, julgando como reducionismos temerários tanto um entendimento de linguagem como equivalente exclusivo à ferramenta social, como uma compreensão de realce único do caráter formal e imanentista. No mesmo texto, as analistas do discurso chamam as seguintes palavras de Marcuschi para advogar por tal equilíbrio: “língua não é forma nem função; e sim atividade significante e constitutiva” (*apud* RESENDE; RAMALHO, 2006).

Em congruência com a voz “marcuschiana” citada, Neves (2004) elenca trabalhos nos quais se discute se o funcionalismo seria preferível à perspectiva formalista. A linguista brasileira demonstra concordância com Dillinger sobre essa clássica oposição, já que este teórico defende que as perspectivas funcionalistas e formalistas não devem ser vistas como alternativas, pois ambas investigam o mesmo objeto, mas de maneiras distintas uma da outra. Em outras palavras, um estudo não exclui o outro, ambos são complementares e necessários.

Pode-se afirmar, portanto, que quem escolhe o mundo acadêmico o faz, de maneira geral, pelo desejo de dar contribuições para problemas, entre tantas outras possíveis motivações. Nesse contexto, certas guerras acadêmicas não fazem sentido, pois, em nosso estar no mundo, persistem inúmeras questões não-resolvidas e, a cada dia, as indagações se renovam, o que torna possível acreditar que há lugar para todos e todas nas ciências.<sup>19</sup>

Diante do exposto até aqui, a AD – independentemente de ser a de linha francesa ou a de linha anglo-saxã – necessita, inescapavelmente, de elementos que extrapolam as fronteiras da estrutura. Ela precisa do contexto extralinguístico, o que traz os olhos do analista para a sociologia, para a psicanálise, para a filosofia, para a cultura, para a política, para a

---

<sup>19</sup>Essa digressão é resultante do incômodo do pesquisador com debates ocorridos em alguns espaços acadêmicos em que representantes de vertentes diferentes investem muito tempo tentando se sobrepor uns aos outros, como se cada corrente carregasse uma verdade universal, inabalável e excludente sobre ciência e sobre a vida.

ideologia, para os sujeitos historicamente inseridos e suas respectivas interações. Tudo isso se articula para que a AD se realize em busca de um saber comprometido socialmente.

Essa necessidade transdisciplinar é também um dos “ingredientes” que bem aproxima a AD não só do Funcionalismo, mas também a coloca, harmoniosamente, no cenário da LA, que tem prezado, ao longo de mais de 60 anos de atividade no mundo todo, por uma compreensão do fenômeno linguístico que passeie por múltiplos terrenos e por variadas áreas do saber humano. De tal sorte, o tempo da LA unicamente focada em ensino de línguas já passou. Há décadas o seu caráter indisciplinar já tem sido defendido e disseminado, como comenta Moita Lopes

a questão de pesquisa, em uma variedade de contextos de uso da linguagem, passou a ser iluminada e construída interdisciplinarmente. Tal perspectiva tem levado à compreensão da LA não como conhecimento disciplinar, mas como INdisciplinar [...] ou como **antidisciplinar** e **transgressivo**<sup>20</sup>. (MOITA LOPES, 2006, p. 19)

Com essa “energia transgressiva”, lançam-se suportes importantes para uma crítica de linguagem. Tal conjunção entre crítica e indisciplinaridade “outorga” o “desabrochar” de práticas investigativas nas quais são tematizados os papéis dos usos linguísticos no “solo malignamente fértil das injustiças sociais”. Em termos mais denotativos, a LA contemporânea se volta para os impasses, para as falhas, para as adversidades estruturantes do mundo social com sintomas na linguagem dos indivíduos integrantes de uma coletividade tensa e desigual. É por conta dessa união inquebrantável entre linguagem e sociedade que, prioritariamente, as concepções funcionalistas são efetivamente abraçadas no ofício dos analistas do discurso (e dos linguistas aplicados).

“Vibrando afinidade” com os postulados funcionalistas, nos quais o uso governa as interpretações sobre a linguagem humana em contextos interativos, Moita Lopes (1996) fixa o comprometimento da LA em estudar o seu objeto de um ponto de vista processual e mediador, o que reforça, neste campo, o primado do uso linguístico como uma expressão sintomática de um dado contexto social.

No que diz respeito à mediação, para dar conta dos variados manuseios de linguagem, a LA coloca, como parte de seu ofício, a mediação de conhecimentos teóricos advindos de searas disciplinares diversas. Sobre esse corpo teórico multidisciplinar, pode-se afirmar ainda que

O corpo de conhecimento teórico utilizado pelo linguista aplicado vai depender das condições de relevância determinadas pelo problema a ser estudado; portanto, isto implica o fato de que seja possível que os subsídios teóricos para a explicação de uma

---

<sup>20</sup> Destaque nosso.

determinada questão possam vir de disciplinas outras que a linguística, mesmo quando esta é entendida em sentido macro. (MOITA LOPES, 1996, p.21)

Considerando o desenvolvimento realizado aqui, fica evidente a inserção da AD no quadro teórico do funcionalismo. Conforme apresentado, essa inserção toma como fundamentos principais (1) a centralidade dos usos linguísticos em problemas das sociedades e (2) a transdisciplinaridade teórica que guia o fazer investigativo dos linguistas aplicados e que, simultaneamente, é um pressuposto da AD como um todo.

Na seção próxima, um pequeno percurso teórico é organizado cronologicamente, seguindo a ordem de publicação dos escritos de Norman Fairclough.

### 3.2 UM PEQUENO MAPA DO TEMPO DA ADC

O minidicionário escolar Aurélio (2002) define o item lexical “mapa” como um substantivo masculino sinônimo de “representação em superfície plana e em escala menor, dum terreno, país, território”. O termo também tem uma segunda entrada, na qual o sentido aponta para “lista descritiva”, “relação”. A noção de mapa foi apropriada simbolicamente, porque também caminharemos numa superfície plana reduzida pela ótica de uma escala menor, uma vez que são contemplados apenas aspectos específicos e, a nosso ver, mais importantes de um arcabouço teórico. Nesta relação, a geografia dos espaços não é descrita, o que se descreve aqui é uma teoria sedimentada ao longo do avançar do tempo.

Portanto, não listaremos capitais brasileiras onde a possibilidade do medo se fez sentir, conforme retratado pelo cantor e compositor Belchior, em sua canção inspiradora. Também não abriremos as portas que dão para o sertão das solidões, nem vamos esbarrar em placas tortas indicando a contramão. No entanto, o que nos coloca perto do artista cearense é a ideia de percurso, de trajetória delineada, e a nossa tem como ponto de partida o livro *Language and Power* (FAIRCLOUGH, [1989]1996) a ser comentado a seguir.

#### 3.2.1 Linguagem e Poder (1989)

Tendo como correspondente em língua portuguesa a tradução “Linguagem e Poder”, o linguista britânico usa dois verbos importantes para descrever os impulsos que o levaram à escritura desta que é a sua primeira obra: “explicar” e “aumentar”. Assim, o autor intenta, primeira e principalmente, **explicar** que as convenções sociais existentes são resultados de relações de poder organizadas por lutas pela manutenção da hegemonia.

Em tal explicação, desdobra-se uma ênfase sobre o senso comum que dá abrigo a regras e a convenções por meio das quais pessoas interagem linguisticamente. Nessas interações, muitas vezes, os indivíduos não têm plena consciência de que tudo o que é ou está sendo convencionalizado leva adiante noções de autoridade e de hierarquia que tendem a ser tomadas como naturais. Tal naturalização constitui o cerne da problematização de Norman Fairclough, para quem os padrões convencionalizados e naturalizados são originários de ideologias vigentes.

Por ser uma das ideias nucleares, tal debate é diluído por todas as publicações do linguista, sempre com o propósito de promover, com suas explicações, o aumento de consciência sobre o vínculo direto entre linguagem e poder. É, então, deste modo que o segundo verbo se manifesta na arquitetura textual: ao lado do intuito de explicar a naturalização de certas convenções, alimenta-se o propósito de **aumentar** a percepção de problemas comumente colocados como invisíveis ou naturais.<sup>21</sup>

Com tais objetivos expostos, a obra de 1989 encaminha três aspectos que, a nosso ver, são fundamentais na teoria: (1) a visão de **discurso como prática social**; (2) a relação entre **discurso e poder** e (3) o **papel** do discurso **na mudança social**. Com isso, vê-se que a soma de tais dimensões lança as bases do aparato conceitual-analítico a ser expandido nas produções subsequentes, em 1992 e em 1999.

Para se ter noção de como o livro é organizado para contemplar as dimensões anteriormente numeradas, o quadro a seguir informa uma relação dos capítulos que corporificam a percepção epistêmica de discurso nos termos mencionados.

**Quadro 3** – Relação dos capítulos de Linguagem e Poder com o resumo de seus conteúdos

Capítulos	Conteúdo
Capítulo 1	a) Os principais objetivos do livro; b) Diferenciação entre a abordagem dos estudos críticos de linguagem e outras tradições; c) Informação sobre como o livro se estrutura.
Capítulos 2, 3 e 4	a) Fundamentação teórica centrada na interrelação entre linguagem, sociedade, poder e ideologia;

<sup>21</sup>A ideia de tomada de consciência, ao lado da noção de ideologia professada na teoria, tem sido alvo de muitas críticas. Para ter acesso a algumas delas, recomenda-se a leitura da seção 3 do capítulo 11 do livro **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**, em Oliveira e Carvalho (2013).

Capítulos 5 e 6	<p>a) Apresentação sistemática de procedimentos de análise crítica;</p> <p>b) No 5, é feita a descrição de textos;</p> <p>c) No 6, focalizam-se os processos de produção e de interpretação textuais;</p>
Capítulos 7 e 8	<p>a) No sétimo, discorre-se sobre a relação entre criatividade individual e condições sociais de produção, e analisa-se o discurso político do Thatcherismo;</p> <p>b) No oitavo, abordam-se mudanças no discurso contemporâneo no contexto de sociedades capitalistas; há o apoio de teorias sociais advindas de Habermas e Foucault.</p>
Capítulo 9	<p>a) Como os estudos críticos da linguagem contribuem para a luta por emancipação social;</p> <p>b) Sugestão de como os leitores podem desenvolver interesse pela área.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor

Em posse deste panorama da obra, é importante realçar o primeiro aspecto numerado: a visão de discurso como prática social. Tal perspectiva é um exercício de elaboração de um conceito de linguagem necessário ao desenvolvimento dos estudos críticos propostos em termos emancipatórios. Neste viés, Norman Fairclough declara que se distancia da clássica dicotomia saussureana *langue e parole*<sup>22</sup>, pois ele a considera insatisfatória na apreensão do caráter social da linguagem, que é diverso e influenciado por lutas por poder.

O termo discurso é escolhido como prioritário pelo autor de *Language and Power*, pois seu protagonismo reforça o compromisso de analisar as teias linguísticas via determinações supraindividuais, coletivas e ideológicas. Em outras palavras, o foco no discurso propicia o estudo de como as amplas convenções determinam as propriedades discursivas. Com esta concepção, advém o gesto de refletir a linguagem enquanto forma de prática social por

<sup>22</sup>**Langue e parole** são frequentemente traduzidas para a língua portuguesa, respectivamente, como **língua e fala**. Assim, quando Saussure postula a noção de parole, ele enfatiza que a variação linguística é resultante de escolhas individuais. Sabe-se, no entanto, que as práticas linguísticas individuais integram um processo de diferenciação social que emerge na interação entre identidades sociais com propósitos sociais definidos, logo as escolhas linguísticas isoladas, privadas, são afetadas por determinações coletivas erigidas na cultura de uma dada sociedade. Por isso, o social é tomado como uma rede de influência que incide, diretamente, na individualidade das vivências com a/na linguagem, e o conceito saussureano não dá conta plenamente desses aspectos. Do outro lado, a langue, para o linguista genebrino, é uma estrutura de signos; é um sistema unitário, homogêneo e socialmente partilhado. É esta leitura de homogeneidade linguística que afasta a adesão de Fairclough. Contrariamente, o linguista britânico costura uma manta teórica que, ao privilegiar a representação da heterogeneidade da linguagem, envolve os rastros da diferença social, da luta de classes e das assimetrias sociais, traços também negligenciados no pensamento do pai do estruturalismo linguístico

intermédio do discurso. Isso traz uma implicação relativamente óbvia, mas que, mesmo assim, merece ser asseverada: a de que a linguagem é parte da sociedade.

Deve-se frisar, no entanto, que o casamento entre o linguístico e o social não deve ser visto como se esses dois elementos compusessem duas faces simétricas e iguais de um todo, como alerta Fairclough ([1989]1996). Defende-se, por isso, nesta obra, que o todo é a sociedade e a linguagem é apenas uma vertente dela, e essa constituição ocorre num entrelaçamento íntimo e dialético.

Em face de tal vinculação entre as esferas da linguagem e do corpo social, possibilita-se a interpretação de que

Os fenômenos linguísticos são sociais no sentido de que, quando pessoas falam ou escutam ou escrevem ou leem, elas executam essas competências de maneiras socialmente determinadas, com efeitos no social. Mesmo quando as pessoas estão mais conscientes de suas próprias individualidades e acreditam que estão livres de influências sociais – no seio familiar, por exemplo, elas ainda usam linguagens de modo que estão sujeitos à convenção social. E as maneiras pelas quais pessoas utilizam a linguagem nos seus encontros mais íntimos e privados não são determinados somente pelas relações sociais da família, mas também há efeitos sociais, no sentido de ajudar a manter (ou mudar) essas relações. (FAIRCLOUGH, 1996, p.23)<sup>23</sup>

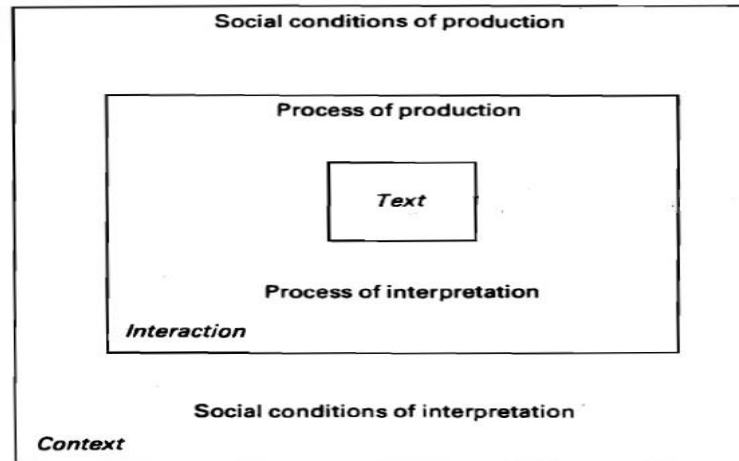
Contextualizado neste campo de efeitos sociais relativos à fronteira entre o individual e o coletivo, o autor avança no texto ao situar o discurso num processo de interação social do qual o texto (inspirado em Halliday, então aqui compreendido em suas modalidades oral, escrita e visual) é um produto conjuntural. Sendo assim, o discurso, como prática social, é um processo do qual o texto é resultante e que é contornado por uma rede complexa de condições sociais de produção e de interpretação. A imagem, a seguir, ajuda a entender isso.

---

<sup>23</sup>Tradução nossa de : Linguistic phenomena are social in the sense that whenever people speak or listen, or write or read, they do so in ways which are determined socially and have social effects. Even when people are most conscious of their own individuality and think themselves to be most cut off from social influences – ‘in the bosom of the family’, for example – they still use Language in ways which are subject to social convention. And the ways in which people use language in their most intimate and private encounters are not only socially determined by social relationships of the family, they also have social effects in the sense of helping to maintain ( or, indeed, change) those relationships.



**Figura 1-** Discurso como texto, interação e contexto



Fonte: Fairclough ( [1989]1996)

A figura anterior, retirada de “Linguagem e Poder” ([1989]1996), organiza, imageticamente, a seguinte elaboração tridimensional: o eixo discursivo é constituído pelo texto, pelo contexto e pela interação. No plano contextual, há a atuação das condições sociais de produção e de interpretação que têm identidades não-linguísticas, isto é, dizem respeito a redes de crenças e de processos cognitivos, socialmente partilhados por intermédio da cultura, nos quais os indivíduos de uma dada sociedade se apoiam para produzir e interpretar textos. Isso inclui a situação, o ambiente imediato, a instituição social no qual o discurso ocorre. Esta dimensão não-linguística, mais ampla, ressoa nas materialidades linguísticas que são expressas e processadas no domínio da interação. No plano interacional, o texto enquanto evento social ocupa a centralidade e também resulta de movimentos de produção e interpretação inseridos e condicionados pelo contexto mais amplo.

Com tal arranjo teórico, implementa-se um modelo para analisar a linguagem humana enquanto prática social. Fica estabelecido, nestes termos, um compromisso de não promover análises isoladas apenas de textos ou de seus processos de produção e de interpretação. Ao invés disso, instaura-se um percurso analítico que deve dar conta da relação de todas as instâncias, ou seja, deve-se fundir os textos, os processos, as condições sociais imediatas, os contextos situacionais e institucionais ligados às estruturas sociais. Em outras palavras, soma-se tudo para o estudo do discurso.

Diante disso, Fairclough propõe, nesta obra, três dimensões de análise crítica do discurso. O quadro abaixo esquematiza os estágios propostos para abarcar os aspectos supramencionados que caminham nos entornos da **descrição**, da **interpretação** e da **explicação**.

**Quadro 4** – Estágios e procedimentos de análise em Fairclough 1996 [1989]

<b>Estágio</b>	<b>Procedimento</b>
<b>Descrição</b>	Análise de aspectos formais dos textos.
<b>Interpretação</b>	Análise da relação entre texto e interação. Priorizam-se os processos de produção e de interpretação.
<b>Explicação</b>	Análise da relação entre interação e contexto social. Focalizam-se a determinação social dos processos de produção interpretação e as suas consequências para o social.

Fonte : Elaborado pelo autor a partir de Fairclough (1996 [1989], p. 26)

Ao lado de tais estágios de análise, outro aspecto que merece ser contemplado é a conexão entre discurso e poder. Nesta obra do linguista que nos embasa do ponto de vista teórico-metodológico, tecem-se explicações sobre esse tema a partir do entrecruzamento dos temas a) **ordens do discurso**; b) **poder na sociedade capitalista e entre classes sociais** e c) **poder ideológico** diluído nos âmbitos do **Estado** e da **economia**.

A expressão “ordem do discurso” é um legado foucaultiano – a ser comentado em outra seção – que incide sobre como as estruturas sociais são determinantes do plano discursivo e da maneira pela qual o discurso é impactado por redes de convenções subjacentes às manifestações linguageiras. Elucidando isso, Fairclough afirma que discursos e práticas não são restringidos por variadas práticas discursivas independentes. Na verdade, estes se restringem pela atuação de redes interdependentes que ele decidiu denominar de ordens e que se inscrevem num ordenamento social mais genérico, conforme fica explícito em

A ordem social é a mais genérica. Nós experienciamos a sociedade e suas múltiplas instituições sociais dentro do que foi dividido, demarcado e estruturado dentro de diferentes esferas de ação, diferentes tipos de situação, cada qual associada a um tipo de prática. Usarei o termo ordem social para me referir à estruturação de espaços sociais particulares dentro de vários domínios, associados com vários tipos de prática. O que chamo de ordem do discurso é realmente uma ordem social vista de uma perspectiva especificamente discursiva, em termos daquelas práticas nas quais o espaço social é estruturado, que acaba sendo do tipo discursivo. (FAIRCLOUGH, 1996 [1989], p.29)<sup>24</sup>

<sup>24</sup>Tradução nossa de: The social order is the more general of the two. We always experience the society and the various social institutions within which we operate as divided up and demarcated, *structured* into different spheres of action, different types of situation, each of which has its associated type of practice. I will use the term *social order* to refer to such structuring of a particular social space into various domains associated with various types of practice. What I shall call an order of discourse is really a social order looked at from a specifically discursive perspective – in terms of those types of practice into which a social space is structured which happen to be discourse types.

Deste modo, as ordens de discurso de uma instituição específica (pensemos em instituições jurídicas, educacionais, hospitalares, religiosas, militares) estruturam seus discursos constituintes de uma maneira muito particular, nas relações interpessoais que se desenvolvem em seus espaços. Basta pensar em como réus, advogados e juízes dialogam ou produzem documentos na burocracia de seus ofícios. Além disso, é válido lembrar ainda o espaço escolar ou acadêmico, onde as relações entre professores, alunos, corpo administrativo e chefes são mediadas linguisticamente a partir dos valores atribuídos às suas identidades sociais.

É neste ponto que a questão do poder se torna um imperativo, pois, entre os profissionais mencionados, as práticas discursivas são balizadas tomando como referência as identidades de quem pode mais ou de quem é mais valorizado.

Como discursos são estruturados numa dada ordem, importa deixar observado que ela não é estável, fixa e imutável. As suas estruturações se alteram com o tempo, e essas mudanças são orquestradas por relações de poder que são passíveis de reconfigurações, seja no âmbito das instituições, seja no da sociedade. Então, calcado neste potencial efêmero, implica-se ainda que “poder, neste nível, inclui a capacidade de controle das ordens do discurso, que são um aspecto do controle ideológico”<sup>25</sup> (FAIRCLOUH, [1989]1996, p. 30).

Balanceando o exercício do poder, o controle ideológico e a administração das ordens do discurso, é digna de exame a associação desses elementos com o enquadramento das classes sociais num modelo econômico das sociedades capitalistas.

Pontua-se, a esse respeito, que o ambiente das relações de poder de instituições sociais particulares e da sociedade como um todo tem papel preponderante para análises críticas de discurso. Demanda-se, portanto, sensibilidade e atenção para a compreensão de como, no capitalismo hegemônico, as propriedades discursivas são organizações sintomáticas da estrutura de produção econômica na qual as classes sociais estabelecem relações centradas nas diferenças hierárquicas entre quem é dono dos meios de produção e quem se vê obrigado a vender seu trabalho em troca de salário, para poder sobreviver. Assim, regendo a produtividade, cristaliza-se a lógica de geração de *commodities* para lucro privado, em oposição à produção para consumo imediato de quem produz. Conjuntura esta que faz emergir a indagação: qual o papel do Estado no que toca à organização econômica?

Fairclough argumenta que o poder capitalista é dependente da habilidade de controlar o Estado, contrariando uma expectativa de neutralidade daquele que deveria estar

---

<sup>25</sup>Tradução nossa de: Power at these levels includes the capacity to control orders of discourse; one aspect of such control is ideological.

acima de todas as classes, mas o que se nota é exatamente o contrário: as decisões dos agentes estatais tendem a favorecer, majoritariamente, um aparelhamento da iniciativa privada que promove trocas de favores eivadas de interesses lucrativos. Exemplificando isso no contexto brasileiro, os recentes escândalos relacionados à operação conhecida como Lava-jato e às delações do empresário Wesley Batista são exemplos de tal aparelhamento, entre tantos outros da história política do país.

O linguista explica ainda que o Estado é o elemento central na manutenção do domínio da classe capitalista e do controle sobre a classe trabalhadora. Logo, todas as dimensões do aparelho estatal têm relevância na continuidade das desigualdades: a educação, o direito, as religiões, a comunicação social, a família, a política, a polícia, a força armada, por exemplo. No meio de tudo isso, enraíza-se o funcionamento ideológico que dita que as práticas institucionais tradicionais são “do jeito que são porque são assim mesmo e pronto!”.

Apesar do coloquialismo dos termos anteriores, ressalta-se a naturalização acrítica e não-emancipatória que ilustra o poder ideológico sediado no amálgama entre economia, Estado e interesses de poderosos, o que evidencia esforços perenes de manutenção do *status quo*. Nesta direção, o teórico comenta ainda que “poder não é um atributo permanente e incontestável de uma pessoa ou grupo social. Ao contrário, aqueles que o detêm, em algum momento, precisam reafirmá-lo constantemente, e aqueles que não o detêm estão sempre susceptíveis a fazer um apelo por ele” (FAIRCLOUGH, [1989]1996, p.68).<sup>26</sup>

Nesse contexto, Fairclough pontua ainda sobre como as mídias de massa – representadas atualmente pela televisão, pelas mídias sociais, pelo rádio, pelos jornais e revistas – têm a característica de que a natureza das relações de poder implicadas nos seus discursos não é frequentemente clara para o grande público, o que favorece a efetivação de *hidden relations of power* (relações de poder escondidas).

Em seu funcionamento, o discurso midiático constrói um sujeito coparticipante ideal. A partir da idealização dos sujeitos, constrói-se toda uma gama de posições sociais, todo um jogo de manipulação, uma vez que não há um interlocutor direto, como ocorre nas interações face-a-face, interlocutor este que permite que o emissor do discurso faça adaptações de conteúdo, por exemplo. Isso se torna problemático quando se pensa nas especificidades identitárias – sempre tão diversas – que deixam de ser consideradas na enunciação. Esse traço

---

<sup>26</sup>Tradução nossa de: Power is not a permanent and undisputed attribute of any one person or social grouping. On the contrary, those who hold power at a particular moment have to constantly reassert their power, and those who do not hold power are always liable to make a bid for power.

demanda, assim, indagações sobre o acesso ao discurso. “Quem tem acesso a quais discursos? E quem tem o poder de impor e de fazer cumprir os limites ao acesso?”<sup>27</sup>

Portanto, essa característica também é colocada como uma manifestação de poder a ser problematizada e para qual as pessoas precisam estar conscientes: nesta direção, em sintonia com o livro *Linguagem e Poder* e com os estudos críticos da linguagem, algumas pesquisas de mestrado, desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, já revelam engajamento com esse debate sobre as influências midiáticas (LIMA, 2014; MOREIRA, 2016; PEIXOTO, 2014; PIFFER, 2015; PONTES, 2016; VASCONCELOS, 2016).

Todas estas considerações desta primeira obra de Norman Fairclough são de grande relevância, pois o linguista lança as bases de um procedimento de análise linguístico-discursivo tridimensional com fins emancipatórios, voltado para o escrutínio da intimidade entre linguagem, poder e ideologia no contexto do Estado. Mais importante que isso, arvora-se a defesa da possibilidade de mudança social por intermédio de mudanças discursivas. Maiores considerações sobre isso são feitas na seção subsequente que constitui o segundo ponto da trajetória deste pequeno mapa da ADC.

### **3.2.2 Discurso e Mudança Social (1992)**

Esta obra de Norman Fairclough, cuja primeira publicação é de 1992, parece ser uma de suas mais produções mais populares nas universidades brasileiras. Tal reconhecimento é decorrente do trabalho de divulgação da professora doutora Izabel Magalhães da Universidade de Brasília, onde a pesquisadora chegou a organizar a tradução da referida obra para a língua portuguesa, junto à atuação do Grupo de Pesquisa de Linguagem e Ideologia, o que favoreceu a popularização da teoria no país.

Em *Discurso e Mudança Social*, os leitores encontram uma sistematização teórica que não visa, unicamente, a verificar o papel da linguagem na reprodução de práticas sociais e de ideologias, mas objetiva-se também o estudo sobre a sua atuação na transformação social (FAIRCLOUGH[1992]2001). Assumindo o compromisso com uma linguística crítica, estimula-se a pergunta: como as mudanças nos usos linguísticos estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos? Com o fito de responder a isso, finca-se o objetivo de desenvolver uma abordagem de análise linguística útil – e textualmente orientada – para

---

<sup>27</sup>Indagações traduzidas de : “ who has access to which discourses? And who has the power to impose and enforce constraints on access?” (FAIRCLOUGH, [1989],1996, p.62).

investigar a linguagem constitutiva das mudanças sociais e culturais. Ao redigir isso, a ligação da ADC com as Ciências Sociais é fortalecida (Idem, [1992]2001).

Em *Linguagem e Poder*, o pesquisador britânico já insere uma breve elaboração sobre o funcionamento do discurso na mudança social. No entanto, estas considerações se ancoram na constatação de tendências colonizadoras na operacionalização do discurso publicitário e na linguagem burocrática do aparelho estatal. Deste modo, fica evidente que há um gesto de expansão e de continuidade no trabalho publicado em 1992.

Esta segunda obra do linguista apresenta sua Teoria Social do Discurso, que também ficou conhecida por ser uma abordagem dialético-relacional, isto é, “o discurso constitui as práticas sociais que, por sua vez, constituem o discurso” (OLIVEIRA, 2013, p.284). Esta perspectiva se diferencia de outras abordagens realizadas nos estudos críticos da linguagem, tais como as abordagens sociocognitiva de Van Dijk ou a discursiva-histórica de Ruth Wodak, entre outras.

A seguir, no quadro 5, é oferecida uma visão geral dos capítulos do livro ora comentado para uma compreensão de como esta referência é teoricamente organizada.

**Quadro 5 - Relação dos capítulos de Discurso e Mudança Social com os seus conteúdos**

<b>Capítulos</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Capítulo 1 – Abordagens da Análise do Discurso</b>	a) Descrição de abordagens atuais para a Análise do Discurso. Vários nomes são visitados, tais como Labov, Sinclair e Coulthard, entre outros.
<b>Capítulo 2 – Michel Foucault e a Análise do Discurso</b>	a) Delimitação das contribuições de Foucault; b) Distinção entre a análise de discurso linguisticamente orientada de Fairclough e a mais abstrata de Foucault.
<b>Capítulo 3 – Teoria Social do Discurso</b>	a) Apresentação da concepção de discurso e do quadro teórico que embasa as análises realizadas no decorrer do livro.
<b>Capítulo 4 – Intertextualidade</b>	a) Definição e exemplificação da categoria intertextualidade como potencial instrumento de análise de textos.

<p><b>Capítulo 5 – Análise textual: a construção das relações sociais e do “eu”</b></p> <p><b>Capítulo 6 – Análise textual: a construção da realidade social</b></p>	<p>a) No 5, há o desenvolvimento – do ponto de vista da função interpessoal da linguagem – das categorias analíticas: vocabulário, gramática, coesão, coerência, estrutura textual, força;</p> <p>b) No 6, exploram-se as mesmas categorias, mas do ponto de vista da função ideacional.</p>
<p><b>Capítulo 7 – Discurso e Mudança Social nas sociedades contemporâneas</b></p>	<p>a) Discussão de três tendências de mudanças das ordens do discurso: a democratização, a comodificação, a tecnologização do discurso.</p>
<p><b>Capítulo 8 – A prática da Análise do Discurso</b></p>	<p>a) Observações metodológica práticas:</p>

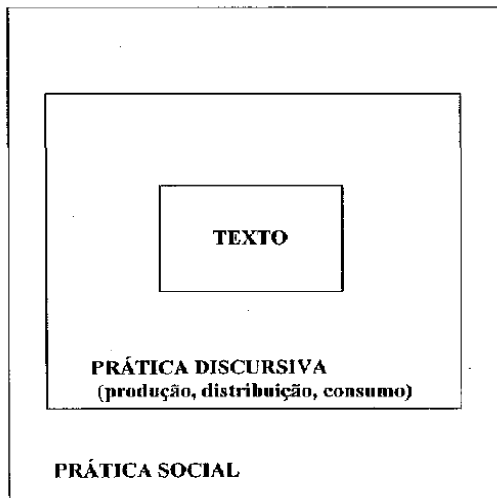
Fonte: Criado pelo autor como base em Fairclough ([1992]2001)

O panorama, solidificado no quadro acima, demonstra que o texto do livro *Discurso e Mudança Social* é costurado com o propósito de somar teorização e práticas analíticas. Os três primeiros capítulos situam a obra teoricamente e consolidam o núcleo duro da Teoria Social do Discurso; enquanto os demais vão administrando categorias analíticas que dão forma às práticas de análise linguisticamente orientadas, mas equacionadas com um engajamento social.

Em Fairclough ([1992]2001), encontra-se a apresentação de uma concepção tridimensional de discurso. Isso significa asseverar que, neste quadro teórico, o discurso é tomado simultaneamente como texto, como prática discursiva e como prática social (embora com termos diferentes, essa ideia já havia sido definida em *Linguagem e Poder*). Essa visão triádica propicia a realização do objetivo que o linguista anuncia na introdução do livro, que é o de promover uma união entre uma análise linguística e um pensamento social e político que seja pertinente a um estudo sociológico que compreenda a relação entre mudança discursiva e mudanças culturais e sociais.

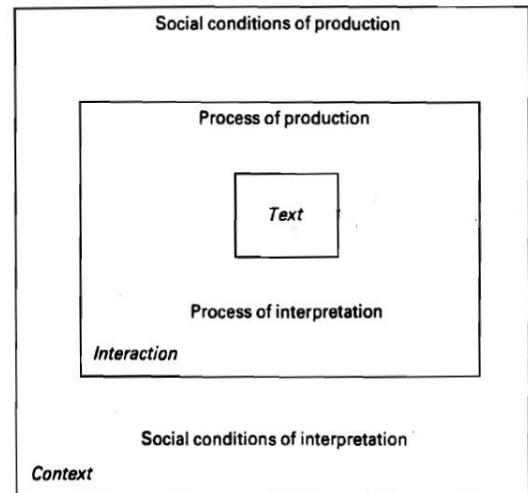
Para se compreender mais detalhadamente o avanço ao longo do tempo do referido modelo tridimensional do discurso, contrasta-se, a seguir, as figuras 1 (à direita) e 2 (à esquerda). A primeira provém da obra *Language and Power*, portanto, já foi apresentada na seção anterior.

**Figura 2** – Concepção tridimensional do discurso 2



Fonte: Fairclough ([1992]2001)

**Figura 1**- Concepção tridimensional do discurso 1



Fonte: Fairclough ([1989]1996)

Numa breve comparação entre as duas imagens, é fácil verificar que o modelo tridimensional de 1992 efetiva, ao mesmo tempo, continuidades e rupturas significativas em relação à conceituação de discurso publicada em 1989. Na mais antiga, o discurso é definido em função do texto, da interação e do contexto, enquanto na mais recente, encontra-se uma conceituação de discurso em detrimento do texto, da prática discursiva e da prática social.

Pelas figuras, percebe-se que, ao ocupar o setor mais externo da figura 2, a prática social aparece no lugar onde, na figura 1, é fixada uma noção de contexto que abarca as condições sociais de interpretação e de produção, ou seja, o que antes era interpretado como contexto é substituído pela ideia de prática social. Como se sabe, a noção de contexto é muito valiosa para os estudos filiados ao funcionalismo, então, a sua diluição na prática social é um movimento teórico digno de atenção no campo da AD.

Outra descontinuidade se localiza na representação da prática discursiva que, na figura 2, intermedia o texto e a prática social; enquanto, na figura 1, é a interação – composta por processos de interpretação e produção – que exerce a função mediadora entre o contexto e o texto. Isso significa que, ao se priorizar a ideia de mudança social, focaliza-se a prática discursiva que passa a dizer respeito aos processos de produção, distribuição e consumo. Por fim, vale destacar a continuidade que é a permanência do texto no centro das imagens, indicando que este se realiza numa conexão inexorável com toda uma conjuntura.

Para executar as análises, o referido modelo recomenda as categorias a seguir elencadas no quadro.



**Quadro 6** – Categorias de análise no modelo tridimensional de Fairclough ([1992]2001)

<b>Texto</b>	<b>Prática Discursiva</b>	<b>Prática Social</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ <b>Vocabulário;</b></li> <li>❖ <b>Gramática;</b></li> <li>❖ <b>Coesão;</b></li> <li>❖ <b>Estrutura textual</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Produção;</li> <li>❖ Distribuição;</li> <li>❖ Consumo;</li> <li>❖ Contexto;</li> <li>❖ Força;</li> <li>❖ Coerência;</li> <li>❖ Coerência;</li> <li>❖ Intertextualidade</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Ideologia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Sentidos;</li> <li>❖ Pressuposições;</li> <li>❖ Metáforas;</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Hegemonia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.</li> </ul>

Fonte: Resende e Ramalho (2004)

É notável, com base no quadro 5, que a análise da prática social é o momento no qual as questões ideológicas e hegemônicas são operacionalizadas. Neste viés, Norman Fairclough informa que tem três asserções que conduzem sua compreensão sobre ideologia: a primeira é a de que a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, o que permite investigar as práticas discursivas como formas materiais ideológicas; outra asserção é a constituição dos sujeitos que são interpelados pela ideologia no discurso. Para o pesquisador inglês, essa característica é ignorada por outros pesquisadores. A última asserção versa sobre os aparelhos ideológicos do Estado que são tomados como marcos delimitadores da luta de classe, o que aponta para a luta pela hegemonia.

Depois destas considerações, o linguista explicita seu posicionamento, asseverando que, para ele, as ideologias são significações/construções da realidade que são edificadas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem – como já foi discutido – para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. Especificando ainda mais a sua leitura, é informado que

Prefiro a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (nas ordens do discurso) que constituem o resultado de eventos passados, como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e convenções, como também um trabalho atual de naturalização e de desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos. (FAIRCLOUGH, [1992]2001, p.119)

Fairclough faz saber que o conceito adotado em seus trabalhos é o gramsciano, segundo o qual hegemonia significa liderança tanto quanto dominação no tocante à economia, à política, à cultura, à ideologia em uma sociedade. Além disso, é preceituado ainda que

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma classe economicamente definida como fundamental, em aliança com outras formas sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio estável”. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante lutas sobre pontos de maior instabilidade entre blocos e classes para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), como possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, [1992]2001, p.122)

É por intermédio destas lentes teóricas que Norman Fairclough conduz a redação deste segundo livro que faz parte da segunda parada deste mapa do tempo. Foi possível verificar que, à medida que se caminha, reelaborações são operadas na execução de reflexões centradas na relação entre linguagem e sociedade, tomando como possibilidade a mudança social propiciada por uma crítica atinente à ideologia e à hegemonia. Feitas tais considerações, é oportuno avançar agora para outro ponto de nossa trajetória, que tematiza o discurso na modernidade tardia.

### **3.2.3 Discurso na modernidade tardia (1999)**

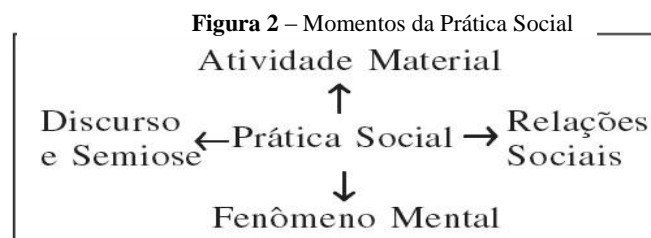
Neste ponto da jornada, direciona-se a atenção para um livro que, diferentemente dos dois anteriores, é resultado de um trabalho em dupla: Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough são os autores da obra *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis* cuja primeira publicação é de 1999. Traduzindo para a língua de Camões e de Patativa do Assaré, o título corresponderia a *Discurso na modernidade tardia: repensando a análise de discurso crítica*. Neste repensar anunciado em sua titulação, os pensadores reafirmam elementos já discutidos em obras anteriores, mas, ao mesmo tempo, reelaboram aspectos importantes do método e da teoria.

Entre as reafirmações, é válido sublinhar o comprometimento com um exercício de pesquisa engajado socialmente, com fins emancipatórios, voltado para a reflexão acerca das mudanças acarretadas pelas novas configurações do capitalismo na modernidade, que “mexe” nas interações humanas no tempo e no espaço, reestruturando os modos de uso da linguagem num quadro de fragmentações e de diferenças. Ademais, reafirma-se ainda a natureza teórico-metodológica da ADC.

Entre as reelaborações, é fundamental destacar o seguinte deslocamento conceitual: anteriormente à referida publicação (FAIRCLOUGH, 1992a; 1989b), linguagem era sinônimo de prática social. Entretanto, nas páginas publicadas na iminência do novo milênio, linguagem passa a ser vista como parte irreduzível da vida social, parte esta que existe em relação dialética com as demais esferas do social. Nessa teorização, a vida social é composta de práticas que, por sua vez, são significadas como maneiras habituais, associadas a tempos e a lugares, nas quais pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para atuarem coletivamente no mundo (CHOULIARAKI;FAIRCLOUGH, [1999]2007)<sup>28</sup>.

Com essa visão, a ADC maximiza sua identidade de cientista social, uma vez que o ideal de investigações passa a perseguir os diversos mecanismos e elementos da vida instanciados em práticas sociais específicas. Por exemplo, em qualquer prática, é possível afirmar que se combinam relações interpessoais, temporais, espaciais, institucionais. Combinam-se também experiências, conhecimentos e crenças por intermédio de recursos semióticos variados. Todos esses elementos são considerados “momentos” de uma prática e, à luz desse conceito de momento, que o discurso passa a ser interpretado (CHOULIARAKI;FAIRCLOUGH, [1999]2007).

Na esteira deste pensamento, discurso é um momento da prática social, e esta reelaboração é um marco muito significativo. Se no desenvolvimento da teoria da ADC, o discurso estivera no centro, de modo que este fora debatido em função do contexto, da interação e do texto, ou, mais na frente, em função da prática social, da prática discursiva e do texto. A partir de 1999, deu-se a centralidade para a prática social e, para analisá-la, deve-se compreender que ela é composta pela relação dialética entre discurso (semiose), atividade material, relações sociais (aqui entram as questões ligadas ao poder e à hegemonia) e fenômeno mental (aqui avaliam-se as crenças, valores e ideologias). A figura, a seguir, traz uma ilustração disso.



Fonte – Resende e Ramalho (2004)

<sup>28</sup>Tradução nossa de: With respect to social life, we begin from the assumption that it is made up of practices. By practices we mean habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material or symbolic) to act together in the world (1999, p.21).

Por causa desse redimensionamento operado, o quadro, a seguir, contrasta as alterações, semeadas ao longo tempo, de pontos importantes das produções faircloughianas visitadas até aqui.

**Quadro 7** – Comparação entre os diferentes estágios da ADC

Fairclough (1989)	Fairclough (1992)	Chouliaraki e Fairclough (1999)
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Discurso como prática social</li> <li>❖ Contexto, Interação e Texto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Discurso como prática social;</li> <li>❖ Prática Social, Prática Discursiva e Texto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Discurso é um momento da prática social que existe numa relação dialética com outros momentos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em razão do novo foco divulgado em *Discurso na modernidade tardia*, é esperado que, ao ampliar o vínculo com a práxis, tal mudança conceitual ecoe na abordagem analítica. E é o que se encontra na obra: os autores propõem um enquadre (logo a seguir) que se divide em cinco estágios, os quais não necessariamente devem ser realizados na ordem listada. É informado, na obra, que o analista também pode dar mais atenção a um estágio do que a outro, ou seja, o enquadramento não é uma corrente que rouba a liberdade do analista, nem é uma camisa de força, o pesquisador tem liberdade para manuseá-lo de acordo com a realidade de sua própria pesquisa.

**Quadro 8** – Percurso de análise proposto em Chouliaraki e Fairclough (1999)

<b>1. Um problema</b>
<b>2 Obstáculos ao seu enfrentamento</b>
<b>(a) análise da conjuntura;</b>
<b>(b) análise da prática e do momento do discurso:</b>
<b>(i) a prática é relevante?</b>
<b>(ii) qual a relação do discurso com outros momentos?</b>
- discurso como parte de uma atividade;
- discurso e reflexividade;
<b>(c) análise do discurso:</b>
<b>(i) análise estrutural: a ordem do discurso;</b>
<b>(ii) análise interacional</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- análise interdiscursiva;</li> <li>- análise linguística e semiótica</li> </ul>
<b>3. Função do problema na prática.</b>
<b>4. Maneiras possíveis de superar os obstáculos</b>
<b>5. Reflexão sobre a análise.</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fairclough ([1999]2007, p.60)

No primeiro estágio, Chouliaraki e Fairclough instruem que a análise de discurso crítica começa com a percepção de um problema relacionado ao discurso em alguma parte da vida social. No caso, os problemas podem dizer respeito às atividades de uma prática social ou à prática em si; ou podem ainda contemplar a construção reflexiva de uma prática.

O segundo estágio é subdividido em três tipos de análises, sinalizados no quadro anterior pelos itens (a), (b) e (c). O primeiro tipo é a análise da conjuntura, na qual os autores recomendam a especificação da rede de práticas nas quais o discurso se insere, focalizando as práticas associadas aos acontecimentos do seio social ligados ao problema identificado no primeiro estágio. Tal recomendação leva o analista ao entendimento de como a estrutura social se constitui. De acordo com os autores, a questão capitã é

ter, pelo menos, uma compreensão panorâmica do quadro de práticas no qual o discurso se localiza. Um aspecto da análise de conjuntura mais imediata é o de localizar o discurso num tempo real, de maneira que sejam visibilizadas as ligações com suas circunstâncias e processos de produção e de consumo, o que faz emergir a questão de como o discurso é interpretado (numa diversidade de interpretações) na análise (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.61).<sup>29</sup>

Combinado a isso, há outro tipo de análise que se soma à avaliação da conjuntura: o estabelecimento da relação entre a prática em escrutínio e o momento do discurso que a compõe numa relação dialética com os outros momentos. Nesta etapa, interessa especificar o entrelaçamento do discurso com os outros três momentos já aludidos (atividade mental, atividade material, relações sociais), para precisar seus efeitos no problema de interesse de investigação social. Usando uma linguagem leve, Chouliaraki e Fairclough ([1999]2007) simplificam esse aspecto expondo que o objetivo é o de se ter a consciência mais clara possível sobre como o discurso funciona em relação com “outras coisas”, em contextos de luta por poder.

Já a fase de análise de discurso propriamente dita é simultaneamente orientada para a estrutura e para a interação. Nesse passo, são apreciadas as ordens do discurso enquanto recursos sociais que possibilitam e, ao mesmo tempo, limitam a interação. Por este ângulo, o

<sup>29</sup>Tradução nossa de “The point here is to have at least a broad sense of the overall game of social practice which the discourse in focus is located within. One aspect of the analysis of more immediate conjunctures is to locate the discourse in focus in real time in a way which links it to its circumstances and processes of production and its circumstances and processes of consumption, which brings the question of how the discourse is interpreted (and the diversity of interpretations) into the analysis”

âmbito deste instante de análise é a relação entre o discurso e a rede social de ordens do discurso que são dependentes da natureza da prática social e de sua conjuntura; importando, nesta conexão, como o discurso trabalha tais recursos sociais, como o seu processo textual dá conta de articular gêneros e demais recursos semióticos no funcionamento da prática discursiva.

De acordo com os autores, resume-se o segundo estágio – no qual são aferidos os obstáculos a serem enfrentados para a superação do problema proposto – na “autópsia” da conjuntura, da relação entre os momentos e a rede de ordens do discurso. O desdobramento interpretativo dessas três instâncias dá passagem para a etapa seguinte.

O terceiro estágio, demonstrado no quadro, orienta os analistas a interpretar a função do problema na prática. Muito mais do que definir ou apontar as causas – atividade realizada em estágios anteriores – a tarefa agora é a de avaliar as consequências do problema, seus resultados e efeitos, como explicam Chouliaraki e Fairclough ([1999]2007).

A partir disso, o quarto estágio demanda que sejam distinguidas maneiras ou estratégias para mudar as questões identificadas, com o fim de superar o obstáculo. Enquanto nos estágios anteriores o foco se ancorava nas relações estruturais e em seus efeitos, prioriza-se agora o que pode ser feito em dado contexto. Apoiando-se, conseqüentemente, a interpretação nas incompletudes, nas contradições, nas lacunas, nas propriedades que mantêm os sistemas abertos a ações transformadoras.

Encerrando o percurso fixado no quadro, os autores instalam, na quinta fase, a obrigação (relativamente previsível!) de que a análise deve ser reflexiva no que concerne aos problemas de um dado fenômeno social que é sempre implicado em questões ideológicas voltadas para a dominação do outro.

Ao longo deste mapa do tempo, foram percorridas resumidamente as páginas teóricas das obras de 1989, 1992 e 1999, as quais circulam congregando continuidades e rupturas movidas pelo espírito de resistência, de luta e de transformação social – sempre numa perspectiva emancipatória e em favor dos que mais precisam. A seguir, são traçados os legados que contribuíram para a efetivação da epistemologia que norteia nossa referência basilar – que reverbera aqui metodologicamente.

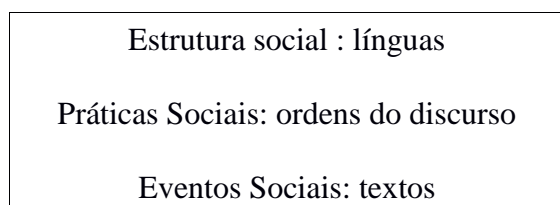
### 3.3 ALGUNS LEGADOS

As elucubrações de Norman Fairclough apresentam muitas raízes. Importantes nomes do mundo ocidental influíram, dialogicamente, no construto deste formato da ADC. Entre eles, não podem ser esquecidos Michael Halliday, Michel Foucault e Mikhail Bahktin. Cada um deles se faz sentir nesta vertente dos estudos críticos de linguagem, portanto, as próximas linhas se articularão – rapidamente – em torno de seus legados expressos nesta vertente teórica.

Nas seções anteriores, já foi discutido que a ADC se insere nos pressupostos epistemológicos do quadro funcionalista. Essa inserção, como já se sabe, implica a compreensão de linguagem como um instrumento de interação, cuja reflexão demanda um olhar para a relação, também já fartamente comentada, com a exterioridade linguística (contexto, história, intenções de sujeitos, interesses políticos, manifestações ideológicas). Diante disso, Michael Halliday, grande nome da Linguística Sistemico-Funcional (LSF), e suas macrofunções foram os elementos basilares nos quais Norman Fairclough se apoia para gestar os seus famosos significados. O legado da LSF é o que fortalece a autópsia linguisticamente orientada do discurso enquanto momento de uma prática social.

Chouliaraki e Fairclough ([1999]2007), em seu capítulo oitavo, debruçam-se sobre a associação entre a ADC e a Linguística albergada pela LSF. Os autores informam que não é por acaso que a linguística crítica e a semiótica social são tributárias da LSF, uma vez que esta teoriza a linguagem de maneira a harmonizar muito mais a perspectiva crítica que outras teorias. Logo, a necessidade de criar uma ponte entre os dois terrenos fomentou uma melhor articulação operacional e metodológica encontrada em Fairclough (2004).

No que concerne a esta última obra citada, é relevante ressaltar que nela Fairclough afirma que a Linguagem, para a ADC, é um elemento do social em todos os seus níveis, a saber:

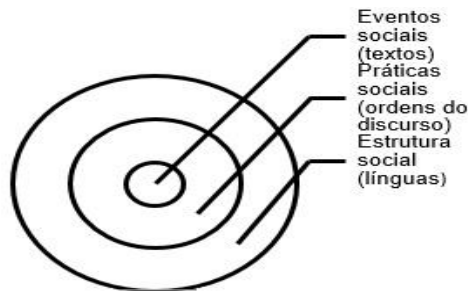


Fonte: Fairclough (2003).

Sistematiza-se, com o quadro acima, que o teórico compreende, em suas postulações, a existência de três níveis sociais: a estrutura, a prática e o evento. Os textos são

elementos de eventos sociais condicionados por estruturas sociais mais abstratas que definem campos de possibilidades de significação. Num papel mediador, conectando o que é estruturalmente possível e o que é efetivamente realizado, existe a prática social. Em outras palavras, ocorre a mediação entre os eventos sociais (textos) e as estruturas (línguas) via ordem do discurso (prática social). A figura, a seguir, resume isso graficamente.

**Figura 3** - Relação entre eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fairclough (2004).

Explicando em outros termos: as línguas (setor mais externo da imagem) são as estruturas sociais abstratas. Sua função é a de dispor de um conjunto de possibilidades de realização linguística. Mas os textos (o setor mais interno), como materialização de eventos sociais, não são meramente definidos a partir de um campo de possibilidades linguísticas socialmente partilhadas. Fairclough convida, então, a se reconhecer que existem entidades organizacionais intermediárias que mediam o que é possível e o que é de fato realizado. Tal estrutura mediadora é a famosa ordem do discurso (setor intermediário da imagem).

A ordem do discurso é uma rede de práticas sociais entrelaçadas em seus aspectos de linguagem. Importa saber que ela não é composta por substantivos e verbos isolados. Para Fairclough, a ordem do discurso é composta por **discursos**, por **gêneros** e por **estilos**, os quais são considerados como os grandes definidores do controle de variabilidade linguística de áreas particulares da vida social.

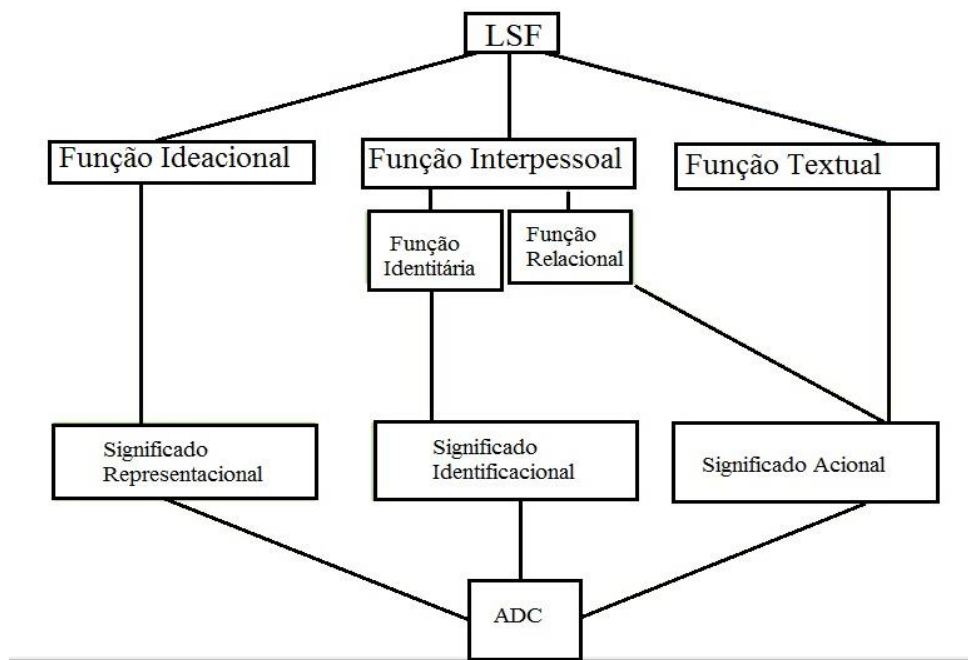
Detalhando mais isso, em Fairclough (2004), é informado que o discurso se realiza de três maneiras principais: a) como modo de **agir**; b) como modo de **representar** e c) como modo de **ser**. E cada qual se associa a um elemento da ordem, portanto: o modo de **agir** está ligado **ao gênero**. O segundo – o modo de **representar** – associa-se ao **discurso**; e o terceiro – modo de **ser** – relaciona-se aos estilos. Com isso, chega-se mais explicitamente ao legado da LSF na medida em que se inicia o desenho dos clássicos significados faircloughianos harmonizados na seara da ordem do discurso.



No ponto “Texto como ação, representação e identificação” de Fairclough (2004), revisa-se a abordagem multifuncional dos textos de Michael Halliday. Para a LSF, o texto tem simultaneamente funções ideacionais, interpessoais e textuais. Nessa revisão, o britânico concorda com essa leitura multifuncional, mas propõe outra nomenclatura a partir da tradição das macrofunções do mestre da LSF. No lugar de função, Fairclough opera a substituição pelo termo **significado**.

Ele cria, então, o **significado representacional**, domínio da **representação**, que se aproxima da função ideacional do Halliday. Depois, ele define o **significado acional** ou **ação** como mais próximo da função interpessoal; da qual também deriva o **significado identificacional** ou **identificação**. Para ilustrar esse movimento, o esquema, a seguir, parece oportuno.

Figura 2 – Adaptação da LSF pela ADC



Fonte: Lemos (2016)

A informação sobre como os citados significados serão operacionalizados para os fins desta pesquisa se encontra no capítulo metodológico seguinte. Antes disso, precisa-se demonstrar ainda como Michel Foucault contribui com a ADC. Para isso, retorna-se para Fairclough ([1992]2001).

O segundo capítulo dessa obra é escrito com o fim de dar os devidos créditos ao filósofo francês que, além de ter se notabilizado pela grande influência sobre as ciências sociais,

também inaugurara uma tendência de AD que foi amplamente aclamada, tendo grande adesão por parte do mundo acadêmico. Na medida que Norman Fairclough propõe um outro modelo de ADC, ele considera importante delinear as influências foucaultianas em seu arcabouço, mas – ao mesmo tempo – frisa as diferenças entre os dois.

Herda-se, pois, de Michel Foucault dois aspectos principais que Fairclough reconhece que sua abordagem textualmente orientada deveria incorporar: o caráter constitutivo do discurso e a primazia da intertextualidade. O primeiro alude à visão de que o discurso constitui ativa e passivamente (sendo construído) várias dimensões, tais como os objetos de conhecimento, os sujeitos, as formas sociais do “eu”, as relações sociais, as estruturas conceituais. Junto de tal caráter constituinte, alude-se ainda à interdependência das práticas discursivas da sociedade e de instituições, na medida em que os textos sempre se valem e se investem de textos anteriores, transformando-os (FAIRCLOUGH, [1992]2001). Portanto, afirma-se que qualquer tipo de prática discursiva é originário das combinações de outras e se define por tal relação.

Sobre o entendimento do que é sua AD arqueológica, Foucault indica que esta é voltada para a análise de enunciados, sem resumi-la à análise linguística. Consequentemente, para ele, a AD não se interessa por frases possíveis ou gramaticais. Sua preocupação é com a especificação sociohistoricamente variável de formações discursas – conceito célebre que marca o sistema de regras que permite a emergência de enunciados específicos, em tempos, em lugares, em instituições igualmente específicos, Fairclough ([1992], 2001).

Para além disso, o autor de *Discurso e Mudança Social* acrescenta ainda três outras considerações teóricas que também deveriam ser incorporadas em seus escritos, tais como: a) o debate sobre o biopoder moderno dissolvido em práticas e em técnicas da natureza discursiva; b) o debate sobre a natureza política encontrada nas lutas por poder, que ocorrem tanto no discurso como subjacente a ele; c) o debate sobre as práticas discursivas em mutação como importante faceta da mudança social.

Paralelamente a essas considerações, parece interessante trazer as ponderações de Resende e Ramalho (2011) acerca dos ecos foucaultianos na elaboração de uma ordem do discurso que tem como “ingredientes” os gêneros (ação), os discursos (representação), os estilos (identificação). As três dimensões anteriores da ordem se afinam com os seguintes eixos costurados na bibliografia de Michel Foucault: o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética.

Fazendo a aproximação, como o significado acional versa sobre o agir sobre os outros e sobre o mundo, ele se equipara ao eixo do poder. Assim é que os gêneros se desdobram

como maneira de (inter)agir discursivamente, o que descortina a relação com a alteridade e com o poder. Já o significado representacional pode ser comparado ao eixo do saber, uma vez que os discursos, enquanto meio de representar o mundo, pressupõem controle e conhecimento. Finalmente, o significado identificacional condiz com o eixo da ética, já que a maneira como se constrói identidades, a própria e a dos outros, pressupõe uma atmosfera de sujeitos morais no contraste entre a identidade coletiva e individual.

Para ilustrar, segue a esquematização encontrada em Resende e Ramalho (2011, p.51):

**Quadro** – Diálogo entre os significados de Fairclough e os eixos de Foucault

Significados (FAIRCLOUGH, 2003)	Elementos da ordem do discurso	Eixos (FOUCAULT, 1994)
Significado acional	Gêneros	Eixo do poder
Significado representacional	Discursos	Eixo do saber
Significado identificacional	Estilos	Eixo da ética

Fonte: Resende e Ramalho (2011)

Por fim, importa frisar que os eixos foucaultianos são igualmente articulados dialeticamente, isto é, eles estão diretamente imbricados, são interconstitutivos e não existem isolados. Fairclough faz a mesma analogia dizendo que: “**discursos** particulares são mediados por **gêneros**, assim como gêneros pressupõem **estilos**”(RAMALHO;RESENDE, 2011).

Encerrando esta jornada teórica, é hora de destacar a herança de Mikhail Bakhtin. O pensador russo e seu Círculo são famosos pela concepção dialógica segundo a qual a linguagem não é apenas um sistema autônomo, mas sim um processo de significação interativo, consolidado pelo dialogismo, que estabelece, pelo prisma da interação verbal, que o diálogo entre interlocutores é viabilizado pelos ecos de textos e discursos passados, o que faz – para esta perspectiva – com que tal característica seja a única esfera possível da vida da linguagem.

Como há pouco mencionado, Fairclough admite – via Foucault – a interdependência das práticas discursivas das sociedades e das instituições, afirmando a

dependência e conexão de um texto com seus antecessores. Vive, pois, nas entrelinhas, toda a conceituação que Bakhtin e seu Círculo fazem sobre relações dialógicas, sobre intertextualidade (âmbito dos textos) e interdiscursividade (âmbito dos discursos), que resultam em categorias analíticas de grande aplicabilidade em análises de discurso crítica. Esse é um legado de grande valia (que é expandido no próximo capítulo, com fins metodológicos) que permite ler, criticamente, questões de hegemonia, de poder, de constituição de sujeitos, por exemplo.

Cabe, no entanto, antecipar rapidamente que, para Bakhtin, o discurso é apreendido pelo todo, isto é, contemplando-se não só o linguístico, mas também o social, o histórico, o cultural de cada prática, e os sentidos emergem pelo viés da interação com a alteridade, característica mor dos estudos críticos da linguagem. Deste modo, a significação é histórica e, para compreendê-la, é indispensável a apreensão do dialogismo que, no que toca ao discurso, é o seu princípio constitutivo e, ao mesmo tempo, o modo de funcionamento real da linguagem.

É oportuno destacar ainda que, guiado pelo princípio dialógico, toda a conceituação sobre os gêneros discursivos que o pensador russo gesta acaba por ressoar no entendimento que Fairclough tem dos gêneros da ordem discurso, vistoriados por intermédio do significado acional.

Nesta direção, Machado faz saber que Bakhtin rompe com uma tradição que via os gêneros apenas à luz das categorizações de gêneros literários e propõe, num gesto ampliador, que gêneros e discursos sejam tratados como manifestação da pluralidade e como “esferas do uso da linguagem verbal ou da comunicação fundada na palavra” (MACHADO, 2010, p.152). Mediante a ampliação conceitual operada por Bakhtin, é válido citar ainda que

Graças a essa abertura conceitual, é possível considerar as formações discursivas do amplo campo da comunicação mediada, seja aquela processada pelos meios de comunicação de massas ou das modernas mídias digitais, sobre o qual, evidentemente, Bakhtin nada disse mas para o qual suas formulações convergem. (MACHADO, 2010, p.152)

Considerando tais convergências, este capítulo foi redigido com o propósito de demonstrar o panorama teórica sobre o qual a presente pesquisa se ergue. Para tanto, foi apresentado um pequeno mapa do tempo, no qual foram visitadas, cronologicamente, três importantes referências de Norman Fairclough – Linguagem e Poder ([1989]1996), Discurso e Mudança Social ([1992]2001) e Discurso na Modernidade Tardia ([1999]2007). Também foram apresentadas, brevemente, as influências de Halliday, de Foucault e de Bakhtin. Depois deste trajeto, encerra-se este momento para se introduzir, a seguir, a metodologia e as categorias analíticas.

## 4 METODOLOGIA

Este capítulo foi redigido com o propósito de informar o planejamento metodológico para a persecução do **objetivo geral** de analisar como – na perspectiva liberal – gênero, discurso e estilo se configuram na atribuição de sentidos à atuação do Estado brasileiro.

Também se considerou o alcance dos objetivos **específicos** de: a) descrever ocorrências de intertextualidade no procedimento argumentativo dos textos em análise, interpretando as problemáticas subjacentes à representação do Estado brasileiro de acordo com a prática discursiva; b) indicar os mecanismos adotados, no âmbito do discurso, para a emissão de julgamentos ou juízos de valor contra o Estado; c) destacar as instâncias de modalizações deôntica e epistêmica de autores liberais dentro do processo de identificação dos enunciados do *corpus* em análise.

Para tanto, este momento da dissertação é dividido em 4 (quatro) seções. Na primeira, o tipo de pesquisa é apresentado. Em seguida, a constituição do *corpus* e seus critérios de escolha são descritos e explanados, bem como os artigos que o integram são brevemente apresentados. Depois disso, informam-se os procedimentos analíticos. Por fim, consolidando o preparo para o capítulo de análise, apresentam-se as categorias analíticas.

### 4.1 CARACTERIZANDO A PESQUISA

Severino (2010) assegura que, entre as funções da universidade, não se tem apenas o objetivo de habilitar, tecnicamente, os estudantes de ensino superior. O desenvolvimento de uma consciência social, de cunho analítico e crítico é também uma demanda a ser erigida nos horizontes do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, frente a este tripé, é mister sustentar uma percepção de pesquisa em ciências humanas e de como ela se distingue do modelo preeminente das ciências naturais tributárias do positivismo, visando à construção da criticidade necessária para a vida em sociedade.

Nesta linha de raciocínio, é válida a observação de que, entre os objetivos da formação cientista, almeja-se – para além da disponibilização de métodos, de conteúdos e de conhecimentos de especialistas – “à formação do cidadão, pelo estímulo de uma tomada de consciência, por parte do estudante, do sentido de sua existência histórica, pessoal, social. Nesse objetivo, está em pauta levar o aluno a entender sua inserção não só em sua sociedade concreta, mas também no seio da própria humanidade. [...]” (SEVERINO, 2010, p. 22)

Dialogando com os propósitos da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough, cerne teórico-metodológica deste trabalho, são salutares os comprometimentos com a educação, com a cidadania, com a democracia, com a solidariedade, com a dignidade humana que o fazer científico deve perseguir, independentemente do fato de ser ciência humana, exata ou natural. Consequentemente, a conjuntura de produção desta metodologia faz reverberar

(...) o compromisso da educação, em geral, e da Universidade, em particular, com a construção de uma sociedade na qual a vida individual seja marcada pelos indicadores da cidadania, e a vida coletiva pelos indicadores da democracia, [ tal compromisso] tem sua gênese e seu fundamento na exigência ético-política da solidariedade que deve existir entres os homens. É a própria dignidade humana que exige que se garanta a todos eles o compartilhar dos bens naturais, dos bens sociais e dos bens culturais. O que se espera é que, no limite, nenhum ser humano seja degradado no exercício do trabalho, seja oprimido em suas relações sociais ao exercer a sua sociabilidade ou seja alienado no usufruto de bens simbólicos, na vivência cultural (SEVERINO, 2010, 23).

Considerando todos os aspectos supramencionados, na elaboração desta dissertação, tomou-se também como referência o ensinamento de Fiorin (1988) que, em suas palavras finais, alerta o investigador sobre a importância de buscar fugir, nos estudos da linguagem, de duas ilusões: a primeira é a de que a linguagem é inteiramente autônoma; a segunda, a de que ela pode ser reduzida à ideologia. Portanto, sem negligenciar tal observação, elegeu-se, como ponto de partida, uma concepção funcional e pragmática de linguagem. Isso implica considerar o fenômeno linguístico como produto e processo da interação humana e da atividade sociocultural (MARTELOTTA, 2012, p.238).

Tendo, então, essa concepção como pano de fundo da pesquisa, o objeto dela será o que pode ser categorizado, sob o viés de uma ética liberal, o discurso da liberdade liberal-libertário, opositor ao Estado brasileiro. Essa noção de discurso se alinha com o arcabouço teórico desenvolvido ao longo de Fairclough ([1989]1996; [1992]2001; [1999]2007), exaustivamente explorado no capítulo segundo que instaura o terreno discursivo como o da linguagem em uso, como um momento da prática social, em diálogo com os seus demais momentos. Tal ponto de vista reafirma a compreensão de discurso como meio de ação no mundo, como meio de ação entre as pessoas e como modo de representação e identificação, conforme também já foi exposto.

Assim, em sintonia com a concepção e com o objeto escolhidos, decidiu-se por pensar uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza interpretativista. Essa decisão se justifica pela crença de que a discussão proposta não cabe num esqueleto positivista como o da investigação de natureza quantitativa, que compreende seu objeto numa perspectiva de quantificação de variáveis ou elaboração estatística, por exemplo. Alternativamente, optou-se

pelo caráter interpretativista, qualitativo, pois, segundo Oliveira (2009, p.2), nesta abordagem, o homem não é visto como passivo, ele é visto como aquele que interpreta, continuamente, a vida.

Além do mais, nesta perspectiva, como são analisados processos discursivos materializados em artigos disponibilizados na internet, configura-se, portanto, o cenário metodológico da pesquisa descritiva e documental. Deste modo, por documento, impõe-se o que Bravo (1991) compreende como

todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas idéias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto (1991 *apud* SILVA, p.4546, 2009)

Em face do exposto, a pesquisa que aqui se estrutura tem como referência os postulados inter/trans/INdisciplinares da Linguística Aplicada contemporânea. Com ares qualitativos e descritivos, ela se insere na corrente funcionalista de linguagem, onde se afirma como uma ciência horizontal e pós-moderna<sup>30</sup>, fato que acarreta a aliança com questões práticas, muito longe de concepções de “ciência pura”, como salienta Rojo (2013) sobre como a proximidade com o “mundo como ele é” é uma demanda da área:

(...) A questão da “aplicabilidade” – ou seja, da proximidade com o “mundo como ele é” – é uma das questões fundantes de nossa área. Aproximarmo-nos do mundo como ele é tem uma série de outras implicações em nosso fazer científico ou em nossa produção de conhecimento. A começar do fato de que, ao fazê-lo, não é mais possível fazer uma “ciência pura” (seja lá o que isso queira dizer). Para aproximarmo-nos das línguas (e, mais recentemente, das linguagens) e de seu funcionamento no “mundo como ele é” não é mais possível fazermos uma ciência disciplinar: como diz Moita Lopes (2004;2006), faremos uma linguística “mestiça” – ou, como quer Lopes da Silva (2004), uma linguística “impura”. (ROJO, 2013, p.62)

A citação anterior leva à conclusão de que

é preciso “misturar-se” (linguística mestiça), “melecar-se” (linguística impura) com as questões entendidas como “problemas sociais” ou “privação sofrida”, na perspectiva das “minorias” e das ideologias ditas “alternativas”(teorias feministas, das relações de gênero, as narrativas étnicas e raciais, as teorias *queer*, o pós-modernismo, o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo, os estudos culturais). (ROJO, 2013, p.63)

Por fim, dentro deste panorama metodológico mestiço e impuro, que visa a se aproximar do mundo e de suas particularidades tais quais eles realmente são, é que a metodologia deste trabalho se encarna. Em vista disso, continuam-se as observações

---

<sup>30</sup>Em referência aos trabalhos de Danilo L. Brito (UFRJ): <[http://www.letras.ufrj.br/liehdh/media/docs/art\\_danilo3.pdf](http://www.letras.ufrj.br/liehdh/media/docs/art_danilo3.pdf)>

metodológicas na seção subsequente, na qual se expõem os artigos que integram o corpus analisado, suas origens e os critérios de seleção adotados para endereçar as questões desta pesquisa.

## 4.2 CORPUS

O corpus analisado é composto por 5 (cinco) textos. Em primeiro lugar, eles foram escolhidos por figurarem em um espaço virtual de grande representatividade no movimento liberal brasileiro, assumindo papel de liderança enquanto *think-tank* que promove a circulação e o consumo de materiais semióticos que ilustram as demandas e reivindicações do que foi interpretado aqui como um contrapoder antiestatal.

Assim, os textos coletados provêm do sítio virtual Mises Brasil. Este endereço eletrônico abriga a página do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB), que é uma associação que procura produzir e disseminar estudos econômicos e de ciências sociais em prol dos princípios de livre mercado e de sociedade livre.

Entre os seus objetivos, estão os de: a) promover o pensamento econômico da Escola Austríaca de Economia<sup>31</sup>; b) restaurar o que eles consideram como o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; c) advogar pela economia de mercado, a propriedade privada e a paz nas relações interpessoais; d) ser oposição às intervenções estatais nos mercados e na sociedade.

Na aba “sobre o instituto” do *site*, o IMB expressa sua visão de sociedade livre, a qual deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, à ordem natural do mercado, sem a interferência do governo. Com isso, comunicam a esperança de que seus trabalhos influenciem a opinião pública, os meios acadêmicos, para que seus princípios tenham maior adesão e substituam ações governamentais que, para os adeptos desta linha de pensamento, só têm aspectos negativos, tais como: I – protegem os

---

<sup>31</sup>A Escola Austríaca (também conhecida como Escola de Viena) é uma escola de pensamento econômico que enfatiza o poder de organização espontânea do mecanismo de preços. A Escola Austríaca afirma que a complexidade das escolhas humanas subjetivas faz com que seja extremamente difícil (ou indecível) a modelação matemática do mercado em evolução e defende uma abordagem *laissez-faire* para a economia. Os economistas da Escola Austríaca defendem a estrita aplicação rigorosa dos acordos contratuais voluntários entre os agentes econômicos, e afirmam que transações comerciais devam ser sujeitas à menor imposição possível de forças coercitivas como as Governamentais e/ou Corporativistas. Seus membros defendem, por exemplo, o *free banking* (sistema bancário sem regulamentação e com emissão de moeda privada). Alguns dos institutos e *think-tanks* que promovem a difusão em escala nacional e internacional do conhecimento segundo a tradição econômica são o Mises Institute, o Cato Institute, Atlas Network, o Instituto Mises Brasil, o Instituto Liberal e o Instituto Mises Portugal. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_Austr%C3%ADaca](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Austr%C3%ADaca), acessado em 1 de janeiro de 2018.



poderosos e os grupos de interesse; II – criam hostilidade, corrupção e desesperança; III – limitam a prosperidade; e IV – reprimem a livre expressão e as oportunidades dos indivíduos.

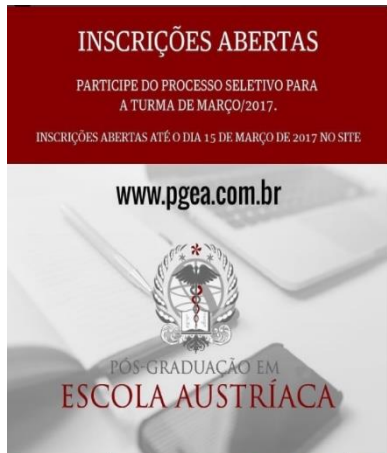
A escolha do IMB se deu pelo protagonismo da instituição em promover, no Brasil, o que se categorizou aqui como discurso da liberdade opositora ao Estado brasileiro. Guiados pelos acadêmicos Ludwig von Mises, F.A.Hayek, Murray Rothbard, seus membros inauguraram a primeira pós-graduação em Escola Austríaca do país. Ademais, o instituto promove, em associação com grupos espalhados por todos os estados do país, palestras, simpósios, semanas da liberdade, para divulgar suas ideias; além de publicar, na internet, inúmeros artigos, vídeos, materiais de grande circulação.

Abaixo, seguem, respectivamente, imagens do: a) mencionado site; b) de um convite para inscrição na seleção do referido programa de pós-graduação e c) divulgação de uma Semana da Liberdade. Cabe enfatizar que, embora as imagens digam respeito a espaços independentes, todas elas são correlatas e se inscrevem num mesmo fenômeno social de luta pela hegemonia dos sentidos de acordo com a mesma perspectiva de liberdade.

Imagem (a)

Fonte - <http://www.mises.org.br/Default.aspx>

Imagem (b)



Fonte - [https://www.instagram.com/mises\\_brasil/](https://www.instagram.com/mises_brasil/)

Imagem (c)



Fonte - <https://allevents.in/fortaleza/v-semana-da-liberdade/460481914283259>

Provenientes do IMB, os artigos aqui analisados foram eleitos mediante os critérios: **tempo, tema, exequibilidade** da pesquisa, **recorrência** de processos discursivos relevantes para o estudo do objeto de pesquisa, **figuração** no setor dos **artigos mais lidos** do referido espaço virtual. No que toca ao critério temporal, foram escolhidos os artigos publicados no ano de 2017, ou seja, os mais recentes. Tal decisão foi tomada pelo interesse de investigar as práticas discursivas envolvidas nos debates mais contemporâneos ao momento da defesa, para que a pesquisa contemple questões de maior enfoque na atualidade.

Adicionalmente, o critério temático foi adotado. Como a pesquisa apresenta o objetivo central de investigar como gênero, discurso e estilo são articulados para significar a atuação do Estado brasileiro, exigiu-se que todos os textos discorressem, em alguma medida, sobre a figura estatal.

Outra razão para a escolha do mencionado critério temático diz respeito ao artigo 6º da Constituição Federal. Esta outorga que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Portanto, por se compreender que é obrigação do Estado trabalhar para garantir os mencionados direitos sociais, decidiu-se que os temas dos artigos deveriam estar relacionados a tais garantias constitucionais. Consequentemente, somado ao critério temporal, os textos selecionados acabaram por versar, prioritariamente, sobre assuntos ligados ao **trabalho**, à **saúde** e à **previdência**, os quais se inserem numa **conjuntura econômica**, o que também justifica a existência de um artigo sobre o tema.

Considerando ainda outro meio de filtrar mais a extensão do corpus, pensou-se na exequibilidade e na recorrência dos processos discursivos de interesse da pesquisa. Depois de vasta leitura de diversos textos publicados no IMB, foi possível perceber que algumas características textuais, estruturais, retóricas, por exemplo, eram recorrentes. Por isso, considerou-se o número de 5 artigos, que avolumam 23 páginas analisáveis, como um total suficientemente representativo e de análise exequível de acordo com a limitação temporal de uma pesquisa de mestrado.

Afunilando mais um pouco, todos os textos que se encontram nos anexos, em algum momento, estiveram entre os mais lidos do site. Isso foi considerado importante, porque é um indicativo que possibilita a aferição de como gênero, discurso e estilo se articularam, ao significarem o funcionamento do ente estatal, de modo a atrair o maior número possível de leitores.

Diante de tais critérios de constituição do *corpus*, o quadro, a seguir, relaciona os títulos dos textos às suas respectivas datas de publicação.

<b>Título</b>	<b>Data de Publicação</b>
O duplo ônus da cultura do funcionalismo público	22 de março de 2017
Terceirização? Sim, por favor. E obrigado	22 de março de 2017
Os economistas austríacos contra o “mainstream” econômico no brasil de Temer	28 de março de 2017
Como o intervencionismo estatal está destruindo o mercado de saúde privado brasileiro?	6 de junho de 2017
Injustiças e penitência social	8 de agosto de 2017

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seção subsequente traz um resumo de cada um dos artigos, pois, deseja-se fornecer um breve panorama sobre cada um deles. Deve-se alertar, no entanto, que tais “sinopses” não substituem as respectivas leituras integrais dos textos que, aliás, devem ser feitas antes da leitura do capítulo de análise.

#### **4.2.1 Os textos em análise**

##### **4.2.1.1 O duplo ônus da cultura do funcionalismo público**

O presente artigo é dividido, para além da introdução, em quatro momentos: I – a mentalidade do concurseiro e do burocrata; II – O atraso; III – O grande inimigo; IV – Conclusão. Todas essas fases são organizadas para desenvolver a tese de que o funcionalismo público é uma “farra” sustentada pelo setor privado, o que resulta nos baixos salários pagos nas empresas privadas. Além disso, comenta-se que os jovens mais estudiosos e mais capacitados se atraem pelos concursos públicos, em razão da estabilidade e dos altos salários, o que ocasiona uma geração pouco produtiva, que não se interessa em produzir inovação e empreendedorismo, o que faz com que este, no Brasil, seja de baixa qualidade. Ademais, o texto aparece ornado com a seguinte imagem:



Figura: Vieira (2017)

#### 4.2.1.2 Terceirização? Sim, por favor. E obrigado

Este artigo também apresenta, para além da introdução, os quatro momentos: I – Por que a terceirização é importante; II – Algumas respostas às críticas; III – os descontentes; IV – Conclusão. Tais seções do texto são tecidas com o propósito de defender a terceirização e a flexibilização de leis trabalhistas pela sustentação do ideal da liberdade de contrato. A progressão textual, no primeiro momento, se concentra em argumentos de natureza histórica. Em seguida, deslegitimam-se as críticas costumeiras a estas ideias pela invalidação dos dados da CUT que as fundamentam e pela sugestão de que existe preconceito. Informa-se ainda que apenas os incompetentes sofrerão com a terceirização. Por fim, expressa-se que as medidas advogadas são meios de se livrar das amarras que atrasam os negócios brasileiros. O texto vem ilustrado com a imagem seguinte.



Figura: Dalberto (2017).

#### 4.2.1.3 Os economistas austríacos contra o mainstream econômico no Brasil de Temer

O texto é introduzido por uma nota do editor que esclarece que o artigo havia sido publicado originalmente, em maio de 2016, mas sua “reescapagem” em março de 2017 se justifica pelo fato de que, em sua primeira publicação, havia previsões que foram confirmadas um ano depois.

No caso, o texto é redigido e repostado para fazer com que os leitores entendam “a mentalidade de economistas convencionais”, que se distanciam muito do que é defendido pelos princípios da Escola Austríaca. Deste modo, o desenvolvimento textual se organiza em torno de três eixos: I – algumas noções da Escola Austríaca; II – Então, qual a saída para o Brasil?; III - Intransigência ou Moderação?. Assim, as ideias vão corroborando o descrédito das escolhas econômicas pelas lentes conceituais austríacas. A saída apontada gira em torno da ideia de que impostos deveriam ser evitados porque empobrecem uma nação, reduzindo a atividade econômica, o que sinaliza para a necessidade de reduzir as atribuições do governo. Na

conclusão, sugere-se que apenas os economistas austríacos estão preparados para resolver os problemas de natureza econômica do país. Ademais, ilustra-se o texto com a foto abaixo.



Figura: Ulrich (2017)

#### 4.2.1.4 Como o intervencionismo estatal está destruindo o mercado de saúde privado brasileiro?

O artigo se ocupa a defender como a intervenção do Estado brasileiro é prejudicial para o mercado privado de saúde. A argumentação é introduzida com uma nota do editor, comunicando que o referido texto havia sido vencedor na categoria Direito, na ocasião da V Conferência de Escola Austríaca. Ao longo do texto, o leitor percorre, além da mencionada nota e de umas palavras introdutórias, as seções seguintes: I – intervencionismo na lei dos planos de saúde; II – O intervencionismo na agência reguladora; III – o intervencionismo nos contratos de planos de saúde no judiciário; IV – Conclusão . O percurso é construído com o objetivo de mostrar que o sentimentalismo no Judiciário prejudica a racionalidade econômica. Ademais, ilustra-se o documento com esta imagem:



Figura: Sperandio (2017)

#### 4.2.1.5 Injustiças e penitência social

O artigo argumenta que o modelo previdenciário vigente é injusto, pois confisca dos mais pobres para dar aos mais ricos, configurando, para ele, uma penitência social. Nesta linha que denuncia o “parasitismo estatal”, os procedimentos textuais vão se expandindo pautados nos problemas orçamentários brasileiros, derivados, segundo o autor, de irresponsabilidade fiscal, de corrupção sistêmica e de privilégios injustificáveis. Além disso, defende-se que “um país que decreta classes diferentes de cidadãos fere a moral, e herda consequências fiscais insustentáveis, como o sistema de previdência demonstra. A reforma como está não é nada além de uma gambiarra oportunista para manter a penitência social.” Por fim, a imagem seguinte contribui com a arquitetura do texto.



**Figura** – Brandão (2017)

### 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Levando-se em conta nossas questões de pesquisa e seus consequentes objetivos, a seleção dos artigos ocorreu com base nos temas cristalizados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil que, no capítulo II, institui que o Estado deve atuar para garantir aos cidadãos os direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a trabalho, a moradia, a lazer, a segurança, a previdência social, à proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados.

À luz desses direitos, buscaram-se, no *site* do Instituto von Mises, textos com maior número de acessos, fator relevante para se aferir que ideias tiveram maiores repercussões e possivelmente atraíram o interesse de um maior número de leitores. Para tanto, recorreu-se à seção dos “mais lidos” do referido endereço eletrônico.

Depois disso, os cinco artigos foram copiados e dispostos cronologicamente na seção de anexos deste trabalho. Durante o processo de leitura desses textos, foram sendo marcados, com o instrumento “Cor do Realce do Texto” do Microsoft Word 2016, os

fragmentos textuais que demonstravam ocorrências dos processos discursivos característicos do discurso em questão.

A relação entre as cores de realce e as categorias são mostradas no quadro, a seguir. Importa informar, de antemão, que essa escolha foi tomada tendo como referência o percurso de Silva (2017), que adotou procedimento de coloração semelhante em sua tese de doutorado.

**Quadro** – Significados, categorias e cores

Significado	Categoria	Cor de Realce
Acional	Intertextualidade	Azul turquesa
Representacional	Avaliação	Verde vibrante
Identificacional	Modalidade	Amarelo

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva (2017).

Feita esta organização procedimental, os excertos que traziam materialidades verbais de interesse para nossas questões foram recontextualizados na seção de análise e comentados segundo as orientações da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough. Conseqüentemente, foram observados problemas de como gênero, discurso e estilo convergem, enquanto mostra de um contrapoder, para a significação antagônica do Estado.

Ademais, deve-se reiterar ainda que esta dissertação se associa ao enquadramento proposto por Chouliaraki e Fairclough ([1999]2007, p.60), que estrutura a prática da ADC em 5 eixos principais: 1. Um problema; 2. Obstáculos ao seu enfrentamento; 3. Função do problema na prática; 4. Maneiras possíveis de superá-lo na prática; 5. Reflexões sobre a análise. Com base em tais estágios, a redação dos três capítulos se deu conforme o seguinte quadro.

**Quadro** – Relação entre o enquadre de Chouliaraki e Fairclough (1999) e os capítulos de Rodrigues (2017)

Enquadre de Chouliaraki e Fairclough (1999)	Dissertação – Rodrigues (2017)
<b>1. Um problema</b>	<b>Considerações Iniciais e Capítulo 2</b>
<b>2 Obstáculos ao seu enfrentamento</b> (a) análise da conjuntura; (b) análise da prática e do momento do discurso; (c) análise do discurso;	<b>Capítulos 2, 3, 4 e Capítulo 5</b>



<b>3. Função do problema na prática</b>	<b>Considerações Finais</b>
<b>4. Maneiras possíveis de superar os obstáculos</b>	
<b>5. Reflexão sobre a análise.</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Reforçando, por fim, que o mencionado enquadramento não tem uma natureza normativa, os capítulos 1, 2,3 e 4, ao lado das considerações iniciais e finais, diluem, de acordo com a especificidade deste estudo, o passo-a-passo de 5 fases que *Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis* divulga. Por isso, os estágios propostos são atendidos sem a linearidade do enquadre, mas com a coerência e a proporcionalidade que o presente objeto de estudo pede.

#### 4.4 CONHECENDO AS CATEGORIAS ANALÍTICAS<sup>32</sup>

Repercute aqui o “lembrete” de Ramalho e Resende (2011, p.112) de que a relação entre os significados do discurso é dialética. Logo, eles internalizam atributos uns dos outros sem se reduzirem a nenhum deles. À guisa de exemplificação, isso torna possível que um discurso particular (representação) possa ser legitimado em gêneros específicos (ação/relação) e exprimido em estilos de vida projetados em construções identitárias (identificação).

Portanto, as categorias analíticas são compreendidas como formas e significados textuais associados a maneiras particulares e estáveis de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais. Assim, com o amparo delas, analisam-se os textos em função de aspectos semânticos, gramaticais, lexicais, entre outros.

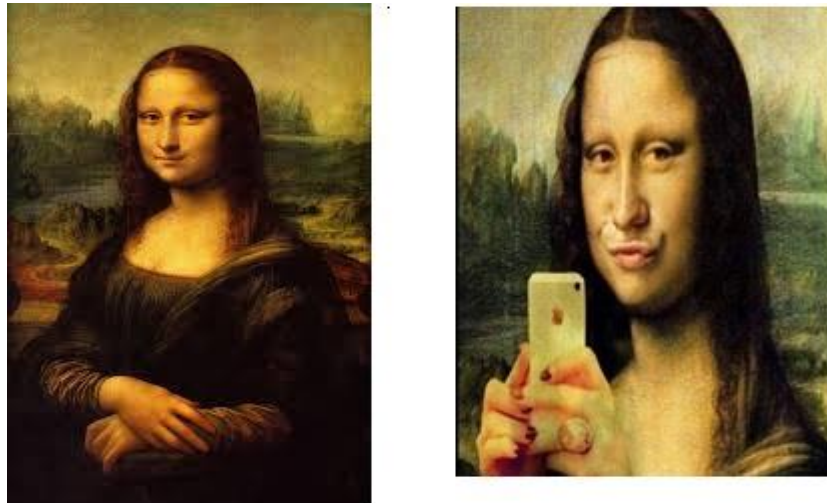
Neste caso, escolheram-se a intertextualidade, a avaliação e a modalidade como recursos para a análise de discurso, pois se considerou que elas fornecem uma boa noção de como a prática discursiva em questão promove a representação do Estado brasileiro. Portanto, a seguir, cada uma das categorias é apresentada.

<sup>32</sup>Sabemos que é corriqueiro e, por isso, esperado encontrar a apresentação da teoria subjacente às categorias analíticas no capítulo de fundamentação teórica. No entanto, por uma questão de **busca por uma simetria entre os capítulos em termos de número de páginas**, decidiu-se por conduzir esta explicação no fim do capítulo metodológico como um preparo para o capítulo de análise, onde as categorias são aplicadas.

#### 4.4.1 Significado acional e intertextualidade

Como expressão do dialogismo bakhtiniano, a intertextualidade é um fenômeno que comprova a intensidade com a qual fenômenos semióticos se conectam com suas ancestralidades, isto é, com as vozes que os antecederam. Mediante relações dialógicas, constata-se, então, que os seres humanos precisam de usos de linguagem passados para definir suas práticas contemporâneas, seja num gesto de negação, seja numa reafirmação com fins humorísticos ou argumentativos. Nesta categoria, o diálogo – estabelecido pela identificação da influência de um texto antecessor – é essencial para emergência dos sentidos. Para esclarecer, vêm-se, a seguir, as imagens em contraste.

**Figura** – Contraste entre a obra de Monalisa e sua respectiva paródia



Fonte: <https://sociotramas.wordpress.com/2015/04/21/a-intertextualidade-em-obras-de-arte/>

Não é preciso muito esforço para verificar que a imagem da direita se apoia na clássica obra de arte de Leonardo da Vinci, à esquerda, e atualiza-a com o propósito cômico de retratar/ironizar/criticar o hábito, vastamente disseminado entre usuários de mídias sociais, de postar fotos em frente ao espelho, exibindo o “smartphone” caro, fazendo “caras e bocas”, em busca da aprovação de seus pares. A relação intertextual permite o riso, a crítica e a reflexão de como as práticas humanas mudaram em relação à imagem desde o século XVI até os anos hodiernos.

Outro exemplo dessa “conversa” entre textos é encontrado na comparação, a seguir, entre o poema de Drummond e o de Ricardo Azevedo. Na poesia do primeiro, chamada de “Quadrilha”, entoam-se os versos: “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém...”. Enquanto nos versos do segundo, cujo título é “Quadrilha da sujeira”, visualizam-se as palavras: “João joga um

palitinho de sorvete na rua de Teresa que joga uma latinha de refrigerante na rua de Raimundo que joga um saquinho plástico na rua de Joaquim ...”<sup>33</sup>. Para quem conhece o primeiro texto, é muito fácil recuperá-lo no segundo, percebendo que este subverte o antecessor ao tematizar uma cadeia da poluição urbana, enquanto aquela toca, originalmente, o tema das frustrações amorosas.

Com essas considerações em mente, é cabido reforçar que Bakhtin e seu Círculo se notabilizaram por conceber que todas as práticas semióticas, em todas as medidas, existem em resposta ao que já existe, e que esse diálogo é o real mecanismo de funcionamento da linguagem humana. Dentro deste espectro, a intertextualidade passa a ser localizada no âmbito dos textos, enquanto a interdiscursividade se radica no âmbito do discurso.

Diferenciando uma da outra, Fiorin (2012) é didático ao afirmar que o termo intertextualidade fica reservado para os casos em que o dialogismo é materializado em textos, pressupondo sempre uma interdiscursividade. Quando a relação dialógica não se manifesta no texto, há interdiscursividade. Afunilando a distinção, o caráter interdiscursivo diz respeito a qualquer relação dialógica, enquanto a intertextualidade é um tipo particular de interdiscursividade, na qual se encontram pelo menos duas materialidades textuais distintas explícita ou implicitamente.

Indo além, cumpre destacar que a análise interdiscursiva de um texto se ocupa da identificação de discursos articulados e da maneira como isso acontece. Portanto, na interdiscursividade, para se identificar discursos, percorrem-se dois estágios, segundo Resende e Ramalho (2006): um deles é o momento em que se identificam quais partes do mundo são representadas, isto é, os “temas”; na outra etapa, identifica-se a perspectiva particular sob a qual a representação acontece. Como exemplo disso, podem-se destacar as imagens (a), (b) e (c) a seguir.

Imagem A – Membros do Ceará Libertário



Fonte – Jornal o povo - <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/09/09/noticiafortaleza,3501699/dono-da-pagina-ceara-libertario-defende-a-educacao-como-um-servico.shtml>

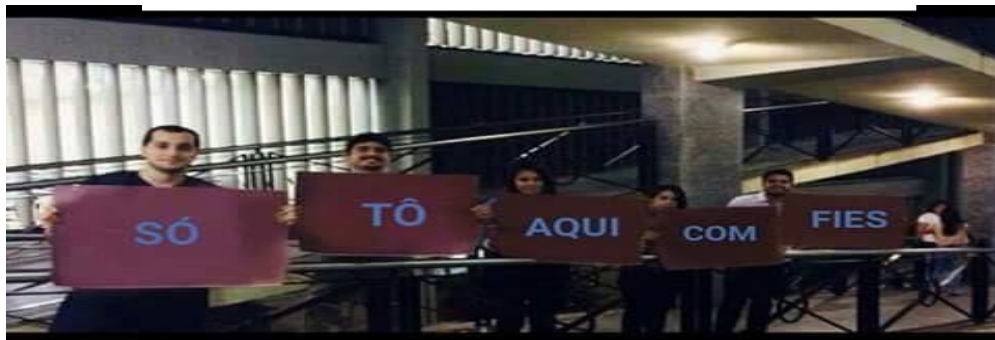
<sup>33</sup> Fonte: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/intertextualidade-textos-conversam-entre-si.htm>

**Imagem B** – Meme crítico à imagem A



Fonte – Jornal o povo - <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/09/09/noticiafortaleza,3501699/dono-da-pagina-ceara-libertario-defende-a-educacao-como-um-servico.shtml>

**Imagem C** – Meme crítico à imagem A



Fonte – Jornal o povo - <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/09/09/noticiafortaleza,3501699/dono-da-pagina-ceara-libertario-defende-a-educacao-como-um-servico.shtml>

As três imagens anteriores demonstram bem o fenômeno interdiscursivo. Em A, encontram-se representados membros de um grupo que defende ideias liberais e libertárias em Fortaleza e que, no ano de 2015, ganhou grande visibilidade nas mídias sociais pela maneira como promoveram suas concepções que advogam por uma redução da máquina estatal, que lutam pelo fortalecimento do empreendedorismo e da inovação e que proclamam que imposto é roubo, e que Saúde e Educação não são direitos, mas serviços.

A foto traz estudantes segurando cartazes nos quais se têm as palavras de ordem: “Na Unifor<sup>34</sup>, não tem greve”, “Nem pichadores”, “Privatiza, meu amor”, “Menos estado, mais mercado”, “Quem é John Galt?”. Em oposição à atuação e ao tamanho do Estado brasileiro, os cartazes materializam uma negação ao discurso mais prevalente na sociedade que interpreta que a intervenção estatal é importante para o país.

Em contraposição, as imagens B e C são dois dos vários memes que surgiram na ocasião. Ambas demonstram, por intermédio do humor, críticas às ideias do grupo Ceará Libertário, também num movimento de negação. Em resposta aos primeiros escritos, os opositores, que parodiaram os cartazes liberais, mostram em B que, enquanto a Unifor não tem greves, lá também não tem restaurante universitário, nem bolsa de assistência estudantil, nem negros, nem cotas, sugerindo apenas a existência de brancos e ricos. Já a imagem C afirma a ideologia em favor do Estado ao ironizar os liberais com a frase “só tô aqui com Fies”, em referência ao programa de financiamento estudantil promulgado pelo governo federal, durante a presidência da república de políticos do PT. Os discursos, materializados nos memes, indicam uma outra maneira ideológica de representar aspectos do mundo político e social brasileiro, e essas diferenças entre as fotos A, B e C são demonstrativos dos antagonismos realizados via interdiscursividade.

Explorando agora o tratamento dado à categoria intertextualidade em Fairclough ([1992], 2001) e em Fairclough (2004), o teórico acredita que é muito valioso investir tempo nela por conta de sua conexão com os debates sobre hegemonia, sobre produtividade textual e suas implicações concernentes às limitações da estrutura social, frisando sempre a dimensão das relações de poder, como se observa em

A relação entre intertextualidade e hegemonia é importante. O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade, na prática, não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação intertextual e para os jogos verbais: ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder (FAIRCLOUGH [1992]2001, p 135).

Diante do referido condicionamento social, justifica-se, em seguida, a relevância da reflexão sobre o fenômeno intertextual no exercício da ADC. O teórico inglês ressalta a necessidade de combiná-lo com outras teorias, objetivando-se uma maior produtividade analítica, pois, sozinha, a intertextualidade não endereçaria suficientemente as problemáticas

---

<sup>34</sup> Unifor significa Universidade de Fortaleza, instituição privada de grande tradição na capital cearense.

inerentes às influências das estruturas e das práticas sociais no contexto de luta e de contestações hegemônicas. É possível notar isso em

A teoria da intertextualidade não pode por ela própria explicar essas limitações sociais, assim ela precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais. A combinação da teoria da hegemonia com a intertextualidade é particularmente produtiva. Não só se pode mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de lutas hegemônicas, mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens de discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que tem efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetadas por ela no sentido mais amplo (FAIRCLOUGH, [1992]2001, p.135).

Para além dessa característica vinculada à luta hegemônica, o teórico, ao citar Bakhtin, também faz perceber as relações potencialmente complexas que a intertextualidade incorpora no seio das convenções das ordens discursivas. Dá-se relevo ao fato de que os textos podem recorrer a tais convenções diretamente ou indiretamente, reestruturando-as de maneiras diversas:

Além de incorporar ou, por um lado, responder a outros textos, a intertextualidade do texto pode ser considerada como incorporando as relações potencialmente complexas que têm com as convenções (gêneros, discursos, estilos, tipos de atividades, entre outros) que estão estruturadas juntas e que constituem uma ordem do discurso. Bakhtin, discutindo gênero, observa que os textos podem não só recorrer a essas convenções de um modo relativamente direto, mas podem ‘reacentuá-las’, por exemplo, usando-as ironicamente, reverentemente, parodiando-as ou podem mesclá-las de vários modos (FAIRCLOUGH, p.136, [1992]2001).

Com base nisso, é notável ainda que o funcionamento dialógico possa ocorrer por mecanismos ou estratégias explícitas ou implícitas, manifestas ou constitutivas, conforme enuncia Fairclough ([1992]2001, p.136).

Por intertextualidade manifesta, o autor é claro ao distinguir que ela é o caso em que se recorre explicitamente, por meio de marcas evidentes, a outros textos específicos em um texto; diferentemente da interdiscursividade que tem ligação com a maneira como discurso se constitui pela combinação dos elementos da ordem do discurso. Em contraste, sobre a intertextualidade constitutiva, é informado que esta ocorre quando um texto incorpora outro sem se valer de elementos explícitos; “é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção” (FAIRCLOUGH, [1992]2001, p.136).

Em Fairclough (2004), a intertextualidade é concebida em seu sentido mais amplo. O termo é definido como a presença de elementos de outros textos em um texto particular. Para

o britânico, as citações exemplificam o fenômeno, acompanhadas dos relatos diretos, indiretos e dos relatos indiretos livres, conforme o quadro a seguir.

Tipo de intertextualidade	Conceito
Relato direto	Com marcas de citação, recorre-se, fielmente, às palavras realmente utilizadas de uma outra fonte.
Relato indireto	Sem marcas de citação, não se copia o discurso de outra fonte, pode-se resumir/adaptar as informações provenientes de um outro contexto.
Relato indireto livre	Intermediário entre o direto e indireto.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fairclough (2004)

Em face de tal diferenciação, convém ainda reforçar como o teórico é claramente influenciado por Bakhtin. Fairclough (2004) assevera que, em qualquer texto, há um conjunto de outros textos e um conjunto de outras vozes agregadas a ele. Por isso, o fenômeno intertextual é visto como uma questão de recontextualização; isto é, um movimento de um contexto para outro, englobando as transformações específicas decorrentes do material realocado no outro contexto.

Deste modo, na análise subsidiada por esta categoria, o linguista aponta que pode ser analiticamente útil começar com perguntas do tipo: “quais textos e vozes são incluídos, quais são excluídos e que ausências significantes há?”. Essas indagações podem ser frutíferas, pois, segundo Fairclough (2004), **a intertextualidade é inevitavelmente seletiva em relação ao que é incluído e ao que é excluído dos eventos e textos representados**. E essa seletividade está relacionada com os gêneros, o que aviva a relevância do enfoque no significado acional.

Em discussão sobre a categoria analítica, Ramalho e Resende (2011) auxiliam o entendimento sobre a relação entre intertextualidade e o significado acional. Elas elucidam que tal vínculo se dá pelo fato de a expressão intertextual ser um traço moldado por gêneros. Logo, a referida categoria é, em princípio, do ramo acional, pois

Gêneros específicos articulam vozes de maneiras específicas. A articulação dessas vozes, que podem ser por exemplo, explicitamente delimitada na representação por

discurso direto; mescladas por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; ou ainda ecoadas ironicamente, tende a ser disciplinadora ou transformadora em relação a lutas de poder (RAMALHO; RESENDE, p.133, 2011).

Ligada a essa natureza disciplinadora e transformadora das relações de poder, o uso da intertextualidade pode ser bastante profícuo para os gêneros da ordem do argumentar; uma vez que favorece a realização de estratégias argumentativas, maximizando o poder de agir, linguisticamente, sobre os outros. Sobrelevando essa característica, o artigo de Figueiredo (2015) ratifica tal ação de convencimento: a pesquisadora verifica o papel da intertextualidade na organização retórica da carta-testamento de Getúlio Vargas na ocasião de seu suicídio, em 1954. No estudo, foi possível constatar como a carta estabelece vínculos intertextuais implícitos com passagens bíblicas, formando argumentos de autoridade, com foco na massa brasileira da época, que era majoritariamente cristã. Tal uso pode ser visto como uma estratégia para manipular o povo, fazendo com este tivesse adesão ao conteúdo suicida da missiva do ex-presidente.

Em congruência com o objetivo específico de averiguar as ocorrências de intertextualidade e suas respectivas implicações no corpus eleito, persegue-se, com base nesta categoria dialógica, as seguintes indagações: Que vozes são trazidas para os textos? Que pessoas fundamentam a defesa das ideias? Que dados são recontextualizados em favor de suas teses? Que mecanismos intertextuais são adotados predominantemente? Todos esses questionamentos se dissolvem na análise crítica proposta, ao se almejar um entendimento sobre a organização do significado acional da prática discursiva liberal contraposta ao chamado “estadismo”.

Na próxima seção, é introduzida a categoria avaliação como meio de se trabalhar o significado representacional.

#### **4.4.2 Significado representacional e avaliação**

Como já se sabe, o âmbito do discurso, nas ordens social e discursiva, desvela maneiras específicas e relativamente estáveis de representar aspectos do mundo num enlace dialético com modos de agir e de identificar a si e a outros. A representação consiste, então, em se verificar que os sentidos engendrados pelos discursos não apenas incidem sobre aspectos concretos, mas também elaboram possibilidades variadas da realidade, relacionando-as a projetos de mudança de acordo com pontos de vista singulares, como comentam Resende e Ramalho (2006).



A singularidade dos pontos de vista se faz notar pela multiplicidade de tipos de relações que discursos estabelecem entre si, entre pessoas, entre valores, de maneira que os discursos podem funcionar em relação de complementariedade, de assistência; de cooperação; ou até mesmo estabelecendo arenas de refutação, de competição, de subjugação, de opressão e de dominação. Assim, Resende e Ramalho (2006) comentam sobre essa característica competitiva que, nas relações interdiscursivas, é usual que haja um discurso “protagonista” e um “antagonista”, e a articulação entre eles serve ao propósito de negação de um em favor da afirmação de outro. Isso se coaduna com o fato de que um mesmo aspecto do mundo poder ser representado de maneiras muito díspares, fincando relações dialógicas desarmônicas ou polêmicas.

Em vista disso, Fairclough (2004) ratifica que as maneiras particulares de representação de aspectos do mundo são diagnosticadas, precisadas, delimitadas pelas materialidades linguísticas que realizam um discurso. Consequentemente, é de grande valia observar, no estudo do significado representacional, o vocabulário do texto, pois, segundo o linguista britânico, diferentes discursos têm modos também diferentes de lexicalizarem o mundo. É com base na relevância das escolhas lexicais para se compreender representações que a categoria avaliação foi escolhida.

Nesta direção, o teórico informa que a compreensão de que o uso do termo avaliação é utilizado em sentido bastante geral, cobrindo caminhos mais ou menos explícitos ou implícitos de se expressar como autores se comprometem em termos de valores. Ele procede, então, a distinção de quatro subcategorias avaliativas: afirmações com juízos de valor, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com verbos de processos mentais afetivos e pressuposições valorativas. No entanto, para este trabalho e para o significado representacional, apenas as afirmações com juízos de valor e as pressuposições valorativas serão aplicadas na busca dos objetivos de pesquisa. Já na seção seguinte, onde se tematizam os estilos, a análise do significado identificacional utiliza os conceitos ligados à modalidade deôntica.

Desta feita, Fairclough (2004) explica ainda que afirmações avaliativas são declarações que exprimem tanto o que é desejável, conveniente, quanto o que é indesejável, inconveniente; ou ainda, comunicam o que é bom ou ruim. Os exemplos, bem elementares, que ilustram isso, na obra, são “este é um livro bom/ruim”, mas pode-se apurar os sentidos avaliativos em outras frases, como em “os centros de humanidades das universidades brasileiras

estão cheios de esquerdopatas abortivos”<sup>35</sup>. O neologismo “esquerdopata” – derivado de um jogo com a palavra “psicopata” – ao lado de “abortivos”, demonstra o valor indesejável, inconveniente, para quem profere tais ideias que, simultaneamente, expressam crenças e julgamentos, marcando, nitidamente, o posicionamento ideológico e político do enunciador.

Por outro lado, as pressuposições valorativas se diferenciam pelo cunho menos evidente, menos nítido, menos explícito de se emitir avaliações, e elas dependem da pressuposição de uma certa familiaridade com sistemas de valores implícitos e compartilhados entre envolvidos nos atos comunicativos. Como exemplo, Fairclough (2004) traz o verbo ajudar. O teórico informa que, quando escrevemos “este livro ajuda a ...”, qualquer expressão que sobrevier como complemento do verbo terá, necessariamente, uma avaliação positiva.

Ramalho e Resende (2011), ao explicarem as pressuposições valorativas, dão o exemplo de seus trabalhos em ADC sobre representações da mídia de pessoas que vivem em situação de rua. Na exemplificação, elas trazem o caso de Ivan que “agradece e comenta [...] Comer não é problema. Recebo a *solidariedade* dos moradores dos edifícios. Já fiz muitas *amizades*. Se as pessoas estão gostando de mim, isso é muito *bom*.” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.120).

As autoras pontuam as marcações de pressuposições valorativas nos termos em itálico, demonstrando que a avaliação, nessa subcategoria, ocorre sem marcas transparentes, de maneira mais implícita, elas observam que os vocábulos “solidariedade” e “amizade” são indicativos de que Ivan valida, com positividade, sua relação com os moradores da localidade, o que é corroborada pela afirmação avaliativa explícita “isso é muito bom”.

Outro exemplo de pressuposição valorativa pode ser detectado na imagem A, comentada na seção anterior. Ao afirmarem, em seus cartazes, que, na Unifor, não há greve, nem pichadores, instala-se, via memória discursiva, uma comparação entre universidades públicas e privadas. Evoca-se, pela negação à greve e aos pichadores, uma escala de qualidade na qual a instituição privada estaria numa situação melhor ou superior que as públicas por não apresentar os elementos negados. Nota-se, portanto, uma avaliação edificada por implicações, por um mecanismo menos marcado, configurando uma pressuposição valorativa.

Cumpre esclarecer que a categoria “avaliação” é colocada na discussão sobre os estilos, isto é, âmbito das identificações. Fairclough (2004) traz a categoria junto da modalidade, na quarta e última parte do livro, parte esta em que ele discorre sobre a relação entre estilos e identidades. Como Ramalho e Resende (2011, p.113) lembram, “o uso de

---

<sup>35</sup>Exemplo criado pelo autor, mas ecoa dialogicamente, nele, alguns exemplos de debates travados, em redes sociais, entre pessoas que estão à direita e à esquerda, do ponto de vista ideológico e político.

avaliações específicas pode ser associado a **discursos**<sup>36</sup> e a gêneros particulares, como na publicidade, em que mercadorias são exaustivamente avaliadas como “maravilhosas”, “inovadoras”, “necessárias”.

Isso quer dizer que não é pelo fato de a categoria ter sido discutida, em princípio, no âmbito do significado identificacional, que ela não possa ser apropriada para se discutir a emergência de representações instauradas nos discursos, via significado representacional, já que as avaliações “são apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, **sobre aspectos do mundo**<sup>37</sup>, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não, e assim por diante (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.119).

Finalmente, com base no que foi exposto até aqui, a condução do estudo do significado representacional tomará como referência as afirmações avaliativas e as pressuposições avaliativas, ambas abarcadas pela categoria maior da avaliação. Para atender um de nossos objetivos específicos, serão observadas, na condução da análise do referido significado, perguntas, como as seguintes: que valores são mais recorrentes? Que mecanismos avaliativos são adotados para afirmar ou negar aspectos do mundo na leitura segundo a perspectiva liberal? O que é mostrado como desejável, conveniente, ou indesejável, inconveniente? Essas perguntas se articularão no exercício de pensar a representação majoritária do Estado brasileiro nos termos da liberdade liberal.

Na seção seguinte, é discutida a categoria escolhida para o estudo do estilo e das identidades: a modalidade.

#### 4.4.3 Significado identificacional e modalidade

Chegando ao último “ingrediente” da ordem do discurso, o estilo, conforme já apresentado, é o campo das identificações erguidas nas práticas sociodiscursivas, existentes em relação irremediavelmente imbricada com as ações (gêneros) e com as representações (discursos), segundo o que preconiza a ADC faircloughiana.

Nesta direção, os estilos compõem um aspecto discursivo-identitário, portanto, concatenam a identificação de atores sociais em manifestações semióticas. Como o encadeamento da identificação, no discurso, abrange os seus efeitos constitutivos, de acordo com o que Fairclough (2004) pontua, indica-se, então, que a identificação deve ser compreendida como um “processo dialético em que discursos são inculcados em identidades,

---

<sup>36</sup> Destaque nosso.

<sup>37</sup> Destaque nosso.

uma vez que identificação pressupõe a representação, em termos de presunções, acerca do que se é” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.76)

As autoras da obra supracitada tratam ainda da conexão entre identidade e diferença. Segundo elas, identidades e diferenças são conceitos que estão em uma relação de dependência. Citando Silva (RESENDE; RAMALHO, 2006 apud Silva 2000), comunica-se que a afirmação da identidade é parte de uma rede de negações e de diferenças, assim como as afirmações sobre a diferença também dependem de uma sequência de negações sobre identidades, pois “identidade e diferença são, então, conceitos mutuamente determinados. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.76)

No meio desta mútua determinação, as autoras frisam ainda que identidade e diferença são resultantes de realizações linguísticas. Em outros termos, ambas são criações simbólicas do mundo social; são, portanto, geradas no discurso, em textos e em interações. Enquanto construções simbólicas, elas são instáveis, submetidas a relações de poder e a embates por suas redefinições. Por isso, a distinção, entre elas, interessa as teorias críticas, pois “o privilégio de classificar implica o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados. (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.77).

Tais privilégios tornam-se assunto para investigações em ADC sobre o enfrentamento discursivo entre identidades. A representação desses embates que incidem sobre diferenças identitárias volta-se para sistemas de poder. Como consequência, deve-se perceber que contestar identidades e diferenças é também contestar os sistemas legitimados que dão suporte à produção de sentidos, como comentam Resende e Ramalho (2006). Isso implica pensar também sobre como

A luta hegemônica sobre modos de identificação é a luta entre a fixação/estabilização e a subversão/desestabilização de construções identitárias. Como toda hegemonia, a estabilização é sempre relativa, sempre há focos de luta sobre pontos de instabilidade, colocando em xeque compreensões que veem as identidades como fundamentalmente separadas (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.78)

Ciente desta competição entre hegemonia e construção identitária, Fairclough (2004) ratifica a relevância de se tratar a categoria modalidade na seara do significado identificacional. A categoria, para o autor, pode ser vista em função do quanto os enunciadores se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas, comunicando valores de verdade ou de obrigatoriedade/necessidade.

Isso é importante para a construção discursiva das identidades, porque tanto do ponto de vista pessoal como do ponto de vista social, o quanto alguém se compromete é parte muito significativa de quem ele ou ela é. Colocado de outro jeito, as realizações modais podem

ser vistas como parte de um processo de textualização de auto-identificação, e isso se dá no curso dos processos sociais, de maneira que o processo de identificação é inevitavelmente moldado pelos processos de relações sociais<sup>38</sup>. É possível notar a continuidade deste pensamento em

Como alguém representa o mundo e aquilo com que alguém se compromete, como o grau de engajamento com a verdade, são partes de como esse alguém identifica a si mesmo, necessariamente em relação aos outros com os quais se está interagindo. Em outras palavras, as identidades são relacionais: quem alguém é é uma questão de como alguém se relaciona com o mundo e com as pessoas. (FAIRCLOUGH, 2004, p.166)<sup>39</sup>

Com essa dimensão relacional da identificação, chega-se mais especificamente, a como a modalidade se relaciona com os discursos. De acordo com Fairclough (2004) e com Resende e Ramalho (2006), a importância do estudo da modalidade para o significado identificacional é decorrente do fato de que ela é entendida como a relação entre o(a) autor(a) de um texto e a representação (discurso), e tal relação é importante para o debate de questões hegemônicas na medida em que o uso de modalizações mais enfáticas, mais categóricas, de maior comprometimento permitem que discursos particulares sejam universalizados.

Feitas tais considerações, é importante especificar ainda que, no terreno da modalidade, Fairclough trata esta categoria em duas subdivisões centrais: epistêmica e deôntica. Quando a escolha modal se refere ao comprometimento com uma noção de verdade – normalmente efetivada em trocas de conhecimento – tem-se modalidade epistêmica. Este tipo está num lugar fronteiro, entre afirmação e negação, como se exemplifica a seguir.

Declarações	Exemplos
Afirmações	A janela <b>está</b> aberta. (The window is open.)
Modalidade epistêmica	A janela <b>pode estar</b> aberta. (The window may be open.)
Negação	A janela <b>não</b> está aberta. (The window isn't open.)

Fonte:Elaborado pelo autor com base em Fairclough, (2004)

Nota-se, acima, que o nível de engajamento sobre a condição da janela de estar aberta ou fechada varia consideravelmente, quando se comparam os extremos – afirmação e

<sup>38</sup>Adaptação nossa de Fairclough (2004, p.166) : Modality is important in texturing of identities, both personal (personalities) and social, in the sense that what you commit yourself to is a significant part of who you are – so modality choices in texts can be seen as part of the process of texturing self-identity. But this goes on in the course of social processes, so that the process of identification is inevitably inflected by the process of social relation

<sup>39</sup>Adaptação nossa de Fairclough (2004, p.166) : How one represents the world, to what one commits oneself, e.g. one's degree of commitment to truth is part of how one identifies oneself, necessarily in relation to others with whom one is interacting. Putting it differently, identities are relational: who one is is a matter of how one relates to the world and to other people.

negação –, nos quais há alto compromisso com a veracidade da informação comunicada. Diferentemente, no exemplo modalizado epistemicamente “a janela pode estar aberta”, o grau de comprometimento do enunciador é menor, podendo funcionar como uma estratégia de proteção de face ou de isenção de responsabilidade, dependendo do contexto de ocorrência.

Ademais, a modalidade epistêmica pode ser expressa por perguntas, nas quais o emissor indaga com o objetivo de extrair/aferir o compromisso do outro com a verdade. Por exemplo,

Pergunta	Exemplos
Indagação afirmativa não-modalizada	A janela está aberta? ( Is the window open?)
Indagação modalizada	A janela poderia estar aberta? (Could the window be open?)
Indagação negativa não-modalizada	A janela não está aberta? ( Isn't the window open?)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fairclough (2004, p.167)

Na indagação modalizada, a forma verbal “poderia” constrói a modalização aferindo o cometimento do outro com uma possibilidade. Nos exemplos não-modalizados, vê-se um efeito mais factual, de maior objetividade, que mediará linguisticamente a interação entre sujeitos e extrairia informações em termos mais diretos e categóricos.

Agora, quando a escolha modal se refere a conteúdos de obrigação e de necessidade – trocas de atividade – então, o tipo de modalidade é deôntica. Ilustrando isso, Fairclough (2004) traz casos de demandas e de ofertas. Nas demandas, o enunciador exprime modalização na zona intermediária entre a prescrição e a proibição, o que contempla emissão de valores deônticos de obrigação, de necessidade e de ordem.

Deste modo, visualizam-se, na mencionada obra, os seguintes exemplos:

Declaração	Exemplos
Prescritiva	Abra a janela! ( Open the window!)
Modalizada	Você deveria abrir a janela (You should open the window!)
Proibitiva	Não abra a janela! (Don't open the window)

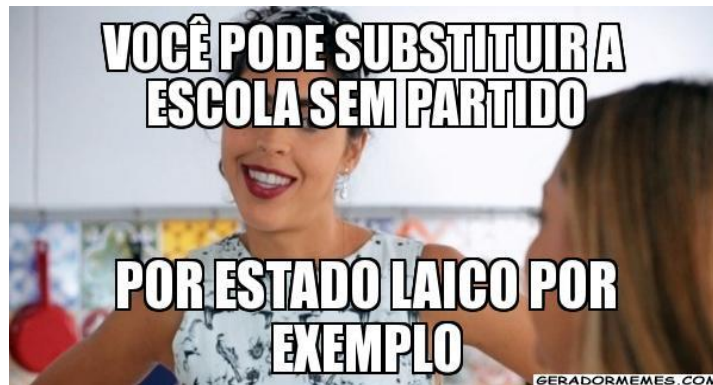
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fairclough (2004, p.167)

Já nas ofertas, o enunciador expressa modalização no solo intermediário entre o cometimento e a recusa, como é perceptível a seguir.

Declaração	Exemplos
Cometimento	Abrirei a janela! (I'll open the window!)
Modalização	Eu posso abrir a janela. (I may open the window)
Recusa	Não abrirei a janela. (I won't open the window)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fairclough (2004, p.167)

Pode-se ver usos de modalizações em muitos outros contextos da vida em linguagem, que vão além de janelas abertas ou fechadas. Para constatar isso, basta olhar os memes a seguir, amplamente divulgados nas mídias sociais, nos últimos meses.

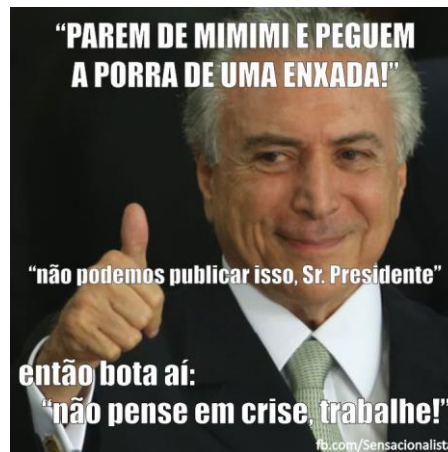


Fonte: Google imagens, 2017. Domínio público.

No exemplo acima, testemunha-se um meme que faz emergir, com ares humorísticos, os elementos “Escola sem partido” e “Estado laico”. A comicidade é construída pela memória discursiva que se tem da apresentadora Bela Gil que, em seu programa de canal fechado, ensina receitas saborosas e saudáveis de pratos que, em sua maioria, são veganos, sem glúten, sem açúcar refinado, sem produtos industrializados, com frutas e legumes orgânicos, entre outros atributos de sua culinária. Durante os programas, é comum a apresentadora sugerir, enquanto explica o passo-a-passo da receita, algo do tipo: “você pode substituir X (algum produto industrializado, não-saudável) por Y (produto saudável/ do “bem”), por exemplo”. Com base nisso e em razão da conjuntura política brasileira, o projeto polêmico como o “Escola sem partido” foi tematizado na imagem supramencionada, destacando, segundo os produtores do meme, que a laicidade do Estado é uma temática mais relevante do que o projeto de lei que visa a acabar com uma suposta “doutrinação marxista” nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

A questão da modalidade aparece na materialidade linguística: “Você **pode** substituir a escola sem partido por estado laico, por exemplo”. A expressão sugere, recomenda, autoriza que algo seja feito, mas isso acontece em termos mais “cordiais”. Seu equivalente não-modalizado poderia ser um enfático “Substitua a escola sem partido por estado laico!”. Portanto, o meme carrega uma modalidade deôntica que “suaviza” uma demanda prescritiva.

Outro meme que pode elucidar mais um uso de modalização diz respeito à crise política, econômica e institucional do Brasil contemporâneo. Após o impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, o novo presidente do executivo, Michel Temer, ao falar da famigerada crise econômica, recebeu incontáveis críticas de diversos segmentos sociais pela frase: “Não pense em crise, trabalhe!”. Previsivelmente, o enunciado se tornou motivo de piada e de “brincadeira” na internet. Isso fica evidente abaixo.



Fonte: Google imagens, 2017. Domínio público.

Ignorando, neste contexto acadêmico, a palavra obscena e grosseira, vê-se, na fala representada do presidente, as formas verbais “parem”, “peguem”; “bota aí”, “não pense”; “trabalhe”. Todas elas estão no modo imperativo, comunicando ordens e proibições não-modalizadas, instalando demandas prescritivas e uma proibitiva (“não pense”). Todas estas instâncias atuam emitindo valores deônticos com alto comprometimento. Consequentemente, o estilo do texto, aferido pela modalidade, delineia uma identidade não-governista que, pela oscilação entre registros formais e informais, tenta explicar/contextualizar, com humor, uma suposta cena que teria antecedido o proferimento do primeiro discurso do político no cargo.

Apesar de todos os exemplos anteriores terem priorizado o verbo como meio de emissão de modalizações, Fairclough (2004) elucidada que existem outros recursos linguísticos que realizam esse papel. Para além dos verbos modais, é preciso elencar os adjetivos (possível, provável), os advérbios (certamente, provavelmente), orações com processos mentais (Eu acho,



penso acredito), orações subjetivas, não-subjetivas, entre outros. Nesta gama de opções, reconhecem-se três níveis de engajamento: alto, médio e baixo que variam de acordo com o contexto (idem, 2004).

Por último, a análise do estilo enfocará a análise de ocorrências tanto de modalidade deôntica como de epistêmica. Para tanto, o referido exercício analítico toma como bússola alguns questionamentos plantados em Ramalho e Resende (2011): como os autores se comprometem em termos de verdade (modalidade epistêmica)? E em termos de obrigação e necessidade (modalidade deôntica)? Até que ponto as modalizações são categóricas? Há marcadores explícitos de modalidade? Há níveis médios, altos ou baixos de comprometimento? Quais são os marcadores de modalização preponderantes: verbos modais, advérbios modais?

Tendo em vista a apresentação conduzida até aqui, chega-se ao fim visando a abrir caminho para o próximo capítulo, onde se desenvolve a análise com base nas três categorias aqui apresentadas e discutidas.

## 5 ANÁLISE

Guiada pelos passos de Chouliaraki e Fairclough ([1999]2007), esta pesquisa apresenta um problema como ponto de partida: no âmbito da luta pela hegemonia dos sentidos do contrapoder, percebe-se que gênero, discurso e estilo de setores sociais específicos e prevalentes economicamente se empenham para fazer com que outra compreensão da relação Estado-sociedade-indivíduo se torne dominante. Por isso, tem-se o interesse por compreender como adeptos de tais noções de liberdade representam o governo no endereçamento de questões econômicas e sociais.

Nestes termos, entende-se, de antemão, que o discurso de liberdade opositora ao Estado visa a instalar, por intermédio de uma exaltação ao capitalismo, uma lógica de vida empresarial como parâmetro para todos os cidadãos. Sob tal viés, as três seções seguintes são desenvolvidas considerando-se que o citado discurso não antagoniza apenas o Estado como estrutura política, mas também todo e qualquer discurso que interprete o funcionamento estatal segundo uma leitura destoante de seus ideais.

### 5.1 MECANISMOS INTERTEXTUAIS NA AÇÃO LIBERAL

Conforme foi apresentado no capítulo 2, sabe-se que uma das formas pelas quais textos e discursos se constituem é pelo uso de determinado gênero por parte de sujeitos. Este é o nível da ordem do discurso – mediadora de estruturas e eventos sociais – para o qual o significado acional aponta. Para o seu estudo, mobilizam-se aqui as noções de intertextualidade explícita/mostrada e implícita, pautando-se também pelos conceitos de relato direto, relato indireto e indireto livre.

A presente análise se inicia com o artigo trazido no anexo I, intitulado “O duplo ônus do funcionalismo público”. Sem esquecer as considerações de Araújo e Sousa (2009), que se detêm a questionar a relação entre intertextualidade e hipertextualidade, observa-se, na progressão textual e argumentativa deste texto, que ele foi redigido em resposta a uma miríade de textos precedentes, os quais são recuperados pelo instrumento de *hiperlinkagem*, isto é, o autor insere, na materialidade do texto, os *links* que encaminham os leitores para a fonte dos dados usados para apoiar seu posicionamento predominantemente avaliativo. Vê-se isso no quadro a seguir.

A grande questão é que o sonho do concurso público tem gerado um enorme e duplo prejuízo ao país: **além do custo exorbitante** — o qual exige impostos e endividamento crescentes —, temos uma boa parcela de nossos talentos (**nada menos que 12 milhões de jovens preparados**) buscando vagas em trabalhos que não acrescentam nada ao avanço da nação.

Fonte: Vieira (2017).

Comparecendo na fase introdutória, após indagação retórica do tipo “quem nunca desejou passar num concurso público?”, o excerto traz a tese de que o funcionalismo público brasileiro redundava em custos exorbitantes e em pouca ou nenhuma produtividade de jovens talentosos e preparados que se interessam por trabalhar pelo Estado, o que não contribui, segundo o autor, para o avanço da nação. As expressões realçadas em azul são *hiperlinks* e ilustram intertextualidade explícita na medida em que expõem as origens das informações e dos dados recontextualizados em favor do ponto de vista do autor.

Em tal recontextualização, nota-se ainda que, como neste estágio do texto é feita referência a dados externos ao artigo, mas que foram parafraseados do texto fonte, entendeu-se que os termos em azul ilustram também uma forma de relato indireto.

Ainda no que toca ao quadro, a procedência da avaliação “custo exorbitante” é uma matéria da revista *Época* de outubro de 2014, cujo título é “Brasil gasta demais com funcionários públicos”<sup>40</sup>, no qual, logo no início, anuncia-se que, à época, havia 600 mil cargos de confiança, referência que fortalece a construção do efeito de suposta legitimidade da opinião do autor.

Outra procedência legitimadora da tese é a matéria da “Isto é”<sup>41</sup> que forneceu, em primeira mão, o número mencionado de 12 milhões de jovens preparados. Com o título de “A classe média se rende ao emprego público”, o texto “hiperlinkado” informa – trazendo exemplos de “concurseiros” juvenis – que as carreiras de Estado têm figurado como primeira opção de homens e mulheres de até 35 anos.

Observar esses textos evocados na sedimentação da tese é importante, pois a remissão a textualidades exteriores se apresenta como uma estratégia argumentativa<sup>42</sup> que constrói o efeito de sentido de veracidade, de respaldo, de irrefutabilidade. Traz ainda uma sensação textual de embasamento e de segurança para o desenho da progressão das ideias, o que potencializa a ação sobre os outros.

<sup>40</sup>Disponível em < <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/10/brasil-gasta-demais-com-bfuncionarios-publicosb.html> >

<sup>41</sup>Disponível em <[https://istoe.com.br/359704\\_A+CLASSE+MEDIA+SE+RENDE+AO+EMPREGO+PUBLICO/](https://istoe.com.br/359704_A+CLASSE+MEDIA+SE+RENDE+AO+EMPREGO+PUBLICO/)>

<sup>42</sup> A expressão é adotada aqui em sentido lato.

Carrega também uma primeira implicação de que o discurso da liberdade fomenta uma negação ou um desprestígio do Estado brasileiro por recursos linguístico-discursivos que mostram como marcas de objetividade e de racionalidade orquestram as ideias de liberdade defendidas. Isso também pode ser verificado no trecho a seguir.

**Lembrando Schumpeter**, os empreendedores são os impulsionadores do desenvolvimento econômico, os responsáveis pelas mudanças econômicas em qualquer sociedade. O seu papel envolve muito mais do que apenas o aumento de produção e da renda per capita. Seu papel é iniciar e constituir mudanças na estrutura de seus negócios e da própria sociedade, sempre buscando atender às demandas dos consumidores. Essas mudanças geram maior produção e mais crescimento econômico, o que possibilita que mais riqueza seja usufruída pelos diversos atores sociais.

Fonte: Vieira (2017).

Acima, vê-se o empreendedorismo sendo afirmado como alternativa superior ao ente público e como um domínio exaltado, glorioso, que traz desenvolvimento, mudança e produtividade para todos e todas de uma dada sociedade. A aparente superioridade projetada pelo excerto faz ecoar a voz de um famoso economista de nacionalidade austríaca: Joseph Schumpeter. Este considerava que se deveria estudar o capitalismo pelo viés da produtividade, do crescimento, da inovação, da luta humana e da destruição.<sup>43</sup> Ele também acreditava e incentivava o perfil de empresário inovador, responsável por novos produtos para o mercado e por gerir combinações eficientes para produção.

A expressão – realçada com a cor azul – mostra uma evidência de intertextualidade explícita que se corporifica pelo discurso relatado de forma indireta, uma vez que as palavras do economista não são citadas fielmente, mas são recontadas pelas palavras do autor do texto via paráfrase.

Mais importante que isso, é compreender que as palavras destacadas “derramam” dialogicamente, no artigo em análise, os fundamentos que lhe dão consistência textual e ideológica, embasando, nesta prática social, representações categóricas positivas do setor empresarial e, por implicação, negativas do setor público. Constrói-se, então, a ideia de que promana do âmbito privado, regido por “empresários inovadores”, todas as mudanças que geram riqueza e eficiência em uma nação. Afirma-se isso para trazer, em contraste, a implicação de que o âmbito público carece dos atributos citados no excerto. Resumidamente, afirmam-se as qualidades dos empreendedores para negar o Estado.

---

<sup>43</sup> Fonte: < <http://terraoeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento> >

O funcionamento da voz que alicerça a ocorrência intertextual visa a dar amparo às características valorizadas segundo uma visão empresarial que proclama, sugestivamente, que os parâmetros do empreendedorismo devem ser referência para as vidas de pessoas.

Ainda segundo o mesmo raciocínio sintonizado com o ideal de inovação empresarial, o autor segue a argumentação, em prol de sua tese, demonstrando a dificuldade que empreendedores têm de exercer seus poderes transformadores, considerados por ele tão benéficos para o sistema social. Os trechos seguintes são retirados do subtópico “o grande inimigo”, no qual o autor emprega esforços para provar, em tom maniqueísta, que é o Estado brasileiro o grande explorador do povo e não os empresários, os quais, costumeiramente, recebem tal alcunha.

Empreender e empregar legalmente no Brasil é muito caro. Para abrir uma empresa são necessários **107 dias**, em média. Pagar **impostos requerem 2.600 horas** apenas para preencher formulários (mais do que o dobro do segundo colocado, a Bolívia). Empregar alguém traz um **custo extra de 103% do salário só com impostos e outros encargos trabalhistas**. Ou seja, além do salário, você tem de pagar o equivalente a outro salário só com impostos, encargos sociais e trabalhistas. Não bastasse isso, ainda temos de arcar com nada menos que **93 impostos** diferentes.

Fonte: Vieira (2017).

Verifica-se, então, nas partes destacadas do texto, a retomada dos recursos dos hiperlinks para indicação de fontes informativas externas que atestam, para o autor, o status “de grande inimigo” da administração pública deste país. Citando notícias e artigos da Exame Abril<sup>44</sup>, do Jornal do Brasil<sup>45</sup>, do próprio Mises Brasil<sup>46</sup> e do Portal Tributário<sup>47</sup>, mobilizam-se, nas marcações azuladas, os números que funcionam como um importante elemento da argumentação que favorece o aspecto, há pouco mencionado, dos usos de estratégias discursivas para se construir a ação sobre os outros em termos objetivos e racionais. Consequentemente, a manifestação intertextual, neste excerto, assume papel duplo: de comprovação de dados e de construção de um verniz imparcial, isento, ou seja, destituído de subjetividade. E isso se efetiva por relato indireto, já que os dados trazidos são recortes parafraseados de outros textos.

Vale destacar ainda que, ao afirmar as dificuldades e os custos de se empreender no Brasil, pode-se inferir que tal discurso justificaria empregadores que não oferecem os devidos

<sup>44</sup> Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/pme/quanto-tempo-demora-para-abrir-uma-empresa-no-brasil/> >

<sup>45</sup> Disponível em: < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/10/22/brasil-e-campeao-em-horas-trabalhadas-para-pagar-impostos/> >

<sup>46</sup> Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2042> >

<sup>47</sup> Disponível em: < <http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm> >

direitos trabalhistas aos empregados, direitos esses fixados na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Em outras palavras, evidenciando o funcionamento ideológico, percebem-se, no excerto, usos de linguagem que tendem a naturalizar retiradas ou violações de direitos contemporâneos de muitos cidadãos.

Avançando para outro exemplo de artigo que administra a dimensão intertextual em sua prática discursiva, tem-se o texto intitulado “Terceirizações? Sim, por favor. E obrigado”, localizado no Anexo II. Encontra-se nele intertextualidade do tipo implícito que igualmente visa a justificar/naturalizar um tema muito longe de ser consenso atualmente: as terceirizações. Conforme se verifica a seguir, o primeiro tópico é conduzido com o suporte de argumentos históricos, nos quais é perceptível um exemplo em que a intertextualidade “pulsa” implicitamente. Objetiva-se, na seção, mostrar o porquê de, para ele e para os seus pares liberais, terceirizar é importante.

Para entender por que a terceirização é importante, é necessário apenas reconhecer seus benefícios históricos: a terceirização está intrinsecamente ligada à divisão do trabalho, que foi o que permitiu às sociedades modernas crescer, se desenvolver e elevar o padrão de vida de seus habitantes.

Se hoje um cidadão pobre em geral tem muito mais condições de vida do que uma pessoa comum da idade média, isso se deve em grande parte ao fato de que as atividades produtivas foram sendo gradativamente desagregadas e passaram a ser cada vez mais realizadas separadamente por aqueles que mais se especializaram em sua execução.

Fonte: Dalberto (2017)

É possível reconhecer, no recortado trecho, o empenho em demonstrar que as terceirizações promoveram benefícios históricos, ligados à divisão do trabalho, a qual é tomada como agente responsável pelos progressos nas sociedades modernas e nas condições de vida das populações. Identifica-se aqui um relato indireto, pois ainda não há citação direta de ninguém.

A seguir, em assistência a essa argumentação, o autor faz referência às ideias de Mises por meio de intertextualidade explícita do tipo relato direto. Adotam-se as letras itálicas para marcar as palavras “forasteiras” e para ratificar o posicionamento “terceirizador”, como é perceptível no quadro.

Ludwig von Mises [resumiu](#) esse processo:

*Historicamente, a divisão do trabalho se originou em dois fatores da natureza: a desigualdade das capacidades e habilidades humanas, e a variedade das condições externas da vida humana na terra.[...]*

*Jovens e velhos, homens e mulheres, crianças e adultos, todos cooperam entre si ao fazerem os melhores usos possíveis de suas várias habilidades.[...]*

*Uma vez que o trabalho foi dividido, a própria divisão exerce uma influência diferenciadora. O fato de o trabalho ser dividido possibilita um maior aperfeiçoamento do talento individual, o que por si só já faz com que a cooperação seja ainda mais produtiva. Por meio da cooperação, os homens são capazes de alcançar aquilo que estaria além de suas capacidades enquanto indivíduos, e até mesmo o trabalho que um indivíduo é capaz de realizar sozinho se torna mais produtivo.*

*O indivíduo se beneficia ao cooperar não somente com pessoas superiores a ele em determinadas capacidades, mas também com aquelas que são inferiores a ele em absolutamente todos os aspectos relevantes.*

Fonte: Dalberto (2017)

O fragmento providencia, pelas vias intertextuais, a inserção do conceito de cooperação como outro caminho para os moldes de trabalho brasileiro. Sugere-se, com isso, que a flexibilização de direitos trabalhistas seria opção superior à proteção laboral que a legislação brasileira sustenta em seu arcabouço jurídico, pois, para o austríaco, todos os envolvidos seriam beneficiados.

Nesta direção, a voz do economista Mises é articulada para fazer progredir uma argumentação pautada na naturalização de um conceito que é insuficiente em apreender os cenários conflitantes e diversos das relações de trabalho em um país que carrega as marcas de uma ex-colônia escravocrata que, mesmo em 2017, ainda apresenta casos de pessoas que laboram em condições análogas à escravidão<sup>48</sup>. Segundo o Ministério Público do Trabalho do Ceará, o Estado está entre os que mais fornecem mão de obra escrava. Em Campinas<sup>49</sup>,

<sup>48</sup>Disponível em : < <http://www.prt7.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-ce/1214-ceara-esta-entre-os-estados-que-mais-fornecem-mao-de-obra-escrava> >

<sup>49</sup>Disponível em: <

empresários foram presos por escravidão em uma carvoaria. Com esta conjuntura problemática, como falar de cooperação? Esta noção invisibiliza as incontáveis tensões existentes entre “patrões” e “empregados”.

Depois de defender que as terceirizações trazem maior eficiência, maior produtividade de mão-de obra, maior rendimento para os trabalhadores, o autor redige uma seção dedicada a invalidar as críticas corriqueiramente feitas a essas ideias. Neste ponto, identifica-se o uso de intertextualidade explícita com fins refutatórios. Rejeitam-se os dados de pesquisas que indicam que as terceirizações geram precarização, categorizando-os como “intelectualmente grosseiros” e “fraudes intelectuais”, “barbeiragens e torturas estatísticas”.

Para tanto, transcreve-se um texto que aponta para um blog de um professor da Universidade de Brasília, ou seja, há a citação da citação, como se vê nos dois trechos abaixo.

**Trecho 1:** *O economista Roberto Ellery, professor da Universidade de Brasília (UnB), decidiu ir às fontes e demonstrou em seu [blog](#) que uma análise simples da pesquisa seria suficiente para atestar a fragilidade das afirmações que ganharam manchetes. São muitas as barbeiragens estatísticas.*

**Trecho 2:** *A tortura estatística ganha requintes ainda mais assustadores quando o professor nota que, no próprio estudo da CUT e do DIEESE, há a afirmação de que **22,7% dos funcionários contratados diretamente possuem nível superior completo, enquanto apenas 8,7% dos funcionários terceirizados terminaram um curso universitário.** A maioria das pessoas veria nisso um ótimo motivo para afirmar que a diferença salarial tem relação direta com a diferença de formação entre os grupos.*

Fonte: Dalberto (2017).

Nota-se, no excerto, o discurso relatado direto, pois o autor do texto apenas transcreveu palavras de uma outra fonte. Além desta ocorrência intertextual motivada pela refutação, cumpre destacar os já mencionados recursos intertextuais de hiperlinks e de dados numéricos, almejando-se ao efeito de pretensa irrefutabilidade, característica que comparece, majoritariamente, em todo o tecido do texto.

Outra fonte de análise é o artigo encontrado no anexo III, sob o título de “Os economistas austríacos contra o *mainstream* econômico no Brasil de Temer”. Defronta-se, nesta parte do corpus, com um texto que tem um leve tom “publicitário”, no sentido de que os conceitos que norteiam a leitura de mundo dos que seguem a Escola Austríaca são publicizados, “vendidos”, tratados como parâmetros exemplares para a nação brasileira, parâmetros absolutamente diversos da atual configuração do agir estatal.



Entre as concepções citadas, estão as de impostos, de despesa e gestão pública, de investimento público, de déficit fiscal, de dívida pública, de crédito público e subsídios, de comércio internacional e câmbio. As três primeiras são destacadas no quadro a seguir.

**Conceito 1— imposto:** imposto significa expropriar riqueza do cidadão, independentemente da finalidade a que se destina. Tudo o que o estado gasta é pago pelo cidadão por meio da tributação. Na melhor das hipóteses, impostos nada adicionam à atividade econômica: o que seria gasto pelos indivíduos agora será gasto pelo estado. É tirar de X para dar a Y.

**Conceito 2 – despesa e gestão pública :** o estado está sempre em uma posição de total cegueira quanto à demanda pelos seus serviços ou atribuições constitucionais. Não estando submetido ao teste do mercado, o ente público não tem como saber no que gastar, onde gastar, quanto gastar nem quando gastar. Somente empresas utilizando recursos escassos, sujeitas ao sistema de preços do mercado, e competindo pela clientela têm capacidade de tomar decisões racionais de modo a alocar o capital da forma mais eficiente possível.

**Conceito 3 – investimento público:** se a gestão pública é ineficiente por definição e todo gasto é um desperdício, o mesmo vale para todo e qualquer investimento público. Dessa forma, quando economistas do *mainstream* defendem mais investimentos do estado visando maior crescimento do PIB, eles estão, inadvertidamente, advogando o desperdício de recursos escassos em projetos sobre cujas reais demandas o ente público não tem nada além de um mero indicativo.

Investimento público, seja ele qual for, não enriquece uma nação, independentemente do que o PIB registrar

Fonte: Ulrich (2017).

A seção comentada – na qual os conceitos austríacos acima aparecem – é completamente edificada por intertextualidade implícita e é o núcleo duro de todo o texto, pois, a partir de tais visões, o discurso emite avaliações e constrói identificações.

Embora não se possa rastrear, exatamente, quais textos específicos e originários são referenciados, constata-se, no entanto, uma manifestação dialógica estruturante desta parte da engenharia textual, na medida que as definições oferecidas provêm de toda uma rede de práticas linguístico-discursivas que caracterizam parte da identidade do movimento liberal.

No que concerne aos conceitos, eles atestam a já mencionada disputa pela hegemonia dos sentidos, uma vez que, por meio da citação conceitual, visa-se a desestabilizar a ordem vigente para generalizar ressignificações que se harmonizam com interesses antiestatais e, com base nesta especificidade, tenta-se conseguir maior adesão ao movimento liberal.

Portanto, esse cenário lembra as palavras de Castells (2013), segundo as quais

O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão

embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há **poder** há também **contrapoder** – que considero **a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios interesses**<sup>50</sup> (CASTELLS, 2013, p.10).

Nota-se, assim, que o texto, ao se erguer em cima dos conceitos de interesses liberais, exterioriza o contrapoder observado por Castells, característica que é pronunciada em todo o corpus. Exemplificando mais um pouco disso, abaixo, enxerga-se mais uma ocorrência de intertextualidade refutatória que demonstra as teias da linguagem das quais emanam o referido contrapoder.

A relativização dos impostos leva economistas renomados — e normalmente sensatos — a defender posições alarmantes dignas de execração pública, como é o caso recente de Fábio Giambiagi. Em [entrevista](#) ao portal InfoMoney, Giambiagi disse:

*Eu fui durante muitos anos contra a CPMF, por diversas razões, mas aqui me aproprio da resposta de Lord Keynes quando uma senhora o encarou dizendo que o que ele estava defendendo era contraditório com o que ele havia defendido anos antes, ao que ele respondeu, fleumaticamente: 'Minha senhora, quando as circunstâncias mudam, eu mudo. E a senhora?'. Ano passado tivemos um déficit público de 10% do PIB, mas penso que ser contra a CPMF hoje porque é um imposto ruim é como negar a entrada dos bombeiros numa casa que está pegando fogo porque vão estragar o sofá da sala. A situação é catastrófica e não vejo muito sentido em abrir mão de uma receita de 1,5% do PIB que pode ser aprovada em pouco tempo, uma vez que a emenda já começou a tramitar.*

O economista não apenas cunhou uma das analogias mais infelizes da história — na verdade, a casa deveria ser a economia, e a CPMF, a gasolina —, como também atestou sua incompreensão sobre o fenômeno tributário e revelou sua mente estatista.

Fonte: Ulrich (2017)

No que diz respeito à constituição genérica, o discurso em questão expressa, mais uma vez, um fenômeno intertextual explícito via relato direto. No caso, demonstra-se o movimento retórico de citar o que se nega para, a partir disso, sobrelevar o discurso de liberdade liberal. Sem preocupações diplomáticas, o autor critica o economista Fábio Giambiagi pela relativização dos impostos. Usa expressões como “execração pública”, “mentalidade estadista”, “uma das analogias mais infelizes da histórica” para desqualificar o nome que não tem o mesmo posicionamento da Escola Austríaca.

As avaliações e as construções identitárias do outro (“mente estatista”) são, como se vê, feitas em resposta direta às palavras citadas, o que mostra a intertextualidade explícita não só como a base da refutação injetada, mas também como o mecanismo que viabiliza

<sup>50</sup> Negritos nossos.

representações e julgamentos incisivos contra o Estado e contra os indivíduos que cooperam com ele.

Indo adiante na incursão pelo corpus, o anexo IV abriga o artigo chamado “Como o intervencionismo estatal está destruindo o mercado de saúde privado brasileiro”. Seguindo o mesmo ritmo dos artigos anteriores, este abraça a tese de que o excesso de regulações estatais, com fins protetores, tem sido improdutivo tanto para as empresas como para os usuários de planos de saúde.

O texto se opõe ainda à maneira como o judiciário tem agido nesse contexto. Para o autor, a Justiça tem sido orientada apenas pelo sentimentalismo, o que, para movimento liberal, é uma “tragédia”, já que seus integrantes só cultuam uma racionalidade cartesiana das mais reducionistas. Pode-se confirmar isso em

Ao intervir desta forma, o Judiciário afeta todo o ambiente econômico, impactando empresas, agentes e o próprio mercado, criando incertezas e custos desnecessários[9].

Os dados mostram que há uma tendência, entre os magistrados, de deferir pedidos liminares mesmo sem pedido de informações complementares. Ou seja, nestes casos de judicialização dos planos de saúde, o Judiciário decide favoravelmente ao consumidor, mesmo em segunda instância, em 3/4 das ações, com decisões que desconsideram seu reflexo econômico[10].

Por conseguinte, o Poder Judiciário tem amparado suas decisões não na abusividade, mas sim em razões humanitárias, com o intuito de proteger o consumidor supostamente desamparado, formando-se assim uma "jurisprudência sentimental"

Fonte: Sperandio (2017)

Este fragmento é precedido de uma série de comentários acerca do crescimento da judicialização decorrente de usuários de planos de saúde que recorrem ao judiciário para obrigar a empresas a prestar serviços que não estavam previstos contratualmente. Para rechaçar isso, citam-se dados orçamentários e textos (pela rota dos hiperlinks), dando vida ao dialogismo bakhtiniano pelo instrumento do relato indireto, pois tais instâncias constituem paráfrases informativas provenientes de textos nos quais este se apoiou.

Tal movimento argumentativo se ancora na intertextualidade para reprovar um suposto sentimentalismo, que destoa abissalmente do modo de vida objetivo, factual, racional que impera no modo de ser liberal, que se manifesta linguisticamente na maneira de construir os textos. Deste modo, a exaltação da lógica cartesiana também se faz presente nas palavras finais do comentado artigo, que glorifica os “fatos” pela referência às palavras de Aldous Huxley. Nota-se isso no quadro abaixo, nas expressões em destaque que demonstram a estratégia do relato indireto.

Diante de tamanho intervencionismo, é compreensível que o mercado de saúde brasileiro enfrente tão grave crise. Parafrazeando Aldous Huxley, os fatos não deixam de gerar consequências somente porque são ignorados pelo debate público.

Fonte: Sperandio (2017)

Sob a titulação de “Injustiça e Penitência Social”, o quinto artigo visitado nesta análise “reside” no anexo V. Seus processos discursivos evidenciam, do ponto de vista dos recursos intertextuais, aspectos muitos similares aos quatro artigos anteriores. Conseqüentemente, para se evitar repetições enfadonhas, importa frisar que são visualizados os hiperlinks e os dados numéricos como recursos intertextuais explícitos, com feições de relato indireto. Eles são colocados no discurso para fortalecer, em termos racionalistas, a tese de que a reforma da previdência – tão debatida hodiernamente – “é um grande programa de distribuição de renda às avessas, do pobre para o rico, e seu problema fundamental está no **setor público** <sup>51</sup>— cuja reforma proposta é extremamente branda”.

Finalmente, no que atine ao significado acional, foi possível constatar, pelo estudo da intertextualidade, o aspecto dialético do discurso como modo de agir, como modo de representar e como modo de ser, conforme Fairclough (2004). A forma com que todos os cinco artigos são estruturados arrasta, insistentemente, a mente do pesquisador para os significados representacionais e identificacionais, uma vez que as configurações genéricas analisadas são muito sintomáticas de um modo de representar aspectos específicos do mundo e de um modo de se criar identidades. As informações, as vozes, os dados recontextualizados desnudam, enfaticamente, os âmbitos do discurso e do estilo. Por esta razão, encerra-se esta primeira fase de análise para se caminhar em direção aos dois outros significados que já se puderam sentir no terreno acional.

## 5.2 AVALIAÇÕES (DES)FAVORÁVEIS EM REPRESENTAÇÕES SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

Este segundo momento da análise retorna ao ponto inicial do primeiro, que é o texto de Vieira (2017) sobre o duplo ônus do funcionalismo público no Brasil (anexo I). Assim, no que tange ao significado representacional, o artigo é muito rico em expressões avaliativas. A forma de representação desse discurso se alastra majoritariamente, com subsídio de recursos que expõem juízos taxativos sobre o Estado brasileiro.

---

<sup>51</sup> Negrito nosso.

Deste modo, auxiliada pelas intertextualidades (conforme comentado anteriormente), a argumentação do texto cria dois polos antagônicos: de um lado, há os empreendedores que são representados como “a ponte entre a inovação e o mercado”, como “meio de superar o atraso”, como “impulsionadores do desenvolvimento econômico”, “responsáveis pelas mudanças”. Do outro lado da polaridade, a associação entre o Estado e os jovens talentosos que sentem o interesse de servi-lo é representada como “geração desperdiçada” e como “nada gera mais imobilismo do que isso”. Logo, a representação, em todos esses casos, é feita por afirmações avaliativas que, indiretamente, convergem para a construção do desprestígio do Estado, na medida que sua presença na vida dos jovens é colocada como a fonte dos aspectos econômicos negativos do país.

Em vista disso e tomando como parâmetro o percurso que Fairclough (2004, p.177) trilhou ao discriminar os valores encontrados em sua análise dos textos sobre os personagens do novo capitalismo; criou-se a tabela seguinte que lista pontos do discurso que constroem representações favoráveis (à esquerda) ou desfavoráveis (à direita) sobre o tema desenvolvido. Importa notar que o que se optou por denominar de (des)favorável é tradução nossa do que Norman Fairclough cunhou de “(un)desirable”.

Quadro – Avaliações (des)favoráveis em Vieira (2017)

AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
(I) “A inovação é o <b>fator mais importante</b> , não apenas no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, como também no <b>estímulo ao interesse</b> de investir em novos empreendimentos criados”	(I) “ <b>Não gera crescimento econômico</b> ”
AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
(II) Com base em Schumpeter, os empreendedores são os <b>impulsionadores do desenvolvimento</b> econômico,	

<p><b>responsáveis pelas mudanças</b> de qualquer sociedade; <b>geram riqueza</b>.</p>	<p>(II) “<b>Aversão a riscos</b>”</p>
	<p>(III) (os jovens talentosos e preparados) <b>Não desenvolvem habilidades e competências necessárias à iniciativa privada.</b></p>
	<p>(IV) Durante os anos de preparação para concursos, <b>não contribuem com ciência nem com novos negócios.</b></p>
	<p>(V) Grande parte dos maiores talentos – pessoas capacitadas – <b>sentem-se mais atraídas pelos benefícios do setor público do que pelos riscos e desafios do empreendedorismo.</b></p>
	<p>(VI) Quando o <b>Estado impõe enormes dificuldades</b> para se empreender no país, <b>alimenta um círculo vicioso.</b></p>
	<p>(VII) <b>os privilégios</b> do funcionalismo público são financiados integralmente pela iniciativa privada, o que <b>deprime</b> os salários dos funcionários deste setor e <b>empurra</b> os jovens mais preparados para o setor público.</p>
	<p>(VIII) Estado <b>aumenta a carga tributária e cria empecilhos burocráticos absurdos.</b></p>
	<p>(IX) <b>O Estado é o grande inimigo da sociedade.</b></p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

É lícito observar, de acordo com os fragmentos realçados na tabela, que a representação se afirma enquanto expressão de um contrapoder ao permitir, discursivamente, imagens desproporcionais entre o setor público (leia-se Estado) e o privado. A desproporcionalidade é notada pelo contraste entre as duas ocorrências de valorações positivas e as nove de valorações negativas. Há mais instâncias com avaliações ruins relacionadas direta

ou indiretamente ao Estado, e elas são expressas por pressuposições (I, II, III, IV, V) e afirmações (VI,VII,VIII,IX,) avaliativas, constituindo uma representação predominantemente difamatória.

Nas duas valorações positivas (à esquerda do quadro), alimentam-se a idealização, a propaganda e a exaltação de uma noção de empresariado inovador e produtivo; o que mostra um trabalho discursivo de como a linguagem pode ser usada no empenho de desestabilizar algo ou alguém, uma vez que tais atributos são afirmados para indicar, por contraste lógico, os aspectos dos quais o Estado carece.

Convém notar ainda que, no quadro anterior, a representação do Estado brasileiro ocorre explicitamente nos exemplos desfavoráveis (VI), (VII), (VIII), (IX). Nos demais casos, a representação negativa incide sobre ele implicitamente. Por exemplo, quando se critica o desejo de jovens talentosos de atuarem no funcionalismo público, ressaltando a “aversão a riscos”, a “ausência de habilidades e competências necessárias à iniciativa privada”, fica, nas entrelinhas, uma culpa atribuída à dimensão estatal que, em tese, propiciaria a existência desse cenário.

Seguindo o “itinerário” do corpus, volta-se a atenção para a análise do significado representacional do artigo do anexo II que, como foi visto no estudo do significado acional, emprega esforços para convencer os leitores sobre a importância de reduzir ao mínimo a intervenção estatal pelas vias das terceirizações e da flexibilização de garantias previstas nas leis trabalhistas.

Diferentemente do texto anterior de Vieira (2017), em que representações negativas se sobrepõem, quantitativamente, às positivas para se criticar a atuação do Estado, neste artigo de Dalberto (2017), encontra-se o contrário: como o propósito do texto é o de convencer os leitores sobre os lados positivos da terceirização, avolumam-se avaliações que elevam as ideias defendidas. Portanto, a coluna dos aspectos avaliativos favoráveis é mais preenchida do que a outra, como se constata a seguir.

**Quadro** – Avaliações (des)favoráveis em Dalberto (2017)

AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
(I) “A terceirização é importante e tem benefícios históricos.”	(I) O que os sindicatos fazem é elevar salários à força, criando barreiras à entrada de novos trabalhadores cuja produtividade é baixa (isto é, os menos favorecidos) e não vale o piso salarial estabelecido.

<p>(II) Por meio da <b>cooperação, os homens são capazes de alcançar aquilo que estaria além de suas capacidades enquanto indivíduos, e até mesmo o trabalho que um indivíduo é capaz de realizar sozinho se torna mais produtivo.</b></p>	<p>(II) (Os sindicatos) <b>prejudicam os mais vulneráveis em favor de um grupo seletivo, poderoso e protegido. Prejudicam os mais vulneráveis em detrimento dos mais abastados.</b></p>
<p>(III) A terceirização é um meio de se buscar <b>maior eficiência produtiva</b>, o que permite que <b>empresas sejam bem-sucedidas</b>, além de também <b>elevarem a produtividade da mão-de-obra, fator chave para elevar os rendimentos do trabalhador.</b></p>	<p>(III) <b>O sindicalismo compulsório é uma afronta a essa liberdade</b> (de livre associação entre os indivíduos). Sindicatos que buscam <b>o controle monopolístico</b> sobre a força do trabalho, muitas vezes <b>impedindo indivíduos de trabalhar de acordo com seus próprios termos, são nocivos.</b></p>
<p>(IV) <b>A liberdade para maiores arranjos produtivos, mais flexíveis,</b> é uma maneira de alcançar <b>o aumento de produtividade de que o Brasil precisa.</b></p>	<p>(IV) A questão é simples: quanto maior a liberdade de contrato, melhor para o competente que quer fornecer sua mão-de-obra <b>e pior para o encostado que quer a segurança dos vínculos empregatícios.</b></p>
<p>(V) (O projeto de lei das terceirizações) <b>beneficia os trabalhadores mais vulneráveis</b> mas que não conseguem emprego por causa das <b>rígidas</b> leis trabalhistas e da <b>obrigatoriedade</b> de vínculo empregatício.</p>	<p>(V) Se tal liberdade de contrato será ruim para alguns? Certamente. Sempre há quem perde <b>(os mais incompetentes)</b> quando alguma forma de protecionismo é abolida. E sempre há quem ganha <b>(normalmente, os mais competentes).</b></p>
<p>(VI) Garantir <b>a liberdade de novos arranjos</b> é garantir <b>a liberdade de livre associação entre as partes,</b> é garantir que <b>acordos mutuamente consensuais possam ser realizados. E derrubar uma restrição a acordos voluntários é por si só benéfico. Sociedades mais justas, mais ricas e desenvolvidas são sociedades mais livres.</b></p>	<p>(VI) É imperativo diminuir <b>as amarras</b> que <b>sufocam os negócios no Brasil.</b> Somos um <b>dos piores países em termos de ambientes de negócio, graças ao emaranhado burocrático e ao excesso de espoliação estatal.</b></p>
<p>(VII) O que várias pessoas simplesmente não aceitam é que, no Brasil, <b>a terceirização foi justamente o oxigênio inventado para que várias empresas pudessem se manter vivas</b> em meio à <b>asfíxiante</b> legislação tributária e trabalhista.</p>	



<p>(...) <b>Foi simplesmente uma maneira de se manterem vivos.</b></p>	
<p>(VIII) <b>A terceirização promoveu maior especialização e um incremento na capacidade de inovação das empresas</b></p> <p>(...)</p> <p><b>, a terceirização pode sim causar um incremento nos mesmos.</b></p>	
<p>(IX) No mais, vale ressaltar o óbvio: <b>permitir a terceirização nada mais é do que permitir que uma pessoa tenha maior liberdade para contratar outra pessoa para fazer um trabalho. Só isso.</b></p>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os excertos, com suas marcações esverdeadas, estruturam uma publicidade favorável aos valores liberais. Para tanto, na coluna à esquerda, são tratados positivamente: os benefícios históricos da terceirização, as maiores produtividades advindas do conceito de cooperação, o valor do sucesso empresarial, a liberdade de arranjos laborais mais flexíveis com possíveis incrementos salariais. Louva-se ainda o ideal de sociedade cuja liberdade se associa à justiça e à riqueza. Deste jeito, todos esses elementos são comunicados num movimento discursivo de avaliação conduzida por pressuposições (II, IV e IX) e afirmações (I, III, V, VI, VII, VIII).

Sobre as primeiras, as pressuposições, percebe-se que elas comunicam juízos de maneira relativamente mais “branda”, agindo mais pela provocação de implicações do que as últimas, as afirmações, cujos efeitos são mais explicitamente avaliativos, categóricos, o que coaduna com o caráter publicitário observado no texto. Exemplificando isso em IX, vende-se a ideia das terceirizações pela alegação da simplicidade do tema, implicando que qualquer outra consideração feita além da liberdade de contratação, não apresenta validade, pois é “só isso” que as terceirizações acarretam: a liberdade. A simplificação de possíveis problemas, instrumentalizada por tal conceito de liberdade, sinaliza efeitos ideológicos dissolvidos, no terreno discursivo, que tendem a beneficiar quem tem mais poder.

Na coluna “desfavorável”, estão os “rastros” de uma publicidade opositora que, ao se afirmar contrariamente ao chamado protecionismo estatal dado aos trabalhadores, dá destaque à representação negativa sobre o “sindicalismo”. Afirma-se que este contribui com o desemprego, prejudicando os mais vulneráveis; e que é uma afronta à liberdade. Além disso, frisa-se que apenas os “encostados” e “incompetentes” fazem questão da segurança de vínculos empregatícios, sendo estes os únicos prejudicados pelas terceirizações. Com este tom, toda a coluna demonstra afirmações avaliativas agressivas, sem compromisso ético com as diferenças político-ideológicas, mostrando que o discurso liberal não só “ataca” o Estado, mas também outros entes sociais que a ele recorrem.

No terceiro artigo integrante do corpus (anexo III), Ulrich (2017) também sustenta um discurso de semblante publicitário, na medida em que vende a concepção de que apenas os economistas austríacos estão preparados para lidar com a crise contemporânea atravessada pelo Brasil. Essa sustentação se dá pelos conceitos, já comentados na seção anterior, os quais se pautam numa metalinguagem eivada de avaliações negativas diretas ou indiretas sobre o Estado. A tabela, a seguir, expõe um pouco disso, além de exemplificar parte das idealizações austríacas.

**Quadro – Avaliações (des)favoráveis em Ulrich (2017)**

AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
<p>(I) “O fato é que hoje <b>somente</b> os austríacos <b>estão preparados</b> para <b>condenar</b> todo e qualquer aumento de impostos, independentemente da conjuntura ou do partido governante. Hoje, <b>somente os austríacos defendem</b>, com veemência, a redução do estado, da despesa pública, e não apenas o controle orçamentário. Hoje, <b>somente os austríacos defendem a adoção de uma política genuína de moeda forte</b>. Precisamos <b>de mais “intransigência”</b> e <b>menos “moderação”</b>.”</p>	<p>(I) “Imposto significa <b>expropriar</b> riqueza do cidadão, independentemente da finalidade a que se destina. Tudo o que o estado <b>gasta</b> é pago pelo cidadão por meio da tributação. Na melhor das hipóteses, <b>impostos nada adicionam à atividade econômica</b>: o que seria gasto pelos indivíduos agora será gasto pelo estado. <b>É tirar de X para dar a Y.</b>”</p>
<p>(II) “<b>Somente empresas</b> utilizando recursos escassos, <b>sujeitas ao sistema de preços do</b></p>	<p>(II) “O estado está <b>sempre em uma posição de total cegueira</b> quanto à demanda pelos</p>

<p>mercado, e competindo pela clientela têm capacidade de tomar decisões racionais de modo a alocar o capital da forma mais eficiente possível”</p>	<p>seus serviços ou atribuições constitucionais. Não estando submetido ao teste do mercado, o ente público não tem como saber no que gastar, onde gastar, quanto gastar nem quando gastar..</p>
	<p>(III) Se a gestão pública é ineficiente por definição e todo gasto é um desperdício, o mesmo vale para todo e qualquer investimento público. Dessa forma, quando economistas do <i>mainstream</i> defendem mais investimentos do estado visando maior crescimento do PIB, eles estão, inadvertidamente, advogando o desperdício de recursos escassos em projetos sobre cujas reais demandas o ente público não tem nada além de um mero indicativo.</p>
	<p>(IV) “Déficits fiscais: despesa maior que receita resulta em déficits fiscais. Déficits podem ser financiados com dívida pública ou com emissão de moeda. Em ambos os casos, a economia empobrece.</p> <p>Ao emitir moeda, o governo dilui o poder de compra do dinheiro, expropriando riqueza do cidadão sorrateiramente. Inflação nada mais é que um imposto obscuro.</p> <p>Ao contrair dívida pública, o governo suga a poupança da nação para gastos questionáveis, em que o desperdício é inevitável. Poupança é direcionada ao financiamento de atividades improdutivas, privando investimentos lucrativos de recursos escassos”.</p>
	<p>(V) Crédito público e subsídios: se a gestão pública é ineficiente por definição,</p>

	<p><b>empresas estatais sofrem do mesmo problema.</b> Seja uma petroleira, seja um banco, uma empresa estatal não submetida ao teste de lucros e prejuízos de mercado padece dos mesmos males que qualquer burocracia governamental.</p> <p><b>Crédito de banco estatal é, em larga medida, concedido com base em critérios políticos, e não econômicos.</b> Investimentos que em condições normais nunca seriam financiados acabam recebendo crédito amplo e barato, tornando viáveis operações que não se sustentariam em um mercado livre.</p> <p><b>Crédito bancário subsidiado significa conceder financiamento <u>àquelas que não precisam</u> ou aos que jamais deveriam se endividar. Financiam-se investimentos mais arriscados e com menores taxas de retorno.</b></p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Predominam, nas duas colunas da tabela, as afirmações avaliativas. Significando o Estado desfavoravelmente, firmam-se, discursivamente, as seguintes características que infamam o governo: a) associação entre imposto e expropriação de riqueza; b) “cegueira” causada pela ausência do referencial do mercado e c) administração orçamentária injusta.

Por outro lado, projeta-se, com uma “tonalidade” sensacionalista, uma representação favorável de que os economistas austríacos são o contrário do que criticam, ou seja, tudo o que carece na atuação do Estado, eles podem prover. Isso se efetiva pelo: a) alegado caráter factual de suas colocações; b) pela superestimação do preparo; c) pela ênfase no poder de condenar arranjos que destoam de seus preceitos; d) pela capacidade de tomar decisões racionais.

Na mesma linha de culto ao que é racional, segue o quarto artigo (anexo IV) analisado segundo o ponto de vista da representação. Como foi comentado na seção anterior, o texto de Sperandio (2017) também coloca as decisões lógico-matemáticas num “pedestal”, ao concluir que a ação estatal destruiu o mercado de saúde privada do país, e parte desta destruição é atribuída, segundo o autor, ao “sentimentalismo” que “solapa” a “racionalidade econômica”.

Só isso já é uma evidência direta de afirmação avaliativa, mas outras manifestações de avaliação são identificadas a seguir.

Quadro – Avaliações (des)favoráveis em Sperandio (2017)

AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
<p>(I) Os planos de saúde, como qualquer organização empresária, <b>visam ao lucro, o qual é imprescindível para a viabilidade econômica da atividade.</b></p>	<p>(I) <b>Perversos</b> reflexos econômicos e sociais;</p>
	<p>(II) Resultado da ascensão do intervencionismo: <b>sistema oligopolizado, jurisprudência que incentiva a judicialização, escassez na oferta de planos</b> de saúde individuais, <b>cerceamento da livre concorrência, encarecimento</b> dos planos de saúde.</p>
	<p>(III) Com o intervencionismo da ANS, pela lei 9961/2000, <b>a soberania do consumidor passou para segundo plano, pois as operadoras passaram a se preocupar apenas em cumprir as normas da ANS.</b></p>
	<p>(IV) <b>Ignorando</b> uma vasta literatura econômica que explica que <b>controle de preços causa escassez</b>, os índices de reajuste autorizados muitas vezes são <b>desatrelados de critérios técnicos</b> e menores que a inflação de serviços médicos.</p>
	<p>(V) <b>A imposição impede</b> planos de saúde de <b>terem modelos de negócios especializados em determinadas áreas médicas.</b></p>
	<p>(VI) Amparada pela doutrina, <b>sedimentou-se uma jurisprudência tendente a impor</b></p>

	<p><b>serviços médicos além daqueles contratos. A consequência lógica foi a criação de um perverso incentivo aos consumidores que passaram a ingressar com demandas judiciais para pleitear prestações não cobertas contratualmente.</b></p>
	<p>(VII) Diante da <b>mitigação da autonomia da vontade</b>, houve <b>a consolidação de uma jurisprudência sentimental</b> nos tribunais pátrios, no sentido <b>de que praticamente toda cláusula de exclusão de cobertura é tida como abusiva</b>. Este <b>primado do sentimentalismo ignora os reflexos econômicos a serem suportados</b> pelos operadores de saúde – as quais, <b>como era inevitável, reduziram a oferta e aumentaram os preços.</b></p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

No plano avaliativo favorável, naturaliza-se o lucro como imprescindível à viabilidade econômica, marcando a sua centralidade na tomada de decisões das empresas, independentemente de qualquer “coisa”. No plano avaliativo desfavorável, reage-se contra determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que são significadas como responsáveis por “perversos reflexos econômicos”, pela “oligopolização”, pela “judicialização”, pela “escassez” de planos e pelo “cerceamento” da livre concorrência. Somam-se a tais atributos a) as imposições que limitam os negócios; b) a ignorância sobre literatura econômica e c) a jurisprudência sentimental.

Percebe-se, então, que são construídos, discursivamente, o autoritarismo e o despreparo do ente público por uma representação que coloca os empreendedores e os usuários do serviço de saúde privado como vítimas de uma “tirania” estatal. As avaliações desfavoráveis que arquitetam esse funcionamento se instalam, na tabela, principalmente via afirmações (I,II,IV,V,VI,VII) e por pressuposição (III), mesmo caminho tomado para se avaliar, favoravelmente (I), os lucros.

Assim também, outro exemplo em que a “vilania” do Estado brasileiro é construída pode ser detectado no artigo de Brandão (2017), anexo V. Alegando que os moldes atuais da previdência “confiscam” dos mais “pobres” para dar aos “ricos” e também lançando críticas à proposta de reforma previdenciária mais recente, o autor revela sintonia com as representações desfavoráveis dos quatro textos comentados anteriormente, como se nota abaixo.

Quadro – Avaliações (des)favoráveis em Brandão (2017)

AVALIAÇÃO FAVORÁVEL	AVALIAÇÃO DESFAVORÁVEL
<p>(I) Ainda é tempo de fazer <b>a coisa certa</b>. A reforma deveria estabelecer, além de cortes nos <b>privilégios</b> daqueles ligados ao estado, a unificação dos regimes dos setores privado e público com o estabelecimento de um teto único. Deveria buscar, ainda, proteger a renda do trabalhador, impedindo que recursos seus — como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por exemplo — sejam direcionados aos grandes empresários via BNDES.</p>	<p>(I) Se você ainda duvida da <b>insaciabilidade</b> do <b>parasitismo</b> estatal, avalie a proposta da reforma da previdência em tramitação e pense novamente.</p> <p>Em um contexto de <b>continuada irresponsabilidade fiscal, corrupção sistêmica e privilégios injustificáveis, o bom senso exigiria que o governo iniciasse a reforma por cortes na própria gordura, que por sinal não é pouca. O que se nota, no entanto, é que mais uma vez tenta-se impor o ônus da reforma ao pequeno: o cidadão comum que trabalha no setor privado.</b></p>
	<p>(II) Que a reforma é <b>necessária</b>, não há que se debater; com um déficit previdenciário total de cerca de R\$ 315 bilhões em 2016 — incluindo governo federal e estados —, a <b>urgência</b> é justificada. Isso não significa, no entanto, que se deva aceitar qualquer reforma. Deve-se levar em conta, como ponto de partida, <b>as distorções do atual regime previdenciário.</b></p>
	<p>(III) A existência de dois regimes revela uma <b>realidade execrável</b>: a existência de duas classes de brasileiros, com direitos diferentes. <b>O cidadão ligado ao setor privado é tratado como um cidadão de segunda classe. Ele tem o 'direito' de ser demitido caso não seja competente, e o dever de dar parte do seu salário para sustentar a</b></p>

	<p><b>aposentadoria do cidadão ligado ao setor público. Este, por sua vez, tem o 'direito' a usufruir da renda do trabalho do cidadão de segunda classe, na forma de uma aposentadoria em média quatro vezes maior, e outros privilégios como aposentadoria com salário integral.</b></p> <p><b>De um lado, há os que choram; de outro, os que riem.</b></p>
	<p>(IV) A mudança <b>é urgente</b>. Não seremos uma nação desenvolvida a menos que endereçemos desde já as causas fundamentais de nossos problemas sociais e econômicos, que estão no <b>setor público. O governo é o principal concentrador de renda do país.</b></p> <p>Um país que decreta classes diferentes de cidadãos <b>fere a moral</b>, e <b>herda consequências fiscais insustentáveis</b>, como o sistema de previdência demonstra. A reforma como está não é nada além de uma <b>gambiarra oportunista para manter a penitência social.</b></p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aqui, também, vigora a nitidez das afirmações avaliativas em todos os excertos observados. Sob o prisma da avaliação favorável, recomenda-se que a “coisa certa” a ser feita é o corte dos “privilégios” dos trabalhadores do Estado; além da equiparação de regimes do setor público e privado pelo intermédio do estabelecimento de um teto único. Sugere-se ainda a proteção da renda do trabalhador, para que ela não seja encaminhada para empresários beneficiados pelo BNDS.

Em termos de avaliações desfavoráveis, também é nítida uma quantidade maior de representações que salientam a “insaciabilidade do parasitismo estatal”, a “continuada corrupção sistêmica”, os “privilégios injustificáveis” que constituem uma “gordura” a ser cortada, no lugar de se penalizar o cidadão comum que trabalha no setor privado. Corroboram com tais representações a oposição às “distorções do atual regime previdenciário” e a existência



de uma “realidade execrável” – os dois regimes, um para os servidores do Estado e outro para os trabalhadores do setor privado. Tal divisão é categorizada, pelo autor, como um ferimento à moral e como uma herança fiscal insustentável. Por fim, comenta-se que o modelo da proposta de reforma é “uma gambiarra oportunista para manter a penitência social”.

Diante dos mecanismos linguísticos destacados ao longo dos cinco artigos, verifica-se que o discurso de liberdade é antagônico aos discursos oficiais e de setores progressistas que veem, na figura do Estado, meio de superação de relações injustas de exploração. Esse antagonismo se caracteriza pelo esforço de fazer imperar uma representação majoritariamente desfavorável do governo e daqueles que com ele cooperam.

Assim, consoante ao significado acional, a natureza “difamatória” do significado representacional é uma marca do funcionamento discursivo que se apoia em avaliações com poucas preocupações diplomáticas e de alto comprometimento que objetivam consolidar a imagem de que os cidadãos brasileiros e o setor privado são vítimas do governo e dos políticos que dele estão à frente. Mostra-se, com isso, como sujeitos liberais significam na luta social dos sentidos.

Chama a atenção tal “vitimismo” maniqueísta, pois o movimento liberal afirma parte de sua identidade negando qualquer viés marxista que possa lembrar a teoria da exploração, a luta de classes. No entanto, todo o seu funcionamento discursivo demonstra o desejo de subverter uma luta de classes, em que o explorador é o Estado, e os explorados são os demais integrantes da sociedade, os injustiçados pagadores de impostos.

Consequentemente, vê-se que a ordem discursiva liberal carrega uma estrutura que significa o mundo de maneira análoga a outros movimentos sociais, ficando um antagonismo entre um “eu” e um “outro”, no qual o “outro” é sempre aquele que explora, fere e viola a vida de alguém. Esse tipo de dicotomia – opressor e oprimido – parece ser, então, um padrão de significação dos seres humanos que, independentemente das diferenças ideológicas, sempre se valem da oposição para reivindicar linguisticamente por suas crenças. A lógica representacional parece ser a mesma entre todos, estadistas ou não.

### 5.3 MODALIZAÇÕES NA IDENTIFICAÇÃO LIBERAL

O trabalho com os significados acional e representacional já fez emergir, no que concerne ao gênero e ao discurso, uma intensa rivalidade entre dois extremos: o movimento liberal que tem uma identidade e o Estado instituído discursivamente, enquanto estrutura política consolidada em leis e em instituições situadas socio-historicamente. Por identidade

liberal, lembra-se aqui a distinção que Stuart Hall (2006) faz de três concepções: uma atrelada ao sujeito do Iluminismo; outra ao sujeito sociológico e uma ligada ao sujeito pós-moderno.

A visão iluminista de sujeito descreve o indivíduo como fixo, unificado, centrado, provido de razão e de consciência, de modo que a essência da identidade de alguém é o “eu”, o que caracteriza esta concepção como muito individualista. Diferentemente, o sujeito da pós-modernidade – herdeiro do processo fragmentador do sujeito sociológico – tem uma identidade móvel, transitória, definida historicamente e em permanente transformação.

Perante este contraste, é lícito considerar que o discurso analisado aqui pende para afirmação de identidades segundo a primeira perspectiva, a que remonta ao Século das Luzes, que é o contexto genealógico do liberalismo. Sem esquecer essa genealogia, verifica-se a seguir, com base nas intertextualidades e nas avaliações mobilizadas nas seções anteriores, como os autores dos artigos analisados se comprometem em termos de verdade (modalidade epistêmica) e em termos de obrigação/necessidade (modalidade deôntica), em seus processos discursivos que afirmam ou negam o Estado. Isso é importante, pois, segundo Fairclough (2004), por meio da categoria modalidade, é possível entender como o comprometimento das pessoas se efetiva textualmente como uma importante parte de seu modo de ser.

Para tanto, o início dessa verificação se volta, desde logo, para as ocorrências de intertextualidades nos cinco textos que integram o corpus, uma vez que, no que toca à modalidade epistêmica, os fenômenos intertextuais expressam interessante nível de comprometimento com a busca de uma verdade racional dos enunciados antiestadistas. Isso é perceptível no quadro seguinte.

**Quadro** – Relação entre modalidade epistêmica e intertextualidade

Texto	Exemplos de modalidade epistêmica via intertextualidade
Anexo I	<p>“A grande questão é que o sonho do concurso público tem gerado um enorme e duplo prejuízo ao país: <b>além do custo exorbitante</b> — o qual exige impostos e endividamento crescentes —, temos uma boa parcela de nossos talentos (<b>nada menos que 12 milhões de jovens preparados</b>) buscando vagas em trabalhos que não acrescentam nada ao avanço da nação(...)”.</p> <p>“<b>Lembrando Schumpeter</b>, os empreendedores são os impulsionadores do desenvolvimento econômico, os responsáveis pelas mudanças econômicas em qualquer sociedade. O seu papel envolve muito mais do que apenas o aumento de produção e da renda per capita (...)”.</p>

Anexo II	<p>“Para entender por que a terceirização é importante, é necessário apenas reconhecer seus benefícios históricos: a terceirização está intrinsecamente ligada à divisão do trabalho, que foi o que permitiu às sociedades modernas crescer, se desenvolver e elevar o padrão de vida de seus habitantes”.</p> <p>Ludwig von Mises <a href="#">resumiu</a> esse processo:</p> <p><i>Historicamente, a divisão do trabalho se originou em dois fatores da natureza: a desigualdade das capacidades e habilidades humanas, e a variedade das condições externas da vida humana na terra.[...]</i></p>
Anexo III	<p>A relativização dos impostos leva economistas renomados — e normalmente sensatos — a defender posições alarmantes dignas de execução pública, como é o caso recente de Fábio Giambiagi. <a href="#">Em entrevista</a> ao portal InfoMoney, Giambiagi disse:</p> <p><i>Eu fui durante muitos anos contra a CPMF, por diversas razões, mas aqui me aproprio da resposta de Lord Keynes quando uma senhora o encarou dizendo que o que ele estava defendendo era contraditório com o que ele havia defendido anos antes, ao que ele respondeu, fleumaticamente: 'Minha senhora, quando as circunstâncias mudam, eu mudo. E a senhora?'</i></p>
Anexo IV	<p>Ao intervir desta forma, o Judiciário afeta todo o ambiente econômico, impactando empresas, agentes e o próprio mercado, criando incertezas e custos desnecessários[9].</p> <p>Os dados mostram que há uma tendência, entre os magistrados, de <a href="#">deferir pedidos liminares mesmo sem pedido de informações complementares</a>. Ou seja, nestes casos de judicialização dos planos de saúde, o Judiciário decide favoravelmente ao consumidor, mesmo em segunda instância, em 3/4 das ações, com decisões que desconsideram seu reflexo econômico[10].</p>
Anexo V	<p>O "Geral", que abrange mais de <a href="#">29 milhões de aposentados e pensionistas</a> — os quais recebem uma <a href="#">aposentadoria média mensal de R\$ 1.200</a> —, acumulou <a href="#">déficit de R\$ 150 bilhões no ano passado</a>.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

No quadro, as expressões realçadas em amarelo se inscrevem numa prática de troca de conhecimento, e o apontamento para textos exteriores serve para mostrar, do ponto de vista

argumentativo, que os dados mencionados não são invenções; ao contrário, são constatações feitas por terceiros (argumento de autoridade). Ao evidenciarem as fontes das informações seja por hiperlinkagem, seja por citação direta ou indireta, adota-se uma postura de proteção de face ou de isenção de responsabilidade quanto à veracidade dos fatos aludidos, pois demonstra-se que os enunciadores não são a fonte do conhecimento partilhado, o que configura uma modalização epistêmica de baixo comprometimento.

Esse tipo de modalidade também é produzido em abundância nas muitas avaliações verbalizadas nos artigos, mas com maiores graus de engajamento dos autores. Nas palavras avaliativas, substantivos, adjetivos e advérbios desempenham, especialmente, o papel de construir altos níveis de comprometimento tanto em afirmações como em negações, nas quais a emissão de informação não apresenta dúvida alguma acerca do valor de verdade dos enunciados. Percebe-se isso no quadro a seguir.

**Quadro** – Relação entre modalidade epistêmica e avaliação

Texto	Exemplos de modalidade epistêmica em avaliações
Anexo I	<p><b>Avaliação favorável</b> – “A inovação é o <b>fator mais importante</b>, não apenas no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, como também no <b>estímulo ao interesse</b> de investir em novos empreendimentos criados. ”</p> <p><b>Avaliação desfavorável</b> – “<b>Não gera crescimento econômico</b>”</p>
Anexo II	<p><b>Avaliação favorável</b> – “A <b>terceirização é um meio de se buscar maior eficiência produtiva</b>, o que permite que <b>empresas sejam bem-sucedidas</b>, além de também <b>elevarem a produtividade</b> da mão-de-obra, <b>fator chave</b> para elevar os rendimentos do trabalhador”.</p> <p><b>Avaliação desfavorável</b> – “ O sindicalismo <b>compulsório é uma afronta a essa liberdade (de livre associação entre os indivíduos)</b>. Sindicatos que buscam o <b>controle monopolístico</b> sobre a força do trabalho, muitas vezes <b>impedindo indivíduos</b> de trabalhar de acordo com seus próprios termos, <b>são nocivos</b>”.</p>
Anexo III	<p><b>Avaliação favorável</b> – “<b>Somente empresas</b> utilizando recursos escassos, <b>sujeitas ao sistema de preços do mercado</b>, e <b>competindo pela clientela</b> têm capacidade de tomar <b>decisões racionais</b> de modo a alocar <b>o capital da forma mais eficiente possível</b>”</p>

	<p><b>Avaliação desfavorável</b> – “Se a gestão pública é ineficiente por definição e todo gasto é um desperdício, o mesmo vale para todo e qualquer investimento público. Dessa forma, quando economistas do mainstream defendem mais investimentos do estado visando maior crescimento do PIB, eles estão, inadvertidamente, advogando o desperdício de recursos escassos em projetos sobre cujas reais demandas o ente público não tem nada além de um mero indicativo.”</p>
Anexo IV	<p><b>Avaliação favorável</b> – “Os planos de saúde, como qualquer organização empresária, visam ao lucro, o qual é imprescindível para a viabilidade econômica da atividade”.</p> <p><b>Avaliação desfavorável</b> – “Diante da mitigação da autonomia da vontade, houve a consolidação de uma jurisprudência sentimental nos tribunais pátrios, no sentido de que praticamente toda cláusula de exclusão de cobertura é tida como abusiva. Este primado do sentimentalismo ignora os reflexos econômicos a serem suportados pelos operadores de saúde – as quais, como era inevitável, reduziram a oferta e aumentaram os preços.”</p>
Anexo V	<p><b>Avaliação favorável</b> – (I) Ainda é tempo de fazer a coisa certa. A reforma deveria estabelecer, além de cortes nos privilégios daqueles ligados ao estado, a unificação dos regimes dos setores privado e público com o estabelecimento de um teto único.</p> <p><b>Avaliação desfavorável</b> – Se você ainda duvida da insaciabilidade do parasitismo estatal, avalie a proposta da reforma da previdência em tramitação e pense novamente.</p> <p>Em um contexto de continuada irresponsabilidade fiscal, corrupção sistêmica e privilégios injustificáveis, o bom senso exigiria que o governo iniciasse a reforma por cortes na própria gordura, que por sinal não é pouca. O que se nota, no entanto, é que mais uma vez tenta-se impor o ônus da reforma ao pequeno: o cidadão comum que trabalha no setor privado</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Acima, nos exemplos referentes ao texto do anexo I, a modalidade epistêmica se concretiza pelas afirmações categóricas (alto comprometimento), encontradas tanto na avaliação favorável ao setor empresarial como nas desfavoráveis ao Estado. À identidade privada é atribuído o traço de provedor de inovação e de investimentos, atribuição esta que se opõe ao funcionamento estatal pela avaliação desfavorável que se estrutura na negação de que a cultura do funcionalismo público não promove desenvolvimento econômico. Quanto ao autor

do texto, tanto as afirmações como as negações se articulam na construção ideológica de uma identidade em sintonia com a noção de sujeito iluminista a que Hall (2006) se refere.

Os anexos II, III, IV e V seguem o mesmo padrão modal epistêmico de afirmações categóricas do anexo I, com a diferença de que se avaliam, favoravelmente, as respectivas características identitárias liberais: a) Eficiência produtiva condutora de um ideal de sucesso; b) Capacidade de decisões racionais guiadas pelo mercado; c) Lucro enquanto elemento insubstituível para viabilidade econômica; d) Retirada de “privilégios” de funcionários públicos.

No âmbito avaliativo desfavorável, os demais anexos procedem a rejeição das respectivas características da representação negativa do Estado “vilão”: a) sindicatos são nocivos e suas ações constituem uma afronta à liberdade; b) todo investimento público é um desperdício de recursos escassos; c) a jurisprudência sentimental ignora os reflexos econômicos; d) o parasitismo do estado, ilustrado pelos privilégios dos funcionários públicos, é prejudicial ao trabalhador comum que se emprega no setor privado.

Circunscrito no contexto de troca de atividades e de troca de conhecimento, cabe ainda pontuar algumas outras manifestações específicas de modalidade em cada um dos artigos. Começando pelo anexo I, cumpre observar os seguintes trechos a), b) e c).

**Quadro** – Modalidade em excerto de Vieira (2017)

Texto	Exemplo de modalidade e seus valores
Anexo I	a) “ <b>É fundamental</b> (modalidade deôntica – necessidade) revertermos essa tendência e trabalharmos no sentido de fomentar a cultura empreendedora em nosso país. Quando coloco os verbos reverter e trabalhar na primeira pessoa do plural, <b>quero</b> (modalidade deôntica – volição) puxar a <b>responsabilidade</b> (modalidade deôntica – dever) para as nossas mãos, cidadãos comuns.”
	b) “ <b>Não podemos</b> (modalidade deôntica – proibição) esperar que o poder público faça a sua parte, pois o estado faz justamente o contrário: inibe a atividade empreendedora ao elevar a carga tributária e criar empecilhos burocráticos absurdos, buscando sempre financiar os altos gastos do setor público com mais tributos e endividamento
	c) “O estado é hoje o grande inimigo da sociedade. Já que <b>não podemos</b> (modalidade epistêmica – capacidade) vencê-lo, <b>devemos</b> (modalidade deôntica – dever) resistir fortemente à tentação de nos juntarmos a ele.”

Fonte: Elaborado pelo autor.

É notável, nos destaques amarelos, o alto grau de comprometimento das expressões. Elas ocorrem textualmente, num momento em que o discurso assume uma função instrutiva, orientadora, que traz recomendações sobre o que **deve ser feito** no âmbito da conduta dos sujeitos, diante do cenário de “tirania” estatal. Por isso, a noção de obrigação, predominantemente produzida no artigo, auxilia o efeito linguageiro de ação sobre o outro, que também é realizado pelas afirmações categóricas (modalidade epistêmica).

Demonstra-se, com isso, a organização linguística de identidades liberais que visam a guiar uma resistência contra-hegemônica, pautada no deslocamento do poder das mãos do governo para as dos cidadãos, cujas liberdades têm sido violadas, conforme se alega.

Ademais, em “devemos resistir fortemente à tentação de nos juntarmos a ele”, reforça-se, enfaticamente, a obrigação de antagonizar a administração do Estado na vida dos cidadãos brasileiros. Tudo isso evidencia esforços aguerridos de acarretar mudanças sociais vantajosas para segmentos da sociedade muito específicos, em nome de um valor de liberdade que não é unânime no Brasil, mas que integrantes do movimento liberal tentam fazer ser, com o argumento de que tal unanimidade é boa para todos.

O anexo II apresenta características similares ao anterior quanto à modalidade. No entanto, o texto de Dalberto (2017), defensor das privatizações, revela hesitações de engajamento epistêmico ao fazer previsões sobre as consequências desse tema, ao passo que os recursos modalizadores deônticos são empregados de maneira mais estável, no que diz respeito ao alto comprometimento, como se exemplifica a seguir.

Quadro – Modalidade em Dalberto (2017)

Texto	Exemplo de modalidade e seus valores
Anexo II	a) “Conquanto seja verdade que as empresas estão <b>obviamente</b> ( <i>modalidade epistêmica – certeza</i> ) interessadas em reduzir custos — e, em um ambiente concorrencial, <b>tem necessariamente de ser assim</b> ( <i>Modalidade Deôntica – necessidade</i> ) —, e que uma fonte dos custos sejam os salários, a questão a ser respondida é: <b>por que elas não deveriam tentar reduzir seus custos?</b> ( <i>Modalidade Deôntica – obrigação/sugestão</i> )”
	b) “Também <b>é possível</b> ( <i>Modalidade epistêmica – hesitação</i> ) observar que a terceirização não está <b>necessariamente</b> ( <i>Modalidade epistêmica – hesitação</i> ) relacionada ao aumento do desemprego como alguns acreditam[6], e que <b>nem sempre</b> ( <i>Modalidade Epistêmica – hesitação</i> ) ela traz aumento de lucros para a empresa[7]”.
	c) “ <b>É necessário</b> ( <i>Modalidade Deôntica – necessidade</i> ) reconhecer que, por maiores que sejam nossas habilidades, <b>não teremos</b> ( <i>Modalidade epistêmica – certeza</i> ) empregos se as

	<p>empresas não os ofertarem ou se essas habilidades não forem demandadas pelo mercado.</p> <p>E existem inúmeras condições necessárias para que isso aconteça, mas que <b>podem</b> (<i>Modalidade epistêmica – hesitação</i>) ser resumidas na necessidade de garantir um ambiente que incentive a livre iniciativa e a concorrência.”</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

No exemplo a), tenta-se consolidar a naturalização supostamente incontestada das empresas em reduzir custos num contexto de competitividade. Essa defesa ocorre por meio de advérbio e sintagmas verbais que expressam certeza e obrigação, como em “obviamente” e em “tem necessariamente de ser assim”, respectivamente. Este último é digno de destaque pois, no mesmo sintagma, há combinação dos valores deontológicos de obrigação (“tem de ser assim”) com o de necessidade (“necessariamente”), o que reafirma a deonticidade e, ao mesmo tempo, evidencia o compromisso do enunciador com um efeito de proposição de verdade supostamente irrefutável para ele – sujeito liberal. Tais asseverações trazem um valor epistêmico de alto compromisso, que foi edificado deonticamente e que tenta naturalizar algo questionável para pessoas que se têm um outro posicionamento político.

O exemplo b) atesta que, na progressão textual, houve trechos em que predominaram as hesitações acerca da veracidade das informações. Isso é aferido pelos usos de: “é possível”; “necessariamente” e “nem sempre”. No primeiro caso, ao se discorrer sobre as consequências das terceirizações para as empresas e para os trabalhadores, não foram escolhidas as opções “é” ou “observa-se”, que seriam escolhas mais categóricas e taxativas. Optou-se, ao contrário, por um mitigado “é possível”. A mitigação continua com os usos de “não está necessariamente” e “nem sempre”; mostrando o intuito de se evitarem as generalizações de que terceirizar acarreta desemprego e mais lucros para as empresas.

Em tal contexto oscilante, nota-se um menor engajamento com as proposições, que é muito diferente do encontrado em avaliações sobre o Estado, que são predominantemente categóricas. Com isso, cabe indagar: por que não há mitigação ao se afirmar que empresas públicas do país são apenas ineficientes? Mesmo quando há muitos brasileiros que reconhecem que há bons serviços prestados pelo Estado e que nem toda instituição pública corresponde às representações negativas e majoritárias do discurso liberal? Por que se mitiga linguisticamente, em representações sobre um lado da história, mas não do outro? Tal seletividade é evidência sobre que sentidos o setor liberal tenta consolidar como a “verdade racional”.

Finalmente, o item c) afirma, simultaneamente, o caráter provedor das empresas e a dependência dos cidadãos trabalhadores das demandas do mercado. A relação de dependência é construída pelo modalizador deontológico de necessidade “é necessário”. Ao lado deste, tem-se o



modalizador epistêmico “não teremos” para comunicar a previsão de que o usufruto das habilidades dos trabalhadores é proporcionado apenas pelo setor privado. Deste modo, ambos exemplos de modalidade também se articulam no efeito de que o enunciador seria dono de uma verdade supostamente inabalável.

O anexo III também é rico em ocorrências modais dignas de observação. Nele, encontra-se, mais uma vez, um tom de “manual de instruções” direcionado a pessoas que se identificam com os economistas austríacos ou apenas com a escola. Por meio de usos deônticos, o autor determina, então, como eles devem se posicionar tanto no que diz respeito aos vários conceitos que seu texto traz, como no que toca aos problemas orçamentários do Brasil. Observa-se essa natureza instrutiva a seguir.

Quadro – Modalidade em Ulrich (2017)

Texto	Exemplos de modalidade
Anexo III	<p>a) “Então, enquanto economistas da Escola Austríaca, como <b>devemos</b> (<i>modalidade deôntica – obrigação</i>) nos posicionar diante dos dilemas enfrentados pela economia brasileira?</p> <p>b) Se entendemos que impostos reduzem a atividade econômica e empobrecem uma nação, aumentos de tributos deveriam ser evitados a qualquer custo. Se entendemos que a despesa pública representa um desperdício, <b>deveríamos</b> (<i>modalidade deôntica – obrigação</i>) reduzir ao máximo o tamanho e as atribuições do governo.</p> <p>Se a gestão pública é inerentemente ineficiente, adotar práticas de gestão das empresas privadas é não apenas inócuo como também contraproducente, pois retarda a tomada de medidas efetivas na vã esperança de otimizar a administração da burocracia governamental.</p> <p>Se a infraestrutura brasileira se encontra em uma situação calamitosa, a última coisa de que necessitamos é de investimento público como solução para as estradas, portos, aeroportos. <b>Que se conceda</b> (<i>modalidade deôntica – ordem</i>) à livre-iniciativa a possibilidade de realizar investimentos nesses setores — sem amarras artificiais, obviamente.</p> <p>Se compreendemos o quão nocivo podem ser déficits fiscais, <b>é premente</b> (<i>modalidade deôntica – necessidade</i>) eliminá-los. Mas <b>jamais</b> (<i>modalidade deôntica – proibição</i>) recorrendo a aumento de impostos, porque estes, além de serem prejudiciais à economia, <b>podem reduzir</b> (<i>modalidade epistêmica – afirmação</i>) a arrecadação tributária — em virtude de um aprofundamento da recessão econômica —, amplificando ainda mais o rombo nas contas públicas.</p> <p>Se concluímos que a despesa pública pouco ou nada agrega, não há dúvidas quanto ao foco do ajuste fiscal: <b>cortar o gasto orçamentário do governo é a</b></p>

	<p><b>única via capaz de sanar déficits fiscais sem jogar a economia para o buraco</b> (modalidade epistêmica – afirmação).</p> <p>Se a dívida pública consome a poupança da nação em atividades nocivas à geração de riqueza, conter e reduzir o endividamento do governo <b>deve ser</b> (modalidade deôntica – obrigação) compromisso precípua da sociedade.</p> <p>Se as trocas voluntárias são a fonte da riqueza, toda e qualquer obstrução do livre-comércio <b>deve ser</b> (modalidade deôntica – obrigação) combatida.</p> <p>Se câmbio desvalorizado é uma das principais causas do desarranjo econômico, a busca por uma moeda forte <b>deve ser</b> (modalidade deôntica – obrigação) o pilar primeiro da política monetária.”</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os exemplos a) e b) do quadro demonstram, assim, que o valor de obrigação é o grande protagonista na constituição dessa parte do artigo. Como coadjuvantes, aparecem ainda os valores de ordem e de proibição no que concerne à modalidade deôntica. No viés epistêmico, aparecem afirmações de baixo (“podem reduzir”) e alto (“cortar os gastos do governo é a única via ...”) comprometimentos.

Essa descrição linguística é relevante em razão das implicações relacionadas às relações de poder: afinal, que identidade tem o poder de instalar obrigações, proibições e ordens? O estabelecimento de tais valores pressupõe um lado que obriga e outro que se curva à obrigação; do mesmo modo que quem proíbe exerce o poder sobre quem atende a proibições; assim como quem dá ordens o faz na certeza de que tem quem as acolha. Portanto, todo o texto se estrutura na assunção desta assimetria relacional supramencionada entre autor e possíveis leitores.

Ademais, paralelamente às modalidades deôntica e epistêmica, cumpre perceber a organização discursiva de uma identidade lógico-dedutiva, que comunica o pensamento por silogismos, como se as questões político-social-econômicas do Brasil fossem tão simples quanto uma conclusão do tipo: “se todo homem é mortal, e pedro é homem, logo, pedro é mortal”.

Na mesma direção, guardando semelhança silógica, o autor do artigo enuncia: a) “*Se a dívida pública consome a poupança da nação em atividades nocivas à geração de riqueza, conter e reduzir o endividamento do governo deve ser compromisso precípua da sociedade*”; b) “*Se as trocas voluntárias são a fonte da riqueza, toda e qualquer obstrução do livre-comércio deve ser combatida*”; c) “*Se entendemos que impostos reduzem a atividade*

*econômica e empobrecem uma nação, aumentos de tributos deveriam ser evitados a qualquer custo.”* Com isso, as noções de obrigação do texto derivam da exaltação do raciocínio lógico que naturaliza possíveis questões de desequilíbrio de poder entre sujeitos.

Percorrendo outras dimensões do corpus, o texto de Sperandio (2017), que trata das consequências da legislação do Estado na Saúde privada, faz imperar a utilização de modalizadores deonticos com valor de obrigação para efetuar a representação autoritária do setor público, como fica visível abaixo.

**Quadro – Modalidade em Sperandio (2017)**

Texto	Exemplo de modalidade
Anexo IV	<p>a) A intervenção do estado na saúde privada passou a se dar de forma mais intensa a partir da promulgação da Lei nº. 9.656/1998, conhecida como <a href="#">Lei dos Planos e Seguros de Saúde</a>. Ela <b>impôs</b> (<i>modalidade deontica – obrigação</i>) uma nova forma de dirigismo contratual aos Planos de Saúde. Seu art. 10, por exemplo, instituiu o "plano-referência", que <b>estipula</b> (<i>modalidade deontica – obrigação</i>) os serviços mínimos a serem ofertados <b>compulsoriamente</b> (<i>modalidade deontica – obrigação</i>) pelas operadoras de planos de saúde”</p> <p>b) Os planos de saúde, como qualquer organização empresária, visam ao lucro, o qual <b>é imprescindível</b> (<i>modalidade deontica – necessidade</i>) para a viabilidade econômica da atividade. No entanto, parcela da doutrina jurídica tem considerado a existência de cláusulas restritivas de cobertura como abusivas, entendendo que o Judiciário <b>deve obrigar</b> (<i>modalidade deontica – obrigação</i>) as seguradoras a incluir procedimentos médicos não-previstos contratualmente. O impacto disso na operação dos planos de saúde é que essa despesa não-prevista afeta a operação econômica de custeamento de toda a cadeia de contratantes.</p>

Fonte: Criado pelo autor.

Infere-se, com os destaques, que os valores de obrigação não funcionam apenas para representar desfavoravelmente a atuação do Estado, mas eles também promovem, por implicação, o tom de que as operadoras de planos de saúde são as vítimas do excesso de poder do ente público. Por outro lado, o valor de necessidade em “é imprescindível”, traz o uso de tal modalizador como mecanismo de naturalização da supremacia do lucro no sistema capitalista. De todo modo, ambos os tipos de modalidade atuam no fortalecimento da oposição entre Estado, Empreendedores do ramo dos planos de saúde e usuários da rede privada.

Finalmente, abaixo, têm-se os fragmentos do último artigo comentado segundo o ponto de vista do significado identificacional. Assim como os artigos anteriores, este constrói trechos fortemente injuntivos via modalidade deôntica. Para isso, utilizam-se verbos no imperativo para fazer considerações sobre a reforma trabalhista, convidando o leitor a repensar as suas crenças.

Quadro – Modalidade em Brandão (2017)

Texto	Exemplos de modalidade
ANEXO V	a) “Se você ainda duvida da insaciabilidade do parasitismo estatal, <b>avalie</b> (modalidade deôntica – ordem) a <a href="#">proposta da reforma da previdência</a> em tramitação e <b>pense</b> (modalidade deôntica – ordem) novamente.
	b) “Que a reforma <b>é necessária</b> (modalidade deôntica – necessidade), não há que se debater; com um déficit previdenciário total de <a href="#">cerca de R\$ 315 bilhões em 2016</a> — incluindo governo federal e estados —, a urgência é justificada. Isso não significa, no entanto, que <b>se deva</b> (modalidade deôntica – obrigação) aceitar qualquer reforma. <b>Deve-se</b> (modalidade deôntica – obrigação) levar em conta, como ponto de partida, as distorções do atual regime previdenciário.”
	c) <b>A mudança é urgente</b> (modalidade epistêmica – afirmação). <b>Não seremos</b> (modalidade epistêmica – negação) uma nação desenvolvida a menos que endereçemos desde já as causas fundamentais de nossos problemas sociais e econômicos, que estão no setor público.

Fonte: Criado pelo autor.

O exemplo a) traz um posicionamento explícito de alto comprometimento, no qual o autor do texto denuncia, por intermédio do valor deôntico de ordem, a “insaciabilidade do parasitismo estatal” que deve ser constatada pela avaliação da proposta de reforma da previdência. Verifica-se uma característica dialogal no excerto que adiciona um tom relativamente mais coloquial para realizar o seu propósito de fazer crer no que é enunciado.

O exemplo b) reconhece a necessidade de mudanças no sistema previdenciário, mas não a atualmente proposta, então, impele-se o leitor a considerar as “distorções” do atual regime. Com isso, age-se sobre o outro com o fim de fazê-lo concordar com sua tese, demonstrando a articulação deôntica da linguagem que constrói o caráter acional do gênero por meio, uma vez mais, da obrigação e da necessidade.

Por fim, o item c) traz afirmação categórica (modalidade epistêmica) que marca a urgência do tema. Além do mais, por intermédio de negação (“não seremos”), prevê-se que, para que o Brasil se desenvolva, é preciso resolver as causas do problema do país que, no caso,

seria o setor público. Dilui-se, então, nessas linhas, uma noção implícita de necessidade (modalidade deôntica) que ajuda a garantir a natureza argumentativa do texto.

Conclui-se que o estudo do significado identificacional, realizado aqui, comprova a relação de interdependência dos elementos da ordem do discurso, mas também constitui prova de como o discurso liberal, enquanto prática social, tenta estabelecer uma outra ordem dos sentidos na sociedade brasileira, e faz isso mobilizando intertextualidades refutatórias, representações desfavoráveis e identificações opositoras ao Estado, amparadas principalmente por sentidos de obrigação e de necessidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho trilhado até aqui tomou como ponto de partida o interesse de entender como adeptos de ideais de liberdade – aqui representados pelas filosofias políticas do Liberalismo e do Libertarianismo – representam discursivamente o governo no endereçamento de questões econômicas e sociais. Para isso, perseguiu-se, mormente, a indagação sobre como gênero, discurso e estilo se articulam para significar a atuação do Estado brasileiro em artigos liberais que materializam a reivindicação pela liberdade antiestatal.

Norteados por tal objetivo, o desenvolvimento do capítulo anterior permitiu concluir que, no que tange ao **gênero**, as ocorrências de intertextualidade assumem uma função predominantemente difamatória em relação ao Estado na constituição do discurso liberal-libertário. Assim, aferida à luz da categoria “intertextualidade”, pôde-se visualizar como a **ação** é construída com o fim de naturalizar crenças e pautas polêmicas do Brasil contemporâneo, como as privatizações e a reforma da previdência.

Esse esforço pela naturalização de tais sentidos adota como suporte recursos textuais – números, hiperlinks, citações de pensadores – para trazer a sensação de racionalidade, de objetividade e irrefutabilidade das teses defendidas. Com isso, os textos que integram o corpus fazem emergir, guiado por valores empresariais, um ideal de vida que visa a tornar o sistema capitalista um parâmetro supostamente inquestionável para todos e todas. Esse fator é extremamente problemático e merece reflexão em razão de sua natureza ideológica, uma vez que os recursos intertextuais observados atuam em favor da aceitabilidade de retiradas de direitos de cidadãos trabalhadores brasileiros em nome de um ideal de “cooperação”. Consequentemente, “ocultam-se” as tensões históricas entre “patrões” e “empregados”. Nessa lógica, age-se louvando o setor privado, enquanto a culpa de todos os problemas da sociedade é atribuída unicamente ao Estado brasileiro.

Já no que toca ao **discurso**, este emite avaliações com o predomínio das pressuposições e afirmações avaliativas, construindo, assim, representações favoráveis (ao “empreendedor inovador”) e desfavoráveis (ao “Estado ineficiente”). Deste modo, segue-se o padrão de promoção de imagens desproporcionais entre os setores públicos e privados, de maneira que a **representação** significa o Estado como sinônimo de parasitismo, tirania, exploração, vilania, ineficiência, enquanto os demais setores da sociedade são colocados como vítimas pagadoras de imposto que têm suas liberdades e capacidades de inovação cerceadas pela atuação do poder estatal. Por isso, pôde-se afirmar, com base neste percurso, que o âmbito do significado representacional mostra o contrapoder liberal com uma feição maniqueísta.

Demonstrando a constituição dialética dos elementos da ordem do discurso, o **estilo** da constituição discursiva liberal se ampara fundamentalmente, no que diz respeito à modalidade, em sentidos de obrigação e necessidade. Assim, a **identificação** ocorre, com recursos de alto comprometimento epistêmicos e deônticos para deslegitimar o Estado, enquanto as considerações concernentes às ações do próprio contrapoder liberal se realizam com recursos linguísticos de menor engajamento, evitando-se generalizações comprometedoras. Também é perceptível que as noções de obrigação dos textos revelam que as identidades construídas discursivamente se baseiam na exaltação do raciocínio lógico que naturaliza tanto o lucro no sistema capitalista como possíveis questões de desequilíbrio de poder entre sujeitos.

Com essas constatações sobre gênero, discurso e estilo, foi possível perceber que a principal **função do problema na prática** social que legitima o discurso liberal-libertário é a **naturalização ideológica** que almeja instalar modos de agir, modos de ser e modos de representar que exemplificam um antagonismo antidemocrático, cujos processos discursivos são indicativos dos esforços, na luta pelos sentidos, para fazer imperar uma noção de verdade única, que é uma verdade capitalista e empresarial que não identifica validade ou legitimidade em nenhuma outra filosofia política.

Sobre isso, convém, então, lembrar que, desde os primórdios do processo de ocupação europeia do espaço brasileiro, interesses comerciais, mercantilistas e financeiros regeram toda a dinâmica social do Brasil em sua fase colonial, como também durante a Monarquia e a instauração da República. Em todos esses momentos, nossa história mostra que, em nome do lucro, muitas violações foram perpetradas contra indígenas e negros escravizados, de modo que seus atuais descendentes ainda enfrentam hoje, em 2017, a herança da exploração e da discriminação “marginalizadora”.

Se o Brasil deixou o regime monárquico e passou a ser República, parte disso derivou da insatisfação de latifundiários com a perda pecuniária decorrente da abolição da escravatura, o que fez com que eles, em parceria com militares, orquestrassem a retirada do poder dos monarcas que tinham ideias mais progressistas que contrariavam os interesses econômicos da classe agrária escravocrata.

Esses dados históricos importam nesta análise de discurso crítica, porque mostram que não é de hoje que os interesses econômicos de grupos específicos se sobrepõem às necessidades dos mais necessitados, dos mais desassistidos e injustiçados no processo político-social da nação brasileira. Esta dissertação se concretiza em oposição a essa triste tradição. Por isso, neste espaço, interpreta-se que, para que se possa construir **maneiras de superar os**

**obstáculos** dos efeitos ideológicos do discurso do contrapoder liberal, é fundamental, em primeiro lugar, que o mundo acadêmico direcione os holofotes para tais reivindicações para que se possa gestar debates, reflexões e mobilizações concretas, à luz da história contemporânea, sobre os caminhos da democracia brasileira. Que este estudo contribua, então, nesse sentido, trazendo – aos olhos de quem vier a lê-lo – a oportunidade de pensar criticamente tanto a atuação e o poder do Estado brasileiro como os segmentos sociais que os contestam.

Obviamente, este estudo não pretende esgotar o debate do tema. Ao contrário de qualquer ideia nessa direção, ele toca apenas uma pequena proporção entre outras possibilidades investigativas na área, portanto, mais pesquisas são bem-vindas. Por exemplo, como neste trabalho foi feito um recorte no qual não se focalizaram as particularidades dos modos de ser liberal (de Liberalismo) e libertário (de Libertarianismo), torna-se necessário investigar, em outras semioses, a significação sobre o Estado e demais aspectos do mundo de acordo com a especificidade de cada uma dessas linhas de pensamento, que se unificam no ideal de liberdade observado aqui.

Outro desdobramento possível seria um estudo de natureza etnográfica no qual se investigaria o **discurso autobiográfico** dos integrantes dos grupos de estudos liberais e libertários do Brasil, visando à compreensão de como a filiação a tais correntes se relaciona com suas histórias de vida: como os membros dos movimentos liberal/libertário se perceberam antiestadistas? Que episódios de suas vivências foram determinantes para o seu posicionamento político? As respostas para essas perguntas – com base na própria fala dos representantes do aqui chamado “contrapoder” – podem dar importantes direcionamentos de como se dá a constituição discursivo-identitária durante o processo de identificação política. Nessa direção, seria interessante também contrastar os discursos autobiográficos de pessoas com diferentes posicionamentos políticos, objetivando-se rastrear semelhanças e diferenças no mencionado processo de constituição político-identitária.

Em conclusão, Mário de Andrade questionou, em outro contexto, sobre o Movimento Modernista: *Será que a liberdade é uma bobagem?... Será que o direito é uma bobagem?... A vida humana é que é alguma coisa a mais que as ciências, artes e profissões. E é nessa vida que a liberdade tem um sentido, e o direito dos homens. A liberdade não é um prêmio, é uma sanção. Que há de vir.* No âmbito dos estudos críticos da linguagem, mais desdobramentos investigativos precisam ser feitos para que se entenda e se debata, neste Brasil desigual, sobre as costas de quem a aludida sanção vai cair. Que este estudo, pautado na linguagem, seja também uma contribuição modesta nesse sentido, somando-se aos debates hodiernos da academia brasileira sobre esta etapa da história do país.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J.C.; LOBO-SOUSA, A.C. Considerações sobre a intertextualidade no hipertexto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 9, p. 565-583, 2009.
- BOAZ, D. **Libertarianism: a primer**. New York: The Free Press, 1997.
- BONAVIDES, P. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- BRANCO, P. G.; COELHO, I. M.; MENDES, G. F. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRANDÃO, H. **Injustiças e penitência social**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2739>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. Madrid: Paraninfo, 1991.
- CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CORAZZA, G. **Teoria econômica e estado (de Quesnay a Keynes)**. 1984. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinbourg: Edinbourg University Press, [1999]2007.
- DALBERTO, C. R. **Terceirização? Sim, por favor. E obrigado**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2076>>. Acesso em: 28 nov. 2017.
- DALLARI, D. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- ROSSI CORREIA, L. **Direito Administrativo I: temas introdutórios e princípios da administração pública, atos administrativos, poderes da administração, improbidade administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 1.
- DIMARCH, B. **Comunicação e poder - resumo**. 2013. Disponível em: <<http://www.fronteiras.com/resumos/comunicacao-e-poder-sp>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, [1989]1996 .
- \_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Editora da Universidade de Brasília, [1992]2001.
- FERREIRA, A.B.H. **Minidicionário século XXI: o minidicionário escolar da língua**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira portuguesa, 2001.

FIGUEIREDO, M. F. A intertextualidade como argumento de autoridade: o caso da carta-testamento de Getúlio Vargas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, SP, v. 44, p. 1386-1394, 2015.

FIORIN, J.L. As línguas no mundo. In: FIORIN, J.L. (Org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Editora Contexto, 2015, p.45-74.

\_\_\_\_\_. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

GALEANO, E. **De Pernas pro Ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEBRUN, G. **O que é o Poder?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMOS, C.P. **Multimodalidade no discurso preventivo de cartazes do Programa Saúde da Família**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, p.107, 2016.

LIMA, F.H.R. **A construção do preconceito no sujeito portador de HIV**: o poder do discurso midiático na representação do estigma social. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p.131, 2014.

MACHADO, I. Gêneros Discursivos. In: Beth Brait (Org.). **Bakhtin:conceitos-chave**.4ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTELOTTA, M.E. (Org.) et al. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

MATHIAS, M.C. G. **O estado de direito na ordem jurídico-normativa constitucional**: uma análise de discurso crítica. 2012. 147 p. Dissertação (Mestrado acadêmico em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2012.

MAZZILLI, M. **Estado? Não, obrigado!:** o manual libertário, ou o ABC do antiestatismo. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

MOITA LOPES, L.P. Afinal o que é Linguística Aplicada? In: MOITA LOPES, L.P. **Oficina de linguística aplicada**. São Paulo: Mercado das Letras, 1996, p.17-25.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOREIRA, R.G. **(Des)Cortesia linguística na nova pragmática e a problemática da intencionalidade nos atos de fala violentos na publicidade brasileira: quem é responsável?** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p.152, 2016.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**. Barcelona: Paidós, 1999

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, C.L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, PR, v. 2, n.3, p.1-16, 2009.

OLIVEIRA, L.A, CARVALHO, M.A.B. Fairclough. In: OLIVEIRA, L.A. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PEIXOTO, M.E.G. **O escândalo político como luta social: uma análise de discurso crítica do evento midiático *Novos Alopados***. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p.235, 2014.

PIFFER, I.A. **A voz das ruas na mídia: uma análise bakhtiniana da ideologia sobre as manifestações de junho de 2013 em reportagens da revista ISTO É**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p.213, 2015.

PEZATTI, E.G. O Funcionalismo em Linguística. In: Anna Cristina Bentes; Fernanda Mussalim. (Org.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. 5ed.São Paulo: Cortez, 2011, v. 3, p. 165-218.

PONTES, M.S. **Uma abordagem bakhtiniana da (re)construção de sentidos do ser feminino nas campanhas publicitárias #LIKEAGIRL e #SHINESTRONG**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 118, 2016.

RAMALHO, V., RESENDE, V.M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

RESENDE, V.M., RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 5, n.2, p. 185-208, 2004.

RODRIGUES, M.; BARBOSA, M. A construção do desprestígio do Estado brasileiro via intertextualidade. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, BA, v. 14, n.2, p.117-138, 2017.

ROJO, R. Caminhos para a LA: política linguística, política e globalização. In: NICOLAIDES, C; SILVA, K.; TILIO, R.; ROCHA, C.H.(Orgs.) **Políticas e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes/ALAB, 2013.

ROTHBARD, N.M. **Por uma nova liberdade**: o manifesto libertário. Trad. Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Instituto Lud von Mises Brasil, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. P. R. **Os processos de letramentos nas transformações de identidades de três gerações de mulheres escolarizadas**. 2017. 360 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SPERANDIO, L. **Como o intervencionismo estatal está destruindo o mercado de saúde privado brasileiro**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2699>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ULRICH, F. **Os economistas austríacos contra o mainstream econômico no Brasil de Temer**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2413>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

VASCONCELOS, M.A. **Os (des) mascarados**: referência, ideologia e crítica na construção discursivo-identitária do black bloc na mídia brasileira. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p.144, 2016.

VIEIRA, L. **O duplo ônus do funcionalismo público no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2733>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

**ANEXOS**

## ANEXO A

## O DUPLO ÔNUS DA CULTURA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Texto de Leandro Vieira, publicado em 28 de julho de 2017

### Assim se destrói um país



É tentador: salário vitalício, benefícios garantidos pelo estado, estabilidade, carga horária conveniente, e a não-necessidade de apresentar resultados.

Quem nunca desejou passar em um concurso público para dar fim às aflições motivadas pelas incertezas do conturbado cenário econômico-social atual?

A grande questão é que o sonho do concurso público tem gerado um enorme e duplo prejuízo ao país: **além do custo exorbitante** — o qual exige impostos e endividamento crescentes —, temos uma boa parcela de nossos talentos (**nada menos que 12 milhões de jovens preparados**) buscando vagas em trabalhos que não acrescentam nada ao avanço da nação.

A maior parte dos cargos públicos se dedica à operacionalização e à manutenção da máquina estatal — e nada mais do que isso. Só que apenas manter a máquina **não gera crescimento econômico**. É algo como uma locomotiva funcionando sem sair do lugar.

#### A mentalidade do concurseiro e do burocrata

Normalmente, as pessoas que almejam a um cargo público têm uma certa **aversão a riscos**.

Entretanto, elas próprias não conseguem enxergar os grandes riscos que estão por trás de suas escolhas. Enquanto se preparam para os concursos, **os candidatos deixam de desenvolver as competências e habilidades extremamente necessárias na iniciativa privada**. Não acumulam experiência, não fazem contatos, e colocam em seu currículo apenas os cursinhos preparatórios para concursos. Parecem nunca ter o pensamento "*e se eu não passar?*".

Um concursado leva, muitas vezes, mais tempo para passar em um concurso do que um acadêmico leva para se fazer doutor. E em que contribuem os anos de estudo do "caçador de concursos" para o avanço da ciência? Em nada. E para a geração de novos negócios? Pior ainda.

Um número incontável de pessoas com preparo e talento passa a se dedicar — e com uma certa obsessão — a passar em algum concurso. Logicamente, o setor público não pode absorver todo esse contingente de pessoas. Consequentemente, apenas alguns passam. E a imensa maioria não aprovada permanece se preparando continuamente, na espera de algum dia ser aprovada.

Enquanto se preparam para os concursos, não desenvolvem habilidades e competências essenciais na iniciativa privada. Os conhecimentos que adquirem nessa jornada são rasos: não provocam avanços na ciência, tampouco estimulam a inovação e muito menos fomentam novos negócios. Trata-se, literalmente, de uma geração desperdiçada. Para infelicidade do país.

Com efeito, os conhecimentos que os concurreiros adquirem também não são úteis nem mesmo para promover melhorias significativas no próprio setor público. Por quê? Porque o sistema burocrático tem auto-defesas muito fortes.

A intenção de burocratas sempre é a de se constituir como um grupo à parte, como um sistema de poder coletivo definido a partir da ausência de poder dos dominados. O fenômeno burocrático caracteriza-se por um conservadorismo expresso especialmente na manutenção e expansão de uma situação de privilégio.

No lugar de representar uma ponte entre os interesses particulares e os coletivos, a burocracia serve a seus próprios interesses — trata-se de uma corporação que se defende em oposição ao resto da sociedade.

Nada pode gerar mais imobilismo do que isso.

### O atraso

Um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social de um país é a sua capacidade de produzir ciência, tecnologia e inovação. A inovação é o fator mais importante, não apenas no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, como também no estímulo ao interesse em investir nos novos empreendimentos criados.

Nesse cenário, surge a figura do empreendedor como uma força positiva no crescimento econômico, fazendo a ponte entre a inovação e o mercado.

Pode-se ir ainda mais além: o empreendedor é a figura principal desse processo. Apenas pesquisa, desenvolvimento e investimentos em capital físico e humano não causam o crescimento. Essas atividades ocorrem em resposta às oportunidades de crescimento, e tais oportunidades de crescimento são descobertas por empreendedores alertas às demandas futuras dos consumidores.

Lembrando Schumpeter, os empreendedores são os impulsionadores do desenvolvimento econômico, os responsáveis pelas mudanças econômicas em qualquer sociedade. O seu papel envolve muito mais do que apenas o aumento de produção e da renda per capita. Seu papel é iniciar e constituir mudanças na estrutura de seus negócios e da própria sociedade, sempre buscando atender às demandas dos consumidores. Essas mudanças geram maior produção e mais crescimento econômico, o que possibilita que mais riqueza seja usufruída pelos diversos atores sociais.

Entretanto, em nosso país, a cultura empreendedora cede lugar, cada vez mais, à cultura do funcionalismo público. Grande parte de nossos maiores talentos — pessoas capacitadas — sente-se muito mais atraída pelos benefícios do setor público do que pelos riscos e desafios do empreendedorismo.

Pessoas que poderiam contribuir para a melhoria das condições do setor produtivo — seja estudando a fundo a problemática das empresas, seja colocando em prática a sua visão de excelência, servindo de exemplo e referência para outras empresas e outros profissionais — desperdiçam seu talento e energia decorando apostilas para concursos.

Por aqui, empreender passou a ser uma saída para os menos inteligentes, para os mais necessitados, para aqueles que não têm condições de arrumar um emprego decente ou de passar em um concurso público.

E essa é a parte preocupante: nosso setor privado realmente não é eficiente, o empreendedorismo brasileiro, no geral (e essa é uma generalização necessária), é muito rudimentar, surgindo muito mais por necessidade do que pela identificação de oportunidades. Não há diálogo entre academia e mercado. E, em vez de termos pessoas debruçadas sobre os problemas enfrentados por nossas organizações, pesquisando, inovando ou empreendendo, temos um êxodo cada vez maior dos nossos talentos em busca do setor público.

Está tudo errado. Ao passo que os gênios americanos criam empresas fantásticas que mudam os rumos da humanidade, os gênios brasileiros passam em concursos públicos.

### O grande inimigo

E, para piorar, além de enfrentar a concorrência dos salários do setor público, o empreendedorismo também não atrai os jovens por causa dos elevados riscos e das enormes dificuldades para se fazer negócios no Brasil.

Empreender e empregar legalmente no Brasil é muito caro. Para abrir uma empresa são necessários 107 dias, em média. Pagar impostos requerem 2.600 horas apenas para preencher formulários (mais do que o dobro do segundo colocado, a Bolívia). Empregar alguém traz um custo extra de 103% do salário só com impostos e outros encargos trabalhistas. Ou seja, além do salário, você tem de pagar o equivalente a outro salário só com impostos, encargos sociais e trabalhistas. Não bastasse isso, ainda temos de arcar com nada menos que 93 impostos diferentes.

O resultado dessa equação é trágico: empaca-se o avanço da ciência e dos negócios, a oferta de empregos diminui, a economia estagna e mais e mais pessoas passam a almejar um posto nas instituições públicas, alimentando esse círculo vicioso.

Eis o resumo da tragédia: o governo asfixia o empreendedorismo com impostos, burocracias e regulamentações. Isso mantém os salários baixos. Salários baixos empurram jovens capacitados para o setor público, que garante estabilidade e altos salários. Mas todos os privilégios do setor público são bancados por impostos e endividamento do governo, os quais são integralmente pagos pela iniciativa privada. Isso deprime ainda mais os salários do setor privado, o que empurra ainda mais jovens preparados para o setor público.

É fundamental revertermos essa tendência e trabalharmos no sentido de fomentar a cultura empreendedora em nosso país. Quando coloco os verbos reverter e trabalhar na primeira pessoa do plural, quero puxar a responsabilidade para as nossas mãos, cidadãos comuns.

Não podemos esperar que o poder público faça a sua parte, pois o estado faz justamente o contrário: inibe a atividade empreendedora ao elevar a carga tributária e criar empecilhos burocráticos absurdos, buscando sempre financiar os altos gastos do setor público com mais tributos e endividamento.

O estado é hoje o grande inimigo da sociedade. Já que não podemos vencê-lo, devemos resistir fortemente à tentação de nos juntarmos a ele.

### Conclusão



Nosso setor privado precisa de pessoas capacitadas, talentosas e inteligentes, mas grande parte de nosso contingente pessoal com essas características sente-se muito mais atraída por cargos públicos.

Do ponto de vista individual, todos aqueles que almejam vagas no setor público estão mais do que certos. Lógico: por que eu deveria me esforçar para atuar em um campo cheio de riscos, sem segurança e sem estabilidade, quando posso trabalhar para o estado, sem me preocupar pelo resto da vida? Por que me arriscar no setor privado, sofrendo cobranças e tendo de apresentar eficiência, se posso simplesmente ganhar muito no setor público, tendo estabilidade no emprego e sem ter de apresentar resultados?

**Porém, é justamente o setor privado quem tem de sustentar a farra do setor público.** Daí os baixos salários pagos na iniciativa privada. Toda a carga tributária existente no Brasil, que impede aumentos salariais na iniciativa privada, existe justamente para sustentar o setor público e seus funcionários que ganham salários magnânimos e vivem à custa dos trabalhadores da iniciativa privada, os quais ganham pouco justamente porque têm de bancar os membros do setor público.

[O Brasil gasta demais com funcionários públicos](#), e não há quem se comprometa a pôr um freio nesta farra.

A questão é: como irão fechar as contas sem recorrerem a mais impostos? Se assim o fizerem, poderá chegar o dia em que irão inviabilizar as empresas, que são quem mantém toda essa estrutura. Ironicamente, sem o setor produtivo, o número de funcionários públicos bem pagos cairá a zero.

## ANEXO B

## Terceirização? Sim, por favor. E obrigado

Texto de Cassiano Ricardo Dalberto, publicado no Mises Brasil no dia 22 de março de 2017

**Tudo o que você tem e usufrui, você deve à terceirização**



A Câmara dos Deputados deve votar nesta quarta-feira, 22, o [Projeto de Lei 4302/1998](#), que amplia a terceirização para todos os tipos de atividade. A medida prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública.

### Por que a terceirização é importante

Para entender por que a terceirização é importante, é necessário apenas reconhecer seus **benefícios históricos**: a terceirização está intrinsecamente ligada à divisão do trabalho, que foi o que permitiu às sociedades modernas crescer, se desenvolver e elevar o padrão de vida de seus habitantes.

Se hoje um cidadão pobre em geral tem muito mais condições de vida do que uma pessoa comum da idade média, isso se deve em grande parte ao fato de que as atividades produtivas foram sendo gradativamente desagregadas e passaram a ser cada vez mais realizadas separadamente por aqueles que mais se especializaram em sua execução.

Ludwig von Mises [resumiu](#) esse processo:

*Historicamente, a divisão do trabalho se originou em dois fatores da natureza: a desigualdade das capacidades e habilidades humanas, e a variedade das condições externas da vida humana na terra.[...]*

*Jovens e velhos, homens e mulheres, crianças e adultos, todos cooperam entre si ao fazerem os melhores usos possíveis de suas várias habilidades.[...]*

*Uma vez que o trabalho foi dividido, a própria divisão exerce uma influência diferenciadora. O fato de o trabalho ser dividido possibilita um maior aperfeiçoamento do talento individual, o que por si só já faz com que a cooperação seja ainda mais produtiva. Por meio da cooperação, os homens são capazes de alcançar aquilo que estaria além de suas capacidades enquanto indivíduos, e até mesmo o trabalho que um indivíduo é capaz de realizar sozinho se torna mais produtivo.*

*O indivíduo se beneficia ao cooperar não somente com pessoas superiores a ele em determinadas capacidades, mas também com aquelas que são inferiores a ele em absolutamente todos os aspectos relevantes.*

Ou seja, se hoje você não tem de costurar sua própria roupa, criar e plantar o que come, construir seu próprio meio de transporte, e assim por diante, é porque tais atividades foram terceirizadas, isto é, passaram a ser feitas por outras pessoas que foram se especializando nelas, aumentando assim a produtividade geral da sociedade e elevando sua renda e qualidade de vida.

Com o tempo, não apenas as atividades se diversificaram, como também as especialidades aumentaram, o que acarretou em uma maior qualidade e variedade de produtos. O iPhone que você usa, o Nike no seu pé, seu notebook, seu carro — todos esses produtos se beneficiam muito da terceirização para chegar ao seu alcance. E você não reclama disso. Você usa e acha bem legal ter tudo isso disponível hoje. Mas raramente buscamos compreender por que isso é possível.

Sim: divisão do trabalho, terceirização.

A terceirização, portanto, é um meio de se buscar maior eficiência produtiva. Essa maior eficiência permite que as empresas possam ser bem sucedidas e continuem a oferecer empregos, além de também elevarem a produtividade da mão-de-obra. E isso, por sua vez, é um dos fatores-chave para elevar os rendimentos do trabalhador.

Quem está mais familiarizado com os dados da economia brasileira sabe, por exemplo, que um dos problemas crônicos do nosso país é a baixa produtividade da mão-de-obra. Garantir a liberdade para novos arranjos produtivos mais flexíveis, por meio da terceirização, é uma maneira de alcançar o aumento da produtividade que tanto nos faz falta.

Mais ainda: garantir a liberdade de tais arranjos nada mais é do que garantir a liberdade de livre associação entre as partes; é garantir que acordos mutuamente consensuais possam ser realizados. E derrubar uma restrição a acordos voluntários é, por si só, benéfico. Sociedades mais justas, mais ricas e desenvolvidas são sociedades mais livres.

Adicionalmente, vale ressaltar que o PL potencialmente irá beneficiar aqueles trabalhadores mais vulneráveis, que querem ofertar sua mão-de-obra mas que não conseguem emprego por causa das rígidas legislações trabalhistas e da obrigatoriedade dos vínculos empregatícios, imposições essas que encarecem artificialmente o preço de sua mão-de-obra.

Talvez (ênfase no "talvez") o PL seja ruim pra você que tem um emprego estabelecido e a proteção de sindicatos. Mas o que sindicatos fazem — sobretudo quanto maior for seu poder — é elevar salários à força, criando barreiras à entrada de novos trabalhadores cuja produtividade é baixa (isto é, os menos favorecidos) e não vale o piso salarial estabelecido.

Ou seja: prejudicam os mais vulneráveis em favor de um grupo seletivo, poderoso e protegido. Prejudicam os mais vulneráveis em detrimento dos mais abastados.

A livre associação de indivíduos em sindicatos pode ser benéfica na luta por direitos livremente acordados, mas o sindicalismo compulsório é uma afronta a essa liberdade. Sindicatos que buscam controle monopolístico sobre a força de trabalho, muitas vezes impedindo indivíduos de trabalhar de acordo com seus próprios termos, são nocivos. Contornar esse poder significa permitir que mais indivíduos possam sair do desemprego.

Se o PL for capaz de [reduzir tal poder dos sindicatos](#) — e as [manifestações contrárias destes](#) indicam que de fato ele é —, então ele é muito bem-vindo.

### Algumas respostas às críticas

Passando da defesa da causa para trazer algumas respostas às críticas, começemos pelos argumentos mais recorrentes: os de que a terceirização irá gerar precarização da mão-de-obra e redução salarial.

Alega-se que a terceirização fatalmente reduzirá salários e colocará os trabalhadores em piores condições de trabalho, sujeitos a mais acidentes etc.

Esses argumentos geralmente utilizam estatísticas levantadas por alguma fonte interessada no assunto. O mais famoso até o momento é o documento da CUT intitulado "[Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha](#)". Tal documento foi repercutido estrondosamente pela [Folha](#), pela [Carta Capital](#) e pelo [Estadão](#). O problema é que tal documento é intelectualmente grosseiro.

Sobre isso, limito-me apenas a [transcrever as fraudes intelectuais já apontadas](#):

*O economista Roberto Ellery, professor da Universidade de Brasília (UnB), decidiu ir às fontes e demonstrou em seu [blog](#) que uma análise simples da pesquisa seria suficiente para atestar a fragilidade das afirmações que ganharam manchetes. São muitas as barbeiragens estatísticas.*

*Um exemplo: a pesquisa financiada por CUT e DIEESE simplesmente comparava o salário médio de trabalhadores terceirizados e não-terceirizados sem utilizar controles estatísticos que restringissem a comparação aos trabalhadores que desempenham a mesma função. Ou seja, o salário de trabalhadores com cargos e funções inteiramente distintas está sendo comparado sem o menor cuidado.*

*E existem algumas razões para acreditar que os funcionários terceirizados tendem a ganhar menos justamente porque exercem funções que teriam um salário menor de qualquer forma, fossem terceirizadas ou não.*

*No Brasil, a terceirização é restrita às atividades-meio de uma empresa e não pode chegar ao que se chama de "atividades-fim". Atividade-meio é aquela que dá suporte à atividade central de uma empresa, que é sua atividade-fim. Numa escola, a atividade-fim é exercida pelo professor. Num hospital, a atividade-fim é a do médico. Elas não podem ser terceirizadas.*

*As atividades-meio são aquelas que dão suporte à atividade-fim: é o trabalho dos funcionários de limpeza, segurança e auxílio administrativo das escolas e hospitais. O problema é que a atividade-fim, por motivos diversos, tende a render salários maiores para quem a desempenha. Comparar o salário de um médico com o de um porteiro terceirizado do hospital, e concluir a partir desta comparação que o trabalhador terceirizado ganha menos **por ser terceirizado** é, no mínimo, uma barbeiragem estatística.*

*Alguém poderia me dizer que a comparação entre médico e porteiro do hospital é extrema, e que a diferença entre a função de terceirizados e não-terceirizados costuma ser menos evidente na maior parte das empresas, mas me parece mais perfeitamente razoável supor que o salário do funcionário que exerce uma atividade-fim seja, na maioria dos casos, maior do que o de quem exerce uma atividade-meio, e que isso nada tem a ver com o fato de ele seu contrato ser — ou não — terceirizável.*

*A tortura estatística ganha requintes ainda mais assustadores quando o professor nota que, no próprio estudo da CUT e do DIEESE, há a afirmação de que **22,7% dos funcionários contratados diretamente possuem nível superior completo, enquanto apenas 8,7% dos funcionários terceirizados terminaram um curso universitário**. A maioria das pessoas veria nisso um ótimo*

*motivo para afirmar que a diferença salarial tem relação direta com a diferença de formação entre os grupos.*

Outro argumento comumente utilizado é a antiga e surrada variação da [teoria marxista da exploração](#): a terceirização seria apenas a busca das empresas por mais lucros à custa dos trabalhadores; empresas estão apenas interessadas em contratar trabalhadores por salários de miséria etc.

Conquanto seja verdade que as empresas estão **obviamente** interessadas em reduzir custos — e, em um ambiente concorrencial, **tem necessariamente de ser assim** —, e que uma fonte dos custos sejam os salários, a questão a ser respondida é: por que elas **não deveriam** tentar reduzir seus custos?

Por trás desta crítica, há vários preconceitos.

Em primeiro lugar, a ideia de que custos menores para empresas é algo ruim. Além do fato de que custos baixos permitem maior acúmulo de capital — o que possibilita mais investimentos e mais contratações —, falta explicar como que custos de contratação menores podem ser ruins para pessoas à procura de emprego.

Em segundo lugar, tal crítica parte do princípio de que um empreendedor optar voluntariamente por um modelo que reduz seus custos é algo moralmente repreensível.

Em terceiro lugar, tal crítica parte do princípio de que um arranjo de custos altos poderia ser mantido sem qualquer resultado negativo para as empresas, independentemente do cenário econômico. Ora, isso não existe no mundo real. Ou o empreendedor mantém o mesmo quadro de funcionários a um custo menor; ou ele mantém os salários altos, mas reduz o quadro de funcionários.

**O que várias pessoas simplesmente não aceitam é que, no Brasil, a terceirização foi justamente o oxigênio inventado para que várias empresas pudessem se manter vivas em meio à asfixiante legislação tributária e trabalhista. Ou elas terceirizavam ou quebravam. A terceirização não foi um mero capricho de empresários ou uma conspiração maquiavélica para empobrecer a classe operária. Foi simplesmente uma saída para se manterem vivos.**

Adicionalmente, muitas pessoas tratam o tema como se, da noite para o dia, todas as empresas fossem trocar seus empregados por terceirizados. Só que há uma lógica de mercado que explica por que, em muitos casos (talvez na maioria dos casos), não faz sentido econômico uma empresa terceirizar sua atividade-fim: tal terceirização implicaria, por definição, que a empresa contratada para realizar tal atividade possui a capacidade de realizar exatamente o negócio da contratante, e, portanto, poderia ela própria operar em tal ramo.

Só que, ironicamente, isso tende a ser menos verdade em setores em que *não* há livre entrada de novas empresas, isto é, naqueles setores mais regulados pelo governo. Nestes setores — por exemplo, empresas telefônicas —, justamente por estarem blindados da concorrência e por serem [protegidos por agências reguladoras](#), a qualidade das atividades-fim tende a ser baixa, de modo que sua terceirização — que também não exigirá muita qualidade — se torna perfeitamente viável.

Ou seja: talvez a terceirização de atividades-fim se dê de maneira mais intensa em setores muito regulados ou controlados pelo governo. Portanto, se você eventualmente perder seu emprego em uma atividade-fim para um trabalhador terceirizado, tenha o cuidado de observar se, por trás disso, não está justamente o fato de que você trabalhava em um setor protegido das leis de mercado pela mão visível do governo.

## Os descontentes

É evidente que o coro dos descontentes com os argumentos expostos acredite que tudo não passa de um mero festival de achismos, e que, assim como o documento da CUT, não há respaldo factual para tais afirmações.

Já antecipando isso, eis uma lista de trabalhos científicos que abordam o tema e fornecem um suporte adicional ao debate. Como esperado, é possível encontrar vários trabalhos que dão amparo aos argumentos acima, como o fato de que a terceirização promove maior especialização e um incremento na capacidade de inovação das empresas [1] [2], e que, ainda que o que irá acontecer com os salários não seja exatamente certo [3], a terceirização pode sim causar um incremento nos mesmos [4] [5].

Também é possível observar que a terceirização não está necessariamente relacionada ao aumento do desemprego como alguns acreditam [6], e que nem sempre ela traz aumento de lucros para a empresa [7].

Além disso, é necessário ter sempre em mente o conflito entre efeitos pontuais e de curto prazo e os impactos mais amplos e de longo prazo. É perfeitamente compreensível que algumas pessoas fiquem insatisfeitas porque talvez seus postos de trabalho possam ser substituídos por postos terceirizados, ou porque talvez seus salários sejam reduzidos. Mais difícil é essas pessoas reconhecerem que quaisquer alterações abrangentes do tecido social — como a promulgação ou revogação de uma lei, ou o surgimento de uma nova tecnologia — naturalmente irão afetar os indivíduos e grupos de maneiras e intensidades diferentes.

Tais alterações potencialmente afetarão grupos de interesse que, acreditando estarem sendo ameaçados pela mudança, farão resistência à mesma, julgando que — e tentando vender a ideia de que — sua posição busca o bem comum, quando na verdade estão pouco interessados nos efeitos mais amplos.

Mais ainda: buscarão usar do poder do estado para impor a manutenção de sua estabilidade em detrimento do restante da população.

Um exemplo: os sindicatos dos datilógrafos e dos trabalhadores de fábricas de máquinas de escrever poderiam ficar bastante descontentes com o surgimento dos computadores e fariam de tudo para, por meio do estado, impedir a difusão dessa nova tecnologia. Naturalmente, eles estariam interessados apenas em seus benefícios de curto prazo, ignorando os benefícios evidentes e disseminados por toda a sociedade que seriam cada vez mais visíveis com o passar dos anos.

É natural que nos indignemos contra o que talvez nos prejudique diretamente, e é muito mais fácil ver e atacar aquilo que pode retirar nosso emprego amanhã. Entretanto, raramente reconhecemos aquilo que fez com que obtivéssemos um emprego em primeiro lugar. Caímos frequentemente em um raciocínio de dois pesos e duas medidas, do tipo "se consegui um emprego foi por mérito meu; se perdi o emprego foi por culpa da empresa".

É necessário reconhecer que, por maiores que sejam nossas habilidades, não teremos empregos se as empresas não os ofertarem ou se essas habilidades não forem demandadas pelo mercado.

Existem inúmeras condições necessárias para que isso aconteça, mas que podem ser resumidas na necessidade de garantir um ambiente que incentive a livre iniciativa e a concorrência.

## Conclusão

A questão é simples: quanto maior a liberdade de contrato, melhor para o competente que quer fornecer sua mão-de-obra e pior para o encostado que quer a segurança dos vínculos empregatícios.

Se tal liberdade de contrato será ruim para alguns? Certamente. Sempre há quem perde (os mais incompetentes) quando alguma forma de protecionismo é abolida. E sempre há quem ganha (normalmente, os mais competentes).

O empregado competente não será substituído por um terceirizado incompetente e inexperiente. Quem acredita que isso irá acontecer está, na prática, dizendo que empreendedores são ingênuos e gostam de tomar prejuízos (nada é mais prejudicial do que um funcionário ruim).

Funcionário que gera valor não é dispensado — por mais caro que ele seja — em troca de funcionário ruim e inexperiente. O real temor gerado por essa lei é que haverá bons profissionais querendo ofertar seus serviços sem vínculos empregatícios, e isso representará um risco para os ruins que usufruem esses vínculos.

No mais, vale ressaltar o óbvio: permitir a terceirização nada mais é do que permitir que uma pessoa tenha maior liberdade para contratar outra pessoa para fazer um trabalho. Só isso. Qual exatamente seria um argumento racional e respeitável contra esse acordo voluntário e livremente firmado entre duas partes?

Por tudo isso, **é imperativo diminuir as amarras que sufocam os negócios no Brasil**. Somos um dos [piores países em termos de ambientes de negócio](#) graças ao emaranhado burocrático e ao excesso de espoliação estatal. Nesse cenário, o PL 4302 pode ser um passo ainda muito pequeno, mas é um primeiro passo para tentar melhorar a situação.

*N. do E.: este artigo foi originalmente publicado em abril de 2015. Àquela época, estava em votação o [PL 4330](#), que atualmente está travado no Senado.*

## ANEXO C

### OS ECONOMISTAS AUSTRÍACOS CONTRA O MAINSTREAM ECONÔMICO NO BRASIL DE TEMER

Texto de Fernando Ulrich, publicado no Mises Brasil, no dia 28 de março de 2017.

**Prepare sua carteira. Seu bolso está prestes a ser tungado. De novo**



#### Nota do Editor

O artigo a seguir foi publicado originalmente em maio do ano passado. Nele, havia previsões sobre qual seria o comportamento da nova equipe econômica. Saíam os pós-keynesianos heterodoxos comandados por Dilma e entravam os neokeynesianos ortodoxos comandados por Temer.

O artigo previu, dentre várias outras coisas, que estes neokeynesianos ortodoxos atacariam o déficit fiscal por meio da elevação de impostos.

E o que houve? Tudo indica que, amanhã, o governo federal **anunciará um pacote de aumento de impostos**. Esta é uma solução típica dos economistas convencionais, que sempre acreditaram que imposto não é necessariamente ruim, nem do ponto de vista ético nem econômico.

Entenda a mentalidade dos economistas convencionais, e veja por que os economistas seguidores da Escola Austríaca se opõem *também* a eles.

---

Os governos do PT, especialmente sob a batuta da presidente afastada, Dilma Rousseff, facilitaram bastante o trabalho dos economistas seguidores da Escola Austríaca. Tantas foram as trapalhadas



e os excessos praticados pelo PT, que o diagnóstico e **as previsões feitas pelos austríacos não apenas se confirmaram**, como também se tornaram consenso nacional.

A crise pela qual o país passa foi ampla e minuciosamente prognosticada pelos economistas austríacos. E, vale ressaltar, **muito antes** de aparecerem os primeiros sinais claros de que a pujança de 2009 e 2010 era absolutamente insustentável. O que muitos taxavam como mero pessimismo da Escola Austríaca hoje pode ser considerado até otimismo, dadas a dimensão e a profundidade das adversidades que assolam a nação. Simplesmente a pior crise da história brasileira.

O consenso sobre os equívocos da gestão petista uniu austríacos, chicaguenses, escolha pública, clássicos, e talvez até alguns keynesianos sensatos; enfim, colocou temporariamente dentro de um mesmo campo escolas de pensamento fundamentalmente distintas e, em diversos aspectos, irreconciliáveis.

Mas, em virtude do novo governo Temer e do "**time dos sonhos**" na Fazenda e no Banco Central, o contexto que aliou o *mainstream* aos austríacos não mais vigora.

As causas do desajuste econômico e fiscal são aparentemente conhecidas por todos os economistas acima citados. As soluções propostas para sair da crise e retomar o crescimento, contudo, dividirão novamente austríacos e o *mainstream*, levando a Escola Austríaca de volta à sua posição singular na ciência econômica, epistemologicamente falando.

Tal constatação decorre do fato de que a EA detém posições firmes — quando não únicas — a respeito de diversos problemas a que a política econômica submete as sociedades modernas. Posições tidas como intransigentes por alguns — porém equivocadamente, como argumentaremos a seguir.

### **Algumas das noções da Escola Austríaca**

Antes de prosseguirmos, revejamos algumas das principais pautas da conjuntura brasileira atual e o que a ciência econômica, de acordo com a Escola Austríaca, tem a dizer sobre cada uma delas.

**Impostos:** imposto significa **expropriar riqueza do cidadão**, independentemente da finalidade a que se destina. Tudo o que o estado **gasta é pago pelo cidadão** por meio da tributação. Na melhor das hipóteses, **impostos nada adicionam à atividade econômica**: o que seria gasto pelos indivíduos agora será gasto pelo estado. **É tirar de X para dar a Y.**

Porém, como o estado não está sujeito ao teste de lucros e prejuízos, o **gasto público é sempre ineficiente**. O desperdício é inevitável — aprofundaremos esse ponto mais adiante.

Ademais, **impostos desincentivam** — quando não impossibilitam por completo — a atividade econômica e a acumulação de capital, ao embutir um custo adicional à produção. **Impostos dilapidam a riqueza de uma nação duplamente: ao impedir uma maior produção e a formação de capital e ao desperdiçar os recursos que seriam usados pela iniciativa privada.**

**Tudo o mais constante, tributos significam uma subtração da atividade econômica, uma dilapidação da riqueza atual e potencial futura. Taxar a sociedade significa empobrecê-la. Logo, qualquer aumento de impostos implica a redução da riqueza de uma nação.**

Na visão do *mainstream*, entretanto, impostos não significam necessariamente uma redução da riqueza em uma economia, e isso depende, segundo eles, da destinação e do uso "eficiente" dos impostos. O que nos leva ao próximo tópico.

**Despesa e gestão pública:** o estado está sempre em uma posição de total cegueira quanto à **demanda pelos seus serviços ou atribuições constitucionais**. Não estando submetido ao teste do mercado, o ente público não tem como saber no que gastar, onde gastar, quanto gastar nem quando gastar. Somente empresas utilizando recursos escassos, sujeitas ao sistema de preços do mercado,

e competindo pela clientela têm capacidade de tomar decisões racionais de modo a alocar o capital da forma mais eficiente possível.

A despesa pública, em total contraste, é uma decisão altamente arbitrária; o voto democrático pode, na melhor das hipóteses, apenas influenciar a destinação do gasto, mas as demais questões persistem sem solução.

Aliás, na prática, o arranjo é ainda pior, pois os cidadãos pagam ao estado na forma de impostos, os quais, no fim, formam uma espécie de saco sem fundo do qual o governo se utiliza para sacar todo o dinheiro coletado e "alocá-lo" de acordo com as demandas populares. Isso significa que os cidadãos não pagam exatamente pelo que querem, e, por consequência, o governo não gasta exatamente naquilo que estão demandando.

Os dois lados estão cegos. Um não sabe pelo que está pagando; o outro não tem como saber onde e quanto gastar. Por essas razões, a gestão pública é ineficiente por definição, e isso é igualmente válido para todo e qualquer serviço provido pelo governo, da administração da justiça à operação dos portos, da saúde à educação, da segurança à construção de estradas. "Gestão pública eficiente" é a quadratura do círculo.

**Investimento público:** se a gestão pública é ineficiente por definição e todo gasto é um desperdício, o mesmo vale para todo e qualquer investimento público. Dessa forma, quando economistas do *mainstream* defendem mais investimentos do estado visando maior crescimento do PIB, eles estão, inadvertidamente, advogando o desperdício de recursos escassos em projetos sobre cujas reais demandas o ente público não tem nada além de um mero indicativo.

Investimento público, seja ele qual for, não enriquece uma nação, independentemente do que o PIB registrar.

**Déficits fiscais:** despesa maior que receita resulta em déficits fiscais. Déficits podem ser financiados com dívida pública ou com emissão de moeda. Em ambos os casos, a economia empobrece.

Ao emitir moeda, o governo dilui o poder de compra do dinheiro, expropriando riqueza do cidadão sorrateiramente. Inflação nada mais é que um imposto obscuro.

Ao contrair dívida pública, o governo suga a poupança da nação para gastos questionáveis, em que o desperdício é inevitável. Poupança é direcionada ao financiamento de atividades improdutivas, privando investimentos lucrativos de recursos escassos.

**Dívida pública:** como dito acima, o endividamento governamental suga poupança da economia para financiar atividades improdutivas que pouco ou nada agregam à economia. Quanto maior a dívida pública, menos poupança é investida em atividades privadas capazes de gerar riqueza.

**Crédito público e subsídios:** se a gestão pública é ineficiente por definição, empresas estatais sofrem do mesmo problema. Seja uma petroleira, seja um banco, uma empresa estatal não submetida ao teste de lucros e prejuízos de mercado padece dos mesmos males que qualquer burocracia governamental.

Crédito de banco estatal é, em larga medida, concedido com base em critérios políticos, e não econômicos. Investimentos que em condições normais nunca seriam financiados acabam recebendo crédito amplo e barato, tornando viáveis operações que não se sustentariam em um mercado livre.

Crédito bancário subsidiado significa conceder financiamento aqueles que não precisam ou aos que jamais deveriam se endividar. Financiam-se investimentos mais arriscados e com menores taxas de retorno.

**Comércio internacional:** qual a causa da riqueza das nações? Se pudéssemos resumir em apenas um princípio, afirmaríamos que a riqueza das nações tem origem nas trocas voluntárias entre indivíduos. Onde o [comércio livre e desimpedido impera](#), a riqueza é abundante. Onde o comércio é obstruído ou impossibilitado, a estagnação ou redução do padrão de vida é inevitável.

Destarte, tarifas de importação e restrições alfandegárias constituem um fardo à nação, pois inibem todo o potencial de formação de riqueza oriundo do comércio internacional.

**Câmbio:** poucos temas em economia são tão mal compreendidos como a questão do câmbio e da moeda. A inflação monetária e a consequente perda do poder de compra do dinheiro influem diretamente na atividade econômica, especialmente sobre os investimentos de mais longo prazo. Quanto mais incertezas com relação ao poder de compra futuro da moeda, mais [arriscados se tornam os investimentos](#), mais receosos são os empresários, pois têm mais dificuldade de prever os fluxos de caixa futuros de seus empreendimentos.

Quanto maior a inflação monetária, quanto mais desvalorizada é uma moeda, mais complexo e incerto acaba sendo o cálculo econômico. Quanto mais incerto o cálculo econômico, menos intensa é a atividade econômica, menor é a quantidade de trocas em uma sociedade, menos riqueza é gerada.

[Moeda fraca, economia fraca. Moeda forte, economia forte.](#) E não, a desvalorização do câmbio não aumenta as exportações, muito menos eleva a competitividade de nenhum país. A [teoria](#) e a [empíria](#) comprovam.

### Então qual a saída para o Brasil?

Henrique Meirelles deve propor aumentos de impostos para equilibrar as contas públicas? Mas um aumento de impostos não pode acabar aprofundando a crise econômica? O gasto público deve ser apenas controlado? Ou devemos "cortar na carne" a despesa governamental? Déficits fiscais são capazes de trazer benefícios à economia? Depende? O foco deve ser a redução das atribuições do estado ou o importante é tornar a gestão pública mais eficiente?

As respostas a essas importantes perguntas dependem diretamente da visão de mundo de cada escola de pensamento econômico. E, como elencado anteriormente, o entendimento da EA acerca dessas questões costuma divergir do mainstream e do senso comum.

Então, enquanto economistas da Escola Austríaca, como [devemos](#) nos posicionar diante dos dilemas enfrentados pela economia brasileira?

Se entendemos que impostos reduzem a atividade econômica e empobrecem uma nação, aumentos de tributos deveriam ser evitados a qualquer custo. Se entendemos que a despesa pública representa um desperdício, [deveríamos](#) reduzir ao máximo o tamanho e as atribuições do governo.

Se a gestão pública é inerentemente ineficiente, adotar práticas de gestão das empresas privadas é não apenas inócuo como também contraproducente, pois retarda a tomada de medidas efetivas na vã esperança de otimizar a administração da burocracia governamental.

Se a infraestrutura brasileira se encontra em uma situação calamitosa, a última coisa de que necessitamos é de investimento público como solução para as estradas, portos, aeroportos. [Que se conceda](#) à livre-iniciativa a possibilidade de realizar investimentos nesses setores — sem amarras artificiais, obviamente.

Se compreendemos o quão nocivo podem ser déficits fiscais, é premente eliminá-los. Mas [jamais](#) recorrendo a aumento de impostos, porque estes, além de serem prejudiciais à economia, [podem reduzir](#) a arrecadação tributária — em virtude de um aprofundamento da recessão econômica —, amplificando ainda mais o rombo nas contas públicas.

Se concluímos que a despesa pública pouco ou nada agrega, não há dúvidas quanto ao foco do ajuste fiscal: **cortar o gasto orçamentário do governo é a única via capaz de sanar déficits fiscais sem jogar a economia para o buraco.**

Se a dívida pública consome a poupança da nação em atividades nocivas à geração de riqueza, conter e reduzir o endividamento do governo deve ser compromisso precípua da sociedade.

Se as trocas voluntárias são a fonte da riqueza, toda e qualquer obstrução do livre-comércio **deve ser** combatida.

Se o câmbio desvalorizado é uma das principais causas do desarranjo econômico, a busca por uma moeda forte **deve ser** o pilar primeiro da política monetária.

Infelizmente, grande parte dos economistas do *mainstream* — como os membros da equipe econômica atual — não compartilha integralmente do posicionamento dos austríacos.

Se a meta principal é levar a cabo o ajuste fiscal, não há maiores complicações em alcançar esse objetivo com uma mescla entre corte de gasto e aumento de impostos, defendem eles. O essencial é conter o déficit. Essa posição deriva de um errôneo entendimento de teoria econômica e de uma mentalidade um tanto estatista.

O que é pior, para o *mainstream*, basta manter o déficit em níveis constantes sobre o PIB que o apuro fiscal está resolvido. Basta as despesas do governo crescerem menos que o PIB e não haverá crise orçamentária. Basta manter a trajetória da dívida em relação ao PIB controlada, e a economia estará sanada.

Refrear o aumento descontrolado do endividamento público e reduzir os déficits fiscais não são garantia de crescimento econômico e aumento sustentável do padrão de vida da sociedade. Podem, sim, impedir a falência do estado e evitar uma crise de confiança temporariamente; mas não asseguram a retomada do crescimento, muito menos uma sociedade mais próspera e rica.

**A relativização dos impostos leva economistas renomados — e normalmente sensatos — a defender posições alarmantes dignas de execração pública, como é o caso recente de Fábio Giambiagi. Em [entrevista](#) ao portal InfoMoney, Giambiagi disse:**

***Eu fui durante muitos anos contra a CPMF, por diversas razões, mas aqui me aproprio da resposta de Lord Keynes quando uma senhora o encarou dizendo que o que ele estava defendendo era contraditório com o que ele havia defendido anos antes, ao que ele respondeu, fleumaticamente: 'Minha senhora, quando as circunstâncias mudam, eu mudo. E a senhora?'. Ano passado tivemos um déficit público de 10% do PIB, mas penso que ser contra a CPMF hoje porque é um imposto ruim é como negar a entrada dos bombeiros numa casa que está pegando fogo porque vão estragar o sofá da sala. A situação é catastrófica e não vejo muito sentido em abrir mão de uma receita de 1,5% do PIB que pode ser aprovada em pouco tempo, uma vez que a emenda já começou a tramitar.***

O economista não apenas cunhou uma das analogias mais infelizes da história — na verdade, a casa deveria ser a economia, e a CPMF, a gasolina —, como também atestou sua incompreensão sobre o fenômeno tributário e revelou sua mente estatista.

Em primeiro lugar, CPMF não é um imposto ruim por alguma outra característica além de ser o que é, um imposto. CPMF é ruim precisamente porque é um imposto, e ponto. Se imposto fosse bom, não seria imposto, seria contribuição voluntária — e seríamos então genuinamente "contribuintes".

Segundo, a única circunstância que mudou foi a gravidade do déficit; mas um imposto é sempre destrutivo à economia, seja em um governo superavitário, seja em um deficitário. Sua natureza não se altera de acordo com a situação das contas públicas.

Por fim, Giambiagi evidencia como pensa um estatista: sendo a contenção do déficit fiscal o objetivo principal, o importante é arrecadar. Nada melhor que um imposto fácil de ser cobrado como a CPMF. Quaisquer considerações sobre o efeito nocivo à economia são secundárias.

Giambiagi não está sozinho. Preocupa-nos a quantidade de economistas liberais que, atualmente, defendem o aumento de impostos como medida absolutamente imprescindível ao ajuste fiscal. "Sempre fui contra aumentar impostos, mas hoje a situação é dramática, não há outro jeito", justificam eles.

### **Intransigência ou moderação?**

O correto entendimento das relações de causa e efeito conduz inevitavelmente à busca pelas soluções que levarão a uma sociedade mais próspera e livre. **Implantar as medidas corretas**, porém, passa, obviamente, pelo processo político legislativo. Não basta entendermos o que é bom para a economia; é preciso convencer os políticos e a sociedade — para que esta apoie tenazmente — da necessidade de se adotar as políticas certas.

Mas quando partimos das premissas equivocadas e relativizamos o poder destrutivo da taxaçoão, do gasto público, do gigantismo estatal e da moeda fraca, a probabilidade de fraquejo e hesitação dos políticos torna-se uma certeza, e as medidas corretas seguirão sendo postergadas para um futuro incerto.

E nessa conjuntura, a diferença entre os economistas sensatos (ou mais liberais), os marxistas e os keynesianos extremados é, frequentemente, apenas uma questão de grau, e não de essência. Porque, segundo estes, o problema não é o subsídio per se, mas a magnitude dos programas. Não é a existência do BNDES a questão nevrálgica, apenas a dimensão dos seus empréstimos é que deve ser mais bem calibrada.

Por divergirem frontalmente dessas posições, os economistas austríacos, sob a ótica do mainstream, não passam de seres intransigentes. Não levamos em consideração a realidade política e insistimos em propostas quiméricas. É preciso mais moderação, alegam eles. Será mesmo?

Vejamos.

Se partimos do pressuposto de que impostos são ruins para a economia, seria intransigência advogar a redução da carga tributária ou rechaçar propostas de novos tributos? Se admitimos a premissa de que moeda forte é uma condição para uma economia saudável, seria radicalismo condenar assertivamente toda investida de desvalorização da moeda?

Não há intransigência em afirmar que  $1+1=2$ . Tampouco é moderação afirmar que  $1+1$ , dependendo do lugar e instante no tempo, pode ser 3 ou 4. Não confundamos rigor científico com conveniências políticas. Ou entendemos cientificamente as relações de causa e efeito, ou rezemos para que, da próxima vez, por algum motivo inaudito, as consequências de políticas erradas não sejam desastrosas.

Enquanto essas noções não forem absorvidas e devidamente internalizadas, o Brasil permanecerá condenado à armadilha da renda média, à desigualdade abismal, à concentração de riqueza nas mãos de políticos e burocratas, ao capitalismo de laços e à baixa produtividade.

As ideias defendidas pelos economistas austríacos deveriam balizar as políticas públicas para conduzir o país de volta ao crescimento econômico e à prosperidade. Ceder às soluções politicamente mais factíveis é uma via expressa para a mediocridade econômica.

**O fato** inconteste é que hoje **somente os austríacos estão preparados para condenar todo e qualquer aumento de impostos, independentemente da conjuntura ou do partido governante**. Hoje somente os austríacos defendem com veemência a redução do estado, da despesa pública, e não apenas o

controle orçamentário. Hoje somente os austríacos defendem a adoção de uma política genuína de moeda forte. **Precisamos de mais "intransigência" e menos "moderação".**

## ANEXO D

### COMO O INTERVENCIONISMO ESTATAL ESTÁ DESTRUINDO O MERCADO DE SAÚDE PRIVADO BRASILEIRO

Texto de Luan Sperandio, publicado no site Mises Brasil, no dia 6 de junho de 2017.

#### Quando o sentimentalismo solapa a racionalidade econômica



#### Nota do Editor

O artigo a seguir — apresentado em uma versão condensada — foi o vencedor do [concurso de artigos na categoria "Direito"](#) feito pelo IMB por ocasião de sua V Conferência de Escola Austríaca. As opiniões do autor não necessariamente refletem as opiniões do Instituto Mises Brasil.

---

Embora seja negligenciado pelo debate público, o intervencionismo no setor de saúde privada tem causado **perversos reflexos econômicos e sociais**.

Na década de 1990, o mercado privado de saúde vinha se desenvolvendo rapidamente. A crescente demanda, o colapso do serviço público de saúde e a parca regulamentação [\[1\]\[2\]](#) — isto é, a relativa ausência de barreiras de entrada no mercado [\[3\]](#), o que estimulava a livre concorrência — permitiram uma forte expansão do setor.

Contudo, isso mudou com **a ascensão do intervencionismo no setor ao final da década de 1990, que se deu por diferentes formas. Após quase duas décadas de crescente regulação estatal, temos atualmente (a) um sistema oligopolizado, (b) uma jurisprudência que, ao relativizar contratos, incentiva a judicialização de ações, (c) uma grande escassez na oferta de planos de saúde**

individuais, e (d) o cerceamento da livre concorrência, sendo esta a causa última do encarecimento dos planos de saúde.

Por tudo isso, o diagnóstico das consequências do intervencionismo no setor é essencial para a proposição de mudanças nos arranjos institucionais.

### O intervencionismo na Lei dos Planos de Saúde

A intervenção do estado na saúde privada passou a se dar de forma mais intensa a partir da promulgação da Lei nº. 9.656/1998, conhecida como [Lei dos Planos e Seguros de Saúde](#). Ela **impôs** uma nova forma de dirigismo contratual aos Planos de Saúde. Seu art. 10, por exemplo, instituiu o "plano-referência", que **estipula** os serviços mínimos a serem ofertados **compulsoriamente** pelas operadoras de planos de saúde.

Já à época, a legislação foi bastante criticada por se arvorar como completa, detalhando até mesmo os procedimentos. Apontava-se que ela faria o setor se tornar obsoleto, pois enrijeceria as relações de consumo, aprisionando o consumidor[4]. O dirigismo estatal começava ali a limitar a liberdade de estipular produtos diferenciados e personalizados para a necessidade de cada consumidor, cerceando a livre concorrência e, com isso, fazendo o setor tender naturalmente à oligopolização.

Evidência disso é que, no ano 2000, havia 3.577 operadoras de plano de saúde atuando no Brasil. [Uma década depois, o número caiu para menos da metade](#): 1.628, sendo que apenas 12% delas concentram mais de 80% dos usuários. E, em março de 2017, o número já era de apenas [1.076 operadoras](#).

Boa parte desta queda na oferta e aumento da concentração foi causada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criada em 2000.

### O intervencionismo da Agência Reguladora

A despeito das críticas à época, o intervencionismo no plano da saúde privada se intensificou com a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela [Lei 9.961/2000](#)[5]. Entre suas competências está autorizar o registro e o funcionamento das operadoras de plano de saúde, exercendo ampla normatização e fiscalização sobre suas atividades. A ANS estabelece, inclusive, as condições gerais para o exercício de cargos de direção dessas empresas.

**Naturalmente, a soberania do consumidor passou para segundo plano, pois as operadoras passaram a se preocupar apenas em cumprir as normas da agência reguladora para poderem continuar no mercado.**

Todos os contratos individuais passaram a ser regulados e hoje têm seus preços reajustados pela ANS. **Ignorando uma vasta literatura econômica que explica que controle de preços causa escassez[6], os índices de reajuste autorizados muitas vezes são desatrelados de critérios técnicos[7] e menores que a inflação de serviços médicos.** Consequentemente, a maioria das operadoras parou de oferecer a modalidade de contrato individual, concentrando-se nos contratos empresariais, que [hoje correspondem a mais de 80% do mercado](#).

Ademais, atualmente [a ANS estabelece um rol obrigatório de 3.216 procedimentos e eventos em saúde](#) para que uma operadora de saúde possa funcionar, o que faz com que os clientes sejam obrigados a arcar — diretamente ou não — com custos de serviços que não tenham sequer interesse em utilizar.

Pior: **tal imposição impede planos de saúde de terem modelos de negócios especializados em determinadas áreas médicas.**

### O intervencionismo nos contratos de plano de saúde no Judiciário



Outra forma de intervencionismo, desta vez indireto, ocorreu por meio da legislação[8] que [permite ao Poder Judiciário relativizar contratos](#), mitigando o dogma da autonomia da vontade, princípio clássico da teoria contratual.

Os planos de saúde, como qualquer organização empresária, visam ao lucro, o qual é imprescindível para a viabilidade econômica da atividade. No entanto, parcela da doutrina jurídica tem considerado a existência de cláusulas restritivas de cobertura como abusivas, entendendo que o Judiciário [deve obrigar](#) as seguradoras a incluir procedimentos médicos não-previstos contratualmente. O impacto disso na operação dos planos de saúde é que essa despesa não-prevista afeta a operação econômica de custeamento de toda a cadeia de contratantes. \

Por conseguinte, caso não sejam observadas as restrições às coberturas acordadas em contrato, a operação pode se tornar inviável economicamente — ou então os custos serão repassados a todos os outros clientes.

Assim, amparada pela doutrina, [sedimentou-se uma jurisprudência tendente a impor serviços médicos além daqueles contratados](#). A consequência lógica foi a criação de um perverso incentivo: [consumidores passaram a ingressar com demandas judiciais para pleitear prestações não cobertas contratualmente](#).

Como evidência, [os custos com processos judiciais nos planos de saúde dobraram entre 2013 e 2015](#), superando a marca de R\$ 1 bilhão.

Tudo isso gera aumento na insegurança jurídica e nos custos de transação, uma vez que os contratos não mais estão sendo corretamente obedecidos. Inevitavelmente, todos estes custos são repassados ao restante da carteira de clientes.

[Ao intervir desta forma, o Judiciário afeta todo o ambiente econômico, impactando empresas, agentes e o próprio mercado, criando incertezas e custos desnecessários](#)[9].

Os dados mostram que há uma tendência, entre os magistrados, de [deferir pedidos liminares mesmo sem pedido de informações complementares](#). Ou seja, nestes casos de judicialização dos planos de saúde, o Judiciário decide favoravelmente ao consumidor, mesmo em segunda instância, em 3/4 das ações, com decisões que desconsideram seu reflexo econômico[10].

Por conseguinte, o Poder Judiciário tem amparado suas decisões não na abusividade, mas sim em razões humanitárias, com o intuito de proteger o consumidor supostamente desamparado, formando-se assim uma "jurisprudência sentimental"[11].

Além disso, destoando do entendimento majoritário de que [meros descumprimentos contratuais não ensejam danos morais](#), é comum magistrados ainda condenarem as operadoras a pagarem danos morais a seus clientes por terem negado a cobertura de um evento médico não-contratado inicialmente, estimulando ainda mais essas judicializações.

O intervencionismo é tamanho que, até mesmo quando operadoras dos planos de saúde cumprem as normatizações definidas pela ANS, elas ainda assim são condenadas pelo poder Judiciário. Exemplo disso foi entendimento do STJ de que seria abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado[12], conflitando com uma resolução da agência reguladora[13] que estabelece a regularidade de limitações acima de 30 dias.

Assim, enquanto o ideal é que os contratos ofereçam "garantias de que os direitos poderão ser plenamente exercidos, reduzindo riscos futuros e gerando cooperação entre os contratantes"[14], o intervencionismo estatal logrou produzir incentivos negativos ao ambiente econômico em relação aos contratos de planos de saúde, o que resulta em uma maior ineficiência alocativa dos recursos.

## Conclusão

A intenção de todo e qualquer intervencionismo é modificar a ação humana com o intuito de supostamente alcançar resultados melhores do que aqueles que seriam obtidos pelo livre mercado. No entanto, as consequências não-previstas do dirigismo estatal sempre se manifestam. E de forma a piorar o arranjo.

No final, os agentes empreendedores sempre se adaptam a mudanças institucionais, especialmente em meio a um ambiente institucional desfavorável. O melhor exemplo disso foi, como demonstrado, o abandono pelas operadoras de plano de saúde do oferecimento dos planos individuais, uma vez que estes se tornaram pouco viáveis economicamente diante das regulamentações, e a priorização do oferecimento de planos corporativos, que possuem arranjo institucional mais adequado à livre iniciativa.

Adicionalmente, a imposição do serviço referencial mínimo impediu a personalização dos serviços de acordo com a necessidade dos consumidores, aumentando os valores dos planos e assim prejudicando principalmente a camada mais pobre da população, que fica refém do SUS ([atualmente, 2/3 dos brasileiros](#)).

Diante da mitigação da autonomia da vontade, houve a consolidação de uma jurisprudência sentimental nos tribunais pátrios, no sentido de que praticamente toda cláusula de exclusão de cobertura é tida como abusiva. Este primado do sentimentalismo ignora os reflexos econômicos a serem suportados pelas operadoras de saúde — as quais, como era inevitável, reduziram a oferta e aumentaram os preços.

Os defensores do intervencionismo buscam por meio dele a satisfação de sua ânsia por 'justiça social'; no entanto, quanto maior o grau de dirigismo, maiores suas consequências não-premeditadas: as quais vão desde um eventual desequilíbrio contratual até o completo solapamento do sistema de saúde suplementar, prejudicando toda a coletividade de usuários do sistema.

Diante de tamanho intervencionismo, é compreensível que o mercado de saúde brasileiro enfrente tão grave crise. Parafraseando Aldous Huxley, os fatos não deixam de gerar consequências somente porque são ignorados pelo debate público.

## ANEXO E

## INJUSTIÇAS E PENITÊNCIA SOCIAL

Texto de Hélio Brandão, publicado no Mises Brasil, no dia 8 de agosto de 2017

### A Previdência confisca dos pobres e repassa aos ricos



Se você ainda duvida da insaciabilidade do parasitismo estatal, avalie a proposta da reforma da previdência em tramitação e pense novamente.

Em um contexto de continuada irresponsabilidade fiscal, corrupção sistêmica e privilégios injustificáveis, o bom senso exigiria que o governo iniciasse a reforma por cortes na própria gordura, que por sinal não é pouca. O que se nota, no entanto, é que mais uma vez tenta-se impor o ônus da reforma ao pequeno: o cidadão comum que trabalha no setor privado.

Que a reforma é necessária, não há que se debater; com um déficit previdenciário total de cerca de R\$ 315 bilhões em 2016 — incluindo governo federal e estados —, a urgência é justificada. Isso não significa, no entanto, que se deva aceitar qualquer reforma. Deve-se levar em conta, como ponto de partida, as distorções do atual regime previdenciário.

No Brasil há dois regimes de previdência: o "Regime Geral", válido para os trabalhadores do setor privado e gerido pelo INSS, e o "Regime Próprio", gerido pelo Ministério da Fazenda, para os funcionários públicos.

O "Geral", que abrange mais de 29 milhões de aposentados e pensionistas — os quais recebem uma aposentadoria média mensal de R\$ 1.200 —, acumulou déficit de R\$ 150 bilhões no ano passado.

Já o "Próprio", feito para apenas **3 milhões de funcionários públicos civis e militares**, somou um déficit maior, de R\$ 164 bilhões. Nesta classe estão os cidadãos com maior aposentadoria mensal média: R\$ 7.500 para o funcionário público civil, R\$ 9.500 para o militar, R\$ 18.000 para servidores do Ministério Público Federal, R\$ 25.700 para o Judiciário e R\$ 28.500 para o Legislativo (confira todos os escandalosos valores [aqui](#)).

A existência de dois regimes revela uma **realidade execrável**: a existência de duas classes de brasileiros, com direitos diferentes. **O cidadão ligado ao setor privado é tratado como um cidadão de segunda classe. Ele tem o 'direito' de ser demitido caso não seja competente, e o dever de dar parte do seu salário para sustentar a aposentadoria do cidadão ligado ao setor público. Este, por sua vez, tem o 'direito' a usufruir da renda do trabalho do cidadão de segunda classe, na forma de uma aposentadoria em média quatro vezes maior, e outros privilégios como aposentadoria com salário integral.**

**De um lado, há os que choram; de outro, os que riem.**

Como se vê, a previdência é um grande programa de distribuição de renda às avessas, do pobre para o rico, e seu problema fundamental está no setor público — cuja reforma proposta é [extremamente branda](#).

Isso é justo?

Ainda é tempo de fazer **a coisa certa**. A reforma deveria estabelecer, além de cortes nos **privilégios** daqueles ligados ao estado, a unificação dos regimes dos setores privado e público com o estabelecimento de um teto único. Deveria buscar, ainda, proteger a renda do trabalhador, impedindo que recursos seus — como os do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por exemplo — sejam [direcionados aos grandes empresários via BNDES](#).

**A mudança é urgente. Não seremos** uma nação desenvolvida a menos que endereçemos desde já as causas fundamentais de nossos problemas sociais e econômicos, que estão no setor público. **O governo é o principal concentrador de renda do país.**

Um país que decreta classes diferentes de cidadãos fere a moral, e herda consequências fiscais insustentáveis, como o sistema de previdência demonstra. A reforma como está não é nada além de gambiarra oportunista para manter a penitência social.